

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***A USINA DO GASÔMETRO: memórias da construção  
de um patrimônio histórico de Porto Alegre***

**Emerson de Carvalho Guimarães**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Professor Doutor José Augusto Avancini.

Porto Alegre, dezembro de 2002

UFRS

Biblioteca Federal de Ciências e Humanidades

**“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias, sonhos... acredite neles”**

**Lênin**

**Para as minhas duas grandes companheiras, Diovana e Sophia com quem pretendo continuar realizando muitas fantasias.**

## AGRADECIMENTOS

Num primeiro momento precisamos dizer que foi com muito esforço e dedicação que conseguimos realizar esta dissertação de mestrado. Por um lado, porque não obtivemos nenhum tipo de subsídio dos órgãos financiadores de pesquisa. Em parte, obviamente, porque não nos classificamos entre os primeiros colocados na seleção, porém todos nós sabemos que o número de bolsas também acaba sendo sempre muito restrito. Nesse sentido, foi necessário manter o trabalho nas escolas e intercalar estes dois compromissos intelectuais. Na verdade, acreditamos que esta situação faça parte da realidade de muitos colegas das Universidades Federais. Por outro lado, houve ainda nesta trajetória de pós-graduação um feliz acontecimento, em meio aos estudos e trabalhos nasceu Sophia, nossa primeira filha. Em grande parte serviu como fonte de inspiração para continuarmos nosso trabalho, embora agora, muitas vezes em ritmo mais lento, devido as noites mal dormidas.

Enfim, queremos dizer que foi uma trajetória árdua e muito cansativa, mas também muito gratificante e prazerosa. Nesse sentido, cabe aqui agradecermos a dois grandes grupos de pessoas que estiveram conosco. Neste caso, a ordem dos fatores não alterou o produto.

Pensamos, de um lado, naquele grupo de pessoas que nos ajudou com muitas idéias, conceitos e impressões históricas. Agradeço, primeiramente, ao professor Dr. José Augusto Avancini que desde as disciplinas da graduação foi sempre um grande modelo de intelectual e mais do que ninguém sempre conseguiu nos indicar as melhores saídas para as nossas dúvidas, angústias e problemas. Outra professora que não poderíamos deixar de agradecer profundamente é a professora Dr<sup>a</sup> Sandra Pesavento, pessoa de grande sensibilidade intelectual e

afetiva, que nos marcou pelas suas excelentes aulas e pela sua grande disponibilidade em nos atender.

Agradecemos ainda ao professor Dr. Marcos Flávio Soares, pela acolhida nestes meses finais de trabalho, concedendo-nos tempo significativo de prazerosa e edificante troca de idéias e disponibilizando-nos todo o seu material de pesquisa. Além disso, o professor Marcos Flávio, merece um agradecimento especial por ter sido um dos maiores mentores do salvamento da Usina do Gasômetro, contribuindo para o engrandecimento da vida cultural da cidade através de todas as ações que promoveu e dos trabalhos que vem desenvolvendo incansavelmente junto ao Museu de Trabalho nestes anos todos.

Agradecemos todos os mestres, colegas e funcionários do PPGHIST/IFCH/UFRGS pelo sempre bem humorado convívio acadêmico.

Agradecemos as prosas intelectuais com alguns colegas e amigos, José Antônio, Marlise Giovanaz, Valeska Garbinato, Zita Possamai, Cláudio Heinrich, Ceciliano, Alexandre, Jatair e outros.

Por outro lado, temos de agradecer todas aquelas pessoas que convivem conosco diariamente, que mais do que ninguém nos viram crescer pessoal e intelectualmente. Neste caso, pensamos que os protagonistas deste grupo não poderiam ser outros senão, nosso grande companheiro e inspirador de toda esta jornada acadêmica, o pai Amilcar Guimarães e aquela que em todos os momentos sempre está rezando e dando o maior apoio, a mãe Iolanda de Carvalho Guimarães. É claro que seguindo a lista estão outras pessoas que foram igualmente importantes como as irmãs: Helena, Ana, Fernanda, Loraine e o irmão Paulo, que infelizmente não está podendo compartilhar conosco este momento, mas temos certeza de que onde estiver estará feliz pela nossa conquista.

Agradeço ainda a minha mais nova família, por ter aguentado todo nosso nervosismo e chatice intelectual, recebam todos minha eterna gratidão: A companheira de todas as horas, Diovana, a filhinha Sophia, os avós, Bibi e Cleci, a bisá Flora, os cunhados e cunhadas, sobrinhas, todos.

A todos aqueles que vibraram e sofreram durante este processo, não esqueçam que a riqueza deste trabalho encontra-se nos traços que escaparam dos ranços e dos afetos compartilhados.

## RESUMO

O Patrimônio Histórico tem sido ultimamente objeto de inúmeras pesquisas, ações governamentais e manifestações da Sociedade Civil. Nesse sentido, esta dissertação constitui um exercício de pesquisa que procura explorar o processo de construção da Usina do Gasômetro enquanto Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre.

A Usina passou por diferentes momentos em sua história, desde sua fase áurea de funcionamento até o momento em que tornou-se obsoleta, frente as demandas de energia da cidade. Depois disso, durante os anos 70, entrou numa fase de abandono e deterioração, sendo salva da demolição apenas quando do seu tombamento pelos órgãos de defesa do Patrimônio.

Desta forma, procuramos, num primeiro momento, tratar dos paradoxos que envolvem sua construção e funcionamento, na época de Modernização de Porto Alegre. E em seguida, passamos para a análise de uma grande luta travada na sociedade em prol de seu salvamento que acabou finalmente resultando em seu tombamento.

## **ABSTRACT**

In the last years the Historical Heritage has been being treated as an object of academic studies such as by other instances that involves governmental actions and the civil society. By this means, the present study constitutes an exercise of research that looks to explore the process of construction of the gas power plant in the way that it is considered now as a part of the Historical Heritage of Porto Alegre.

The gas power plant in its life story had different moments since its golden phase until it became obsolete and can not continue supplying the city with electricity. Afterwards, in 1970, this building began a stage of abandon and spoil, only being rescue of demolition when a group of heritage organizations attempt on its defense.

By this way, first we try to raise out the paradoxes that involves the construction and functioning of the gas power plant in the middle of the modernization of the City of Porto Alegre. Then in a second moment we describe and analyze the struggle and the social movements realized by the society that finally derived in its institutionalization.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS<sup>1</sup>

- FOTOGRAFIA 1: *Vistas frontais da Usina do Gasômetro –1937. P. 85.*
- FOTOGRAFIA 2: *Vista aérea da Rua Washington Luiz com a Casa de Correção e Usina -1958. p. 28.*
- FOTOGRAFIA 3: *Aerofotografia da Ponta do Gasômetro, revelando a Usina em funcionamento -1956. Original na escala aproximada 1:10.000 (acervo da SMAM/PMPA). p. 85*
- FOTOGRAFIA 4: *Os últimos trabalhadores da Usina antes do seu fechamento -1974. p. 03.*
- FOTOGRAFIA 5: *Time de futebol da CEERGS (Quilowatt Football Club) - década de 1930. p. 93.*
- FOTOGRAFIA 6: *Abandono, saque e restauração -1974-1995. p. 130; 138.*
- FOTOGRAFIA 7: *Fachada frontal -Av. Pres. João Goulart. p. 146.*
- FOTOGRAFIA 8: *Nave central: saguão para exposições e detalhe da escada. p.148.*

---

<sup>1</sup> WILD, Flávio (Ed.). *Usina do Gasômetro*. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	002
AGRADECIMENTOS.....	003
RESUMO.....	005
ABSTRACT.....	006
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	007
INTRODUÇÃO.....	009
<b>1 A USINA DO GASÔMETRO E OS PARADOXOS DA MODERNIDADE EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>016</b>
1.1 A cidade e a Usina: na fronteira entre o imaginário e o simbólico.....	016
1.2 Um “trambolho inesthetico” mostrando as contradições da modernidade.....	039
<b>2 ALGUMAS MEMÓRIAS DA USINA DO GASÔMETRO: ENTRE A AGONIA DO ABANDONO E SEU RECONHECIMENTO COMO UM “LUGAR DE MEMÓRIA”.....</b>	<b>055</b>
2.1 Decadência e abandono: o processo de sucateamento da Usina do gasômetro.....	055
2.2 Memória e História: usos e abusos dos conceitos.....	061
2.3 Memórias de Porto Alegre que evocam a Usina do Gasômetro nos anos 70.....	074
2.4 Memória Rachada: Polêmica sobre a localização da Usina na ponta da cidade.....	078
2.5 <i>Aderência do grupo ao seu lugar: a Usina como lugar de memória dos operários.....</i>	<i>082</i>
<b>3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: ENTRE AS AÇÕES DE SALVAMENTO E A APROPRIAÇÃO DA USINA DO GASÔMETRO.....</b>	<b>094</b>
3.1 Memórias de salvamentos: alguns tópicos sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural em Porto Alegre.....	094
3.2 Alguns aspectos do contexto patrimonial dos anos 70.....	102
3.3 Conflitos memoráveis: a luta pelo “salvamento” e apropriação da Usina do Gasômetro.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	150
CRONOLOGIA.....	157

## INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho teve origem antes mesmo de ingressarmos neste programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi no decorrer do ano de 1998, quando iniciamos um estágio de pesquisa histórica e antropológica junto ao Memorial do Mercado Público de Porto Alegre. A pesquisa tinha o objetivo de analisar o impacto da restauração daquele antigo prédio sobre seus permissionários e fregueses.

Durante a pesquisa entrevistamos muitos permissionários e alguns *habitués* daquele local, produzindo uma série de *diários de campo*. Conforme íamos conhecendo melhor a sua história descobríamos aspectos interessantíssimos. Dentre eles, aquele que mais nos chamou atenção foi o fato de estarmos diante de um prédio tombado pelo patrimônio histórico. A partir daí começamos a desenvolver uma pesquisa paralela sobre o processo de tombamento do Mercado Público e chegamos a apresentar o produto desta pesquisa em um Encontro de História realizado naquele ano.

Enquanto isso estávamos nos preparando para a seleção do Mestrado desta instituição e começamos a pensar numa possível temática a ser desenvolvida. De saída tínhamos certeza que seria no campo do patrimônio histórico. Inicialmente achávamos que o processo de tombamento do Mercado, por si só, não constituiria uma pesquisa de fôlego para o Mestrado. Mas, agora sabemos que o motivo não era

este. O fato é que estávamos procurando algo novo, que realmente desse início aquela nova trajetória que seria percorrida.

Sendo assim, começamos a procurar mais informações sobre os imóveis tombados pelo patrimônio na cidade, até que deparamo-nos com um prédio que muitas pessoas nem sabem que é um patrimônio histórico tombado tanto pelo órgão estadual (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE - 1983) como pelo órgão municipal (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC - 1982). De certa forma, faz sentido tal situação, pois normalmente quando tratamos de um patrimônio histórico logo nos vem à cabeça prédios antigos como as Igrejas barrocas de Minas Gerais ou mesmo algumas casas antigas da Duque, o Solar dos Câmara, o Solar Lopo Gonçalves, entre tantos prédios vetustos da cidade.

Tendo em vista estes fatores, levamos certo tempo para assimilar a idéia de estudar o processo de tombamento da Usina do Gasômetro, um prédio relativamente novo, que ficou pronto em 1928 e que contém em sua história uma série de paradoxos e polêmicas. Sabíamos que tratava-se de um grande desafio mas, diante de todas estas questões tão instigantes e do fato de termos conhecimento da existência de apenas um livro publicado sobre o Gasômetro<sup>1</sup>, não conseguimos resistir e mergulhamos até onde foi possível ao encontro da história deste que chegou a ser o maior monumento à eletricidade de Porto Alegre.

Localizada em lugar geograficamente privilegiado, devido sua proximidade com o rio Guaíba, a Usina do Gasômetro forma uma paisagem digna de cartão postal. Aventa-se inclusive a possibilidade de que naquela região onde foi construída, na ponta da península, desembarcaram os casais açorianos que deram origem ao povoado.

---

<sup>1</sup> WILD, Flávio (Ed.). **Usina do Gasômetro**. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

Além disso, o funcionamento do Gasômetro causou um grande impacto para a cidade, pois, entre outras coisas, trouxe consigo um aumento no fornecimento de energia elétrica e a possibilidade das pessoas comprarem seus primeiros produtos eletro-eletrônicos e andarem em bondes maiores e mais rápidos. Porém, causou também a indignação de muitos moradores daquela região, pois como coloca Sérgio da Costa Franco,

“A chaminé era baixa, gordota, atarracada, e vomitava constantemente uma fumaça negra que nem os mais ardentes defensores do progresso tecnológico se animavam a justificar (...) e quem percorrer as coleções dos jornais porto-alegrenses entre 1928 e 1940 poderá encontrar pelo menos um milhar de “queixas do público” contra aquele flagelo, que sujava as roupas, as casas e as vias respiratórias. Recém-chegados à Capital, os Franco foram morar numa casa da Rua General Canabarro. E minha mãe, desconhecendo o problema, colocou sobre o peitoril da janela, para esfriar, um prato de ambrosia mal saída do fogo. Lembro-me até hoje da nossa surpresa e da nossa raiva impotente quando vimos o doce recoberto de uma camada cinzenta de fuligem”<sup>2</sup>.

Na verdade este é o assunto do primeiro capítulo do presente trabalho, onde procuramos analisar a Usina do Gasômetro e os paradoxos da modernidade, buscando examinar este debate sobre a ótica da história cultural. Uma vez que esta História Cultural, segundo Roger Chartier, “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>3</sup>.

Além disso, merecem destaque os conceitos de *imaginário*<sup>4</sup> e de *fisionomia da cidade*<sup>5</sup> que nos ajudam a pensar melhor as relações entre a Usina e a cidade, pensando a cidade e seus bens patrimoniais não como mero processo urbanístico,

<sup>2</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 06 de fevereiro de 1982. MCSHJC.

<sup>3</sup> Diz ainda o autor que uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-17.

<sup>4</sup> Procuramos aqui refletir sobre a forma como Jacques Le Goff, Gilbert Durand e outros autores trabalham o conceito de imaginário.

<sup>5</sup> Conceito utilizado por Walter Benjamin para definir seu projeto de produção do conhecimento histórico.

mas como um processo que é permeado por fatores de ordem política, econômica, social e ideológica<sup>6</sup>.

No segundo capítulo procuramos abordar a fase em que a Usina foi desativada e entrou em processo de abandono e deterioração. Justamente quando tem início o confronto entre a demolidora idéia de progresso e a intenção preservacionista dos órgãos competentes e da sociedade civil. Sendo assim, estaremos tratando das dificuldades que o Gasômetro passou a enfrentar para abastecer a cidade de força e luz, a partir do final dos anos 40, provocando uma série de apagões em Porto Alegre, e precisando recorrer ao fornecimento emergencial de energia da Companhia de Energia Elétrica Estadual (CEEE) até que, em 1974, ocorre sua desativação.

Neste momento do trabalho, o texto passa a adentrar no terreno das reminiscências, surgindo a necessidade de estabelecermos uma relação entre os conceitos de História e Memória. Cabe destacar, nesse sentido, que a Memória está sendo entendida aqui como uma construção social, formando imagens necessárias para os processos de constituição e reforço da identidade<sup>7</sup>. Além do mais, trata-se de um conceito que distingue-se da História porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém<sup>8</sup>.

Estamos entendendo o conceito de Memória como um elemento essencial na construção das múltiplas identidades que podem ser atribuídas a Usina do Gasômetro, uma vez que este pode ser visto como discurso que constrói não apenas a *Memória oficial* ou *Memória Nacional* mas também as chamadas *Memórias*

<sup>6</sup> BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.16.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 471-472.

<sup>8</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 80-89.

*subterrâneas*. Nesse sentido, segundo Pollack, temos assistido nos últimos anos verdadeiras batalhas da Memória, onde a Memória Nacional via de regra procura uniformizar as lembranças e a emergência de memórias paralelas passa a questionar a estabilidade deste poder estabelecido<sup>9</sup>. Por fim, também procuramos destacar o importante papel da memória enquanto ferramenta capaz de “alimentar” a História, procurando salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Ao colocarmos em prática estas batalhas da memória buscamos apontar para alguns aspectos da transformação urbana da chamada Volta do Gasômetro e a importância histórica do local onde foi construída a Usina, destacando a atribuição de diferentes sentidos que foram dados aquele local da cidade.

Contudo, evocamos as memórias do Gasômetro não só pela sua localização mas também pelas memórias de seus trabalhadores, pensando este espaço como *lugar de memória* dos operários. Permitindo-nos vislumbrar um pouco do cotidiano da Usina e a constituição de um *senso de existência de grupo* destes trabalhadores e ajudando-nos a construir o que Benjamin chama de *Experiência* com o passado, através destas memórias de operários que estão em vias de desaparecer.

No terceiro e último capítulo temos o intuito de debater o processo de reconhecimento da Usina do Gasômetro como patrimônio Histórico de Porto Alegre. Processo este que se constitui a partir da manifestação da Sociedade Civil, das diversas entidades interessadas em ocupar aquele espaço e dos órgãos competentes pela preservação do patrimônio.

Inicialmente buscamos tratar das primeiras ações relativas a defesa do patrimônio em Porto Alegre, até chegarmos a institucionalização dos órgãos

---

<sup>9</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2 n. 3, 1989. Rio de Janeiro: Vértice. p. 3-15

municipais responsáveis por estas questões: o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) e a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC).

No segundo tópico deste capítulo abordamos alguns fatos locais, nacionais e internacionais que corroboraram para o reconhecimento da Usina como patrimônio histórico. Destes fatos podemos citar os Congressos Internacionais, as Convenções da Unesco, as Cartas e os seminários locais que, nos anos 70, tratavam sobre a problemática da defesa do patrimônio histórico e cultural.

Por fim, no último tópico deste capítulo sobre o Patrimônio e as memórias da Usina, passamos a tratar dos conflitos que se seguiram com relação a apropriação do Gasômetro. Referimos primeiramente a importância do entorno da Usina (a Praça Brigadeiro Sampaio e o Parque da Harmonia) para seu salvamento. Isto é, a Usina passa a ser reconhecida pelos políticos e pela população em geral, justamente num momento em que se empreendia uma campanha de valorização urbanística daquela ponta da cidade.

Em seguida damos início a análise dos projetos de salvamento e utilização daquele espaço, passando pela intenção de Ecléa Guazelli (que tentou transformar a Usina do Gasômetro em um Centro de Criatividade), pelas diversas manifestações públicas que ocorreram em prol da conservação da Usina e pelos principais projetos das entidades que lutaram pela sua apropriação.

Dentre os projetos merecem destaque dois deles: o projeto do Museu do Trabalho que pretendia transferir-se para o interior da Usina constituindo lá um espaço eminentemente dedicado as questões da história trabalho, enfatizando, por conseguinte, o aspecto cultural, e o projeto da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que buscavam

criar um Centro de Convenções no Gasômetro, privilegiando, neste caso, o aspecto comercial na utilização daquele espaço.

Na verdade o que buscamos fazer neste capítulo é colocar em jogo a luta pela construção das memórias coletivas que, nas palavras de Le Goff, representa *“uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”*<sup>10</sup>.

Depois do pleito eleitoral de 1985, evidenciamos uma outra proposta de utilização da Usina. Desta vez capitaneada pelo Prefeito em exercício Alceu Collares e a Secretária de Educação do município Neuza Canabarro. Dentro de uma proposta que buscava conciliar a instalação de uma Escola de 1º Grau e o Museu do Trabalho na Usina.

Porém, o mais importante no decorrer de todo o trabalho é refletirmos sobre a forma como se conduziu a relação da Usina com a cidade na época de sua modernização e depois, quando já estava desativada, como transcorreu o processo de salvamento, sem preocuparmo-nos com o julgamento de quais foram as entidades que mais se engajaram neste processo, mas sim analisarmos as práticas sociais que garantiram a sua conservação.

---

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. ...1996. p. 426.

## 1 A USINA DO GASÔMETRO E OS PARADOXOS DA MODERNIDADE EM PORTO ALEGRE

Achamos importante nesta primeira parte do trabalho nos determos na história da constituição e funcionamento da Usina do Gasômetro, destacando a importância que teve este prédio na consolidação da modernidade em Porto Alegre. Pois, seria muito difícil analisarmos do ponto de vista histórico a luta pela sua preservação e os múltiplos valores que lhe foram atribuídos durante o seu processo de tombamento sem antes reconstruirmos sua época áurea. Desta forma podemos confrontar os diversos significados ou imaginários sociais que no decorrer destes anos cercaram este imóvel.

### 1.1 A cidade e a Usina: na fronteira entre o imaginário e o simbólico

*“Para chegarmos ao vislumbre de intelecto sobre um bulbo de filamentos incandescentes - as domésticas lâmpadas de alguns vats - tivemos de mordiscar, pelas beiras fumegantes um mingau de penumbra, de crepúsculos quase eternos, de ocasos tenebrosos e, por pouco, intransponíveis”.*  
Luiz Sérgio Metz<sup>11</sup>

Ao abordarmos a história da Usina do Gasômetro e seu funcionamento estamos tratando de um momento histórico específico de Porto Alegre, que nos remete a história da própria modernização da cidade, onde o aumento no fornecimento de luz, a distribuição de força para as indústrias e a própria

<sup>11</sup> WILD, Flávio (Ed.). *Usina do Gasômetro*. Porto Alegre: [s.n.], 2001. p.111.

movimentação dos transportes encontram-se todos intimamente ligados à constituição de uma nova fantasmagoria cidadina.

Assim, procurando fazer uma leitura do cotidiano daquele momento histórico a partir do que Walter Benjamin chamou de fisiognomia da cidade<sup>12</sup>, das imagens do desejo ou das fantasmagorias, identificamos uma modernidade repleta de paradoxos. Pois, de um lado, aquela modernidade trouxe em seu bojo a comodidade e a velocidade, mas de outro lado acarretou aglomeração, poluição e o caos urbano de um modo geral.

Temos, nesse sentido, o intuito de pensar a cidade e a Usina do Gasômetro como potencialmente capazes de suscitar reflexões em vários campos do conhecimento, como na história, na filosofia, na antropologia e na literatura. Entendendo-as não apenas como um objeto de estudo restrito aos urbanistas, engenheiros e arquitetos, mas um "documento" que pode se apresentar em forma de crônica, conto, testemunhos de viajantes, plantas, planos diretores, pinturas, monumentos e prédios - passando a nos exigir mananciais epistemológicos apropriados para a "leitura" destes discursos ou imagens que descrevem a cidade.

Por isso, partiremos do conceito de imaginário<sup>13</sup> - entendido como um campo de representação que se manifesta através de imagens ou discursos com o objetivo de definir o "real", pois pressupomos que toda cidade é uma projeção dos imaginários sociais no espaço.

---

<sup>12</sup> W. Benjamin recorre a tradição da literatura fisiognômica de meados do século XVIII que foi retomada pela ciência moderna (neurofisiologia, criminalística, antropologia), para definir seu próprio projeto como ligado à questão das variáveis históricas da produção humana, sendo que genericamente a fisiognomia para Benjamin é uma "especulação das imagens" onde decifra-las e expressá-las em imagens "dialéticas" coincide para ele com a produção de conhecimento da História. In: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin**. São Paulo: USP, 1994. FAPESP/EDUSP.

<sup>13</sup> Não deve ser confundido com a história das "mentalidades" que surge como uma reação à visão marxista, mas amplia tanto o seu escopo que acaba sem refinamento, tornando-se um conceito menos definido, a-classista, que permeia tudo, perene. Nas palavras de Le Goff trata-se de uma "noção vaga", "ambígua" e "inquietante". LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo. Martins Fontes. p.49,1990.

Segundo o historiador Jacques Le Goff “o imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora (...) mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”<sup>14</sup>. O autor atribui também ao imaginário uma dimensão simbólica e outra ideológica, sendo que o único domínio do imaginário que lhe suscita reservas é o campo do irracional, do psicanalítico, “dominado pela suspeita ideologia dos arquétipos”.

Le Goff irá trabalhar com o imaginário medieval através de várias temáticas como: o corpo, as viagens, as artes, a literatura, o sonho, a política, o tempo e o espaço. Neste caso, é importante percebermos que o autor reserva um lugar para análises do espaço, dizendo que “o espaço da floresta, e dos campos, dos jardins, do senhorio e da vida é a moldura, simultaneamente geográfica e imaginária, que se enquadra a vida dos homens e das mulheres da Idade Média. Esses espaços, lugares de trabalho e de práticas sociais, são também altamente simbólicos, recheados de medos, desejos, sonhos e lendas”<sup>15</sup>.

Sobretudo quando trata de uma das “produções características desse imaginário”, a literatura, o autor destaca a presença da cidade. Demonstra seu interesse em trabalhar com o imaginário urbano quando menciona seu ensaio “Costruzione e distruzione della città murata”, que aparece o problema da cidade murada na Idade Média, onde “a muralha era um elemento tão simbólico como material”<sup>16</sup>.

No entanto, o autor que se preocupou quase que exclusivamente com a importância dos símbolos foi Ernest Cassirer que, segundo Gilbert Durand<sup>17</sup>, conseguiu desalienar este campo do conhecimento de “um certo cientificismo

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Nova História. Lisboa: Estampa, 1994. p. 11-12.

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. **O imaginário...** 1994. p.25

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques. **O imaginário...** 1994.

<sup>17</sup> DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988. p. 57.

*positivista*". Filósofo alemão que consagra uma parte de seus trabalhos ao mito e a magia, à religião e a linguagem; partindo de Kant, infere que a imaginação permite formar o conhecimento do mundo e que "o *homo sapiens* é, afinal, apenas um *animal symbolicum*"<sup>18</sup>.

Cassirer não estava sozinho, foi contemporâneo de Erwin Panofsky (1892-1968), historiador da arte que deixa-nos como legado o "método iconológico", preocupado com a análise da forma e do conteúdo das imagens. Segundo Le Goff, são Panofsky e Schapiro que "introduziram a análise estrutural e a semiologia no estudo das imagens e iluminaram a imagem pelo seu meio intelectual e cultural"<sup>19</sup>.

Podemos adentrar no viés simbólico do imaginário também através da obra de Gilbert Durand. Autor que faz uma antropologia do imaginário, uma "antropologia que não tem apenas a finalidade de ser uma coleção de imagens, de metáforas e de temas poéticos. Mas que também deve ter a ambição de montar o quadro compósito das esperanças e temores da espécie humana, a fim de que cada um nele se reconheça e se revigore"<sup>20</sup>. Nesse sentido, será em meio a esta arquetipologia que Durand irá definir o símbolo, primeiramente, como pertencente à categoria de signo - distinguindo-os entre: os *arbitrários* e os *alegóricos*.

Os *signos arbitrários* são puramente indicativos, como uma "caveira estilizada e duas tíbias cruzadas" que indica, no exemplo do autor, mais rapidamente do que explicar que o cianureto de potássio destrói a vida. Já os *signos alegóricos*, remetem à abstrações, qualidades espirituais ou morais - utilizados, por exemplo, para designar "a justiça" ou "a verdade".

*A idéia de Justiça será figurada por um personagem que pune ou absolve e terei, então, uma **alegoria**; esse personagem poderá estar rodeado de vários objetos ou*

<sup>18</sup> DURAND, Gilbert. *A Imaginação...*, 1988. p. 58-59.

<sup>19</sup> LE GOFF; *O Imaginário Medieval...*, 1994. p. 14-15.

<sup>20</sup> DURAND, G. *A Imaginação...*, 1988. p.106.

*utilizá-los: tábuas da lei, gládio, balança e, nesse caso, eu estaria tratando com emblemas.*<sup>21</sup>

Com isso, diz o autor, chegamos ao *imaginário simbólico*, “quando o significado não é mais absolutamente apresentável e o signo só pode referir-se a um objeto sensível”. O que vale dizer, para Durand, que os dois termos do *Sumbolon*<sup>22</sup> são infinitamente abertos. Assim, por exemplo, o *signo simbólico* - “o fogo” - aglutina os sentidos divergentes e antinômicos do “fogo purificador”, do “fogo sexual” e do “fogo demoníaco e infernal”<sup>23</sup>.

Da mesma forma, diante da cidade, encontramos-nos mergulhados em grande simbologia, com potencialidade de dar significado as coisas e de criar realidades, na medida em que “a concepção do imaginário como função criadora se constrói pela via simbólica, que expressa a vontade de reconstruir o real num universo paralelo de sinais”<sup>24</sup>.

Justamente este “dar sentido as coisas”, próprio do imaginário simbólico, se expressa na cidade através de prédios, monumentos e praças. A *Belle Époque* porto-alegrense pode nos servir de exemplo, pois foi o momento em que a sobriedade, a imponência e o prestígio que se arrogava ao governo sulino foram traduzidos no traçado das ruas e no redesenho da cidade (expressos em projetos urbanísticos e formas arquitetônicas). Como coloca Pesavento, “talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas no urbano estejam nas alegorias escultóricas, nos monumentos que no entender da época tanto embelezavam as cidades”<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> DURAND, G. **A imaginação**..., 1988. p.13.

<sup>22</sup> Termo grego que significa símbolo e implica sempre a reunião de duas metades: signo e significado.

<sup>23</sup> DURAND, G. **A imaginação**..., 1988. p.16.

<sup>24</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História** v.15, n. 29. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 21.

<sup>25</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo*. In: RIBEIRO Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN Roberto (Org.). **Cidade, povo e nação**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1996. p. 391.

Existem na cidade signos arbitrários, ou indicativos, como as placas de trânsito, mas existem também aqueles signos alegóricos, abstratos, que nos permitem ler seus significados. Assim são algumas estatuárias que através de alegorias e emblemas, como na platibanda da Prefeitura de Porto Alegre, evocam a própria história da cidade. Uma destas estátuas, por exemplo, de forte influência greco-romana<sup>26</sup> porta dois bustos, um da deusa Clio e o outro de Péricles, representando respectivamente a História e a Democracia. Entende-se tal preocupação quando remetemo-nos à época da construção da Prefeitura<sup>27</sup>, início do século, momento marcado pelo ideal positivista de A. Comte que pensava a história como o ponto de partida para o entendimento das leis que presidem o desenvolvimento social da Humanidade<sup>28</sup>. Temos também o monumento à Republica que evoca o ideário francês, uma representação da Bastilha, onde igualmente aparecem os princípios de Comte<sup>29</sup>.

Porém, evocamos o imaginário da cidade não apenas através de símbolos objetivos e representações imagéticas, também podemos apreendê-lo pelas “palavras”, pelos escritos, versos, poemas, contos ou crônicas que falam da cidade. Pois, escritores e poetas tem deixado textos que ajudam-nos a melhor compreendermos as condutas e representações do urbano. Walter Benjamim, por exemplo, foi um filósofo que conseguiu de forma magistral se apropriar de propostas poéticas para dar forma à fisionomia das cidades modernas. Através da “gênese e

---

<sup>26</sup> Destacando-se a sobriedade das vestes, serenidade dos gestos e equilíbrio das formas.

<sup>27</sup> Segundo arquiteto Günter Weimer, trata-se do primeiro prédio de caráter nitidamente positivista. In: **Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 1990.

<sup>28</sup> DOBERSTEIN, Anoldo Walter. **Porto Alegre (1898-1920): estatuária fachadista e monumental, ideologias e sociedade**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre. PUCRS, 1988. Editada pela SMC.

<sup>29</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Entre práticas e ...**, 1996. p. 391.

recepção da Obra das Passagens”<sup>30</sup>, Benjamin apresenta a Paris do século XIX na perspectiva do poeta da modernidade: Charles Baudelaire.

“Seu projeto literário como um todo poder-se-ia chamar Städtebilder- “Imagens”, “Retratos” ou “Fisiognomias de Cidades” como sugere uma das edições póstumas de seus escritos. Esse título marcaria a afinidade com os **Tableaux parisiens** baudelairianos, que foram, para Benjamin, o livro de iniciação na literatura urbana”<sup>31</sup>.

Segundo Willi Bolle, o estudo histórico de Benjamin sobre a Paris do segundo Império em Baudelaire se propunha a tornar legível a passagem do estado republicano burguês - a República de Weimer- para a ditadura fascista - o Terceiro Reich - vendo na investigação do comportamento da classe média uma chave para compreensão do fascismo. Assim, “o *Trabalho das Passagens* é sobretudo um estudo do imaginário burguês e pequeno burguês no século XIX, no contexto da sociedade inteira”<sup>32</sup>.

Benjamin passa a “ler o texto da cidade” através de sua “ilustração teórica”: o *flâneur*<sup>33</sup> - uma figura que passeia pela cidade descompromissadamente, captando coisas que o olhar apressado não vê - vive a metrópole como um espetáculo. O *Flâneur*, de um lado é um fetichista das mercadorias, está preso ao encanto da multidão e das mercadorias, mas de outro é produtor de imagens alegóricas percebendo o caráter ilusório desse universo. Não é atoa que Benjamin interpreta a figura ambígua do *flâneur*, que ao mesmo tempo é sonhador e produtor de imagens -por representar também o literato moderno, Baudelaire- transformando-a em

<sup>30</sup> Pois o autor nunca chegou a dar um título definitivo ao seu trabalho (1927) “Passagens Parisienses”; (1935) “Paris, capital do século XIX”; (1938) “A Paris do segundo império em Baudelaire. Texto publicado em 1982 com o título “Das Passagen-Wer (A Obra das Passagens)” In: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin.** São Paulo: Edusp, Fapesp. ver: Cap.1. *A Metrópole como Espaço Imagético. A construção do olhar sobre a cidade na Obra das Passagens.*

<sup>31</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da....**, p.43

<sup>32</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da....**, p.70.

<sup>33</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire -Um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas, v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 33-65.

*imagem dialética*<sup>34</sup>, pois na concepção do autor aquele que vive fascinado pelas mercadorias é, ele próprio mercadoria, e pode ou não dar-se conta disso<sup>35</sup>.

Mas, para melhor compreender a “atmosfera” da cidade o autor vale-se também do que o analista de sua obra, Willi Bolle, chamou de “*montagens contrastivas*”, referindo-se por exemplo a cidade pós-revolução industrial e a cidade da “nostalgia do tempo antigo”. Na primeira a “*lua e as estrelas não vêm mais ao caso*’, mas onde o cenário urbano ‘surge, de um só golpe, ao fulgor da luz elétrica’. (...) *Diferentemente dos lampiões a gás, que faziam com que “a multidão se sentisse em casa (heimisch) na rua, mesmo à noite...”*.<sup>36</sup>

Através destas montagens contrastivas (que podem ser por contraste, como vimos, por justaposição<sup>37</sup>, ou por choque<sup>38</sup>) que Benjamin procura desvelar a polifonia da cidade, a partir dos sentidos emitidos pelas narrativas que se constroem. Assumindo a tarefa de um historiador, no papel de um detetive, sempre à procura de indícios, rastros ou pistas que possam lhe permitir “ler a cidade a contrapelo”, fazendo dos contrastes emergir as representações do urbano.

A partir desta concepção de história o filósofo alemão desafia a historiografia tradicional, (o historicismo, que consiste num mergulho dentro do passado, com o esquecimento proposital do presente) propondo que passado e presente se juntem

<sup>34</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da...**p.61.

<sup>35</sup> Benjamin recorre também ao conto de Edgar Alan Poe, “O Homem da Multidão”, “*caracterizando-o como radiografia de uma história de detetive. A partir daí, Benjamin define seu próprio projeto: elaborar uma radiografia da metrópole moderna, o que implica decifrar sua “figura oculta” ou “escrita secreta”: a Multidão*”. In: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da...**, p. 80.

<sup>36</sup> BOLLE, Willi. **Fisiognomia da...**,p.81.

<sup>37</sup> A montagem como superposição (ou justaposição) “para radiografar o imaginário coletivo. Em parte, ela se inspira no cinema em que a fusão de duas imagens é obtida pelo esvanecer (fading out) da primeira, da qual surgem, cada vez mais nítidos (fading in), os contornos da segunda”. (...) “É uma técnica usada por Benjamin em última instância para decifrar o espaço imagético político-social. Isso se mostra como ele acompanha no meio da multidão o rumo do *flâneur*, personagem alegórico da mentalidade pequeno-burguesa ...” BOLLE, Willi. **Fisiognomia da...** p.100-101.

<sup>38</sup> Onde repercutem os efeitos da haussmannização: “*a especulação repugnante, desenfreada, qua a cada ano diminui o pé-direito dos andares, que comprime um apartamento inteiro no que antigamente era um salão, que faz desaparecer os jardins(...)* Logo mais, as pessoas estarão obrigadas a viver mais fora de casa do que dentro. Balzac, Les Petits Bougeois, in: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da...** p. 97.

em constelação, onde o “tempo do agora se vê nas imagens do passado, que se constitui o que Benjamin chamou de dialética da paralisação”<sup>39</sup>. Dito em outras palavras é a recusa de uma teleologia da história, na medida que não considera as questões da história como acabadas, pelo contrário, pensa que as imagens não ficam encerradas numa determinada época, elas se tornam legíveis nos diversos momentos em que o passado é captado pelo presente. “É nesse sentido que se insere a atualidade de Benjamin para nós, no duplo sentido do cruzamento de épocas que reconstituem uma experiência. (...) Desfazendo uma ordem fetichizada do passado, na qual nos reconhecemos em nossa contemporaneidade”<sup>40</sup>.

Justamente neste desvelar do passado, através da compreensão dos seus mais ínfimos detalhes contrastados com o presente, realizando uma verdadeira arqueologia da cultura, que chegamos mais próximo da cidade real. Nesse sentido, é esclarecedora a descrição que Marco Polo faz da cidade de *Zaira* para Kublai Khan na obra de Ítalo Calvino:

“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, (...) mas sei que seria o mesmo que não dizer nada.(...) A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”<sup>41</sup>.

Sendo assim, cabe a nós, historiadores, filósofos, antropólogos ou urbanistas, treinarmos o olhar, para vermos “a filigrana de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins”<sup>42</sup>, aprendendo inclusive a ler os “silêncios da cidade”, ler nas entrelinhas o que não está sendo dito ou ainda reconhecer os monumentos ou prédios antigos que são constantemente bombardeados por novos e velhos significados, sejam eles atribuídos pelo poder instituído dos governantes ou pela

<sup>39</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Desfazer da Ordem Fetichizada**: Walter Benjamin e o imaginário social. (Mimeografo). p.4

<sup>40</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Desfazer** .... p. 10-14

<sup>41</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 14-15.

<sup>42</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades** ... 1990. p.10.

própria sociedade civil. Por isso precisamos pensar a cidade e seus monumentos não como um simples processo urbanístico, como mero resultado de desenhos e cálculos de arquitetos e engenheiros, mas como um processo que é permeado por fatores de ordem política, econômica, social e ideológica.

A Usina do Gasômetro neste caso constitui-se como um prédio capaz de suscitar muitas representações, tendo sido lugar de trabalho e de práticas sociais, foi e continua sendo altamente simbólica para a cidade. Mas, para adentrarmos neste universo da chamada antropologia do imaginário que pode permitir, como diz Durand, que cada um se reconheça e se revigore, temos que recuar até meados do século XIX, justamente para percebermos o impacto que teve a construção desta usina para a cidade.

Naquela época a cidade era iluminada por lampiões presos por ferragens à fachada das casas - sendo abastecidos com azeite de baleia - e somente a partir de 1874 entrou em funcionamento o antigo Gasômetro<sup>43</sup> na chamada Praia do Riacho, hoje Washington Luis que passou a iluminar a cidade com seus 500 combustores<sup>44</sup>.

Coexistiam naquele momento dois tipos de iluminação: na zona urbana uma iluminação à gás, onde predominava o privilégio concedido à Cia São Pedro Brazil

---

<sup>43</sup> Será justamente esta primeira central de gás que dará origem a região denominada de volta do Gasômetro e que remete-nos igualmente ao nome da atual Usina do Gasômetro.

<sup>44</sup> Com a lei provincial de 10/01/1867 foi autorizado o contrato de iluminação pública em Porto Alegre pelo sistema de gás hidrogênio carbonado. No entanto, entre a assinatura do contrato e o efetivo funcionamento do antigo Gasômetro transcorreram quase sete anos. In: FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 1992. p. 213-214. Sobre as exigências do contrato cabe ressaltar, como coloca Arquimedes Fortini, que "se, no período de duração do contrato, verificar-se o aperfeiçoamento ou descobrimento científico de algum novo agente produtor de luz de que possa resultar melhoramento no desempenho desse serviço poderia o governo determinar a sua aplicação ..., previsão mais tarde realizada com a iluminação elétrica. In: FORTINI, Arquimedes. **Revivendo o Passado**. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1951. p. 62.

Gaz de Noel Paul Baptiste D'Ornano e na zona suburbana, onde imperavam os lampiões a querosene, instalados pelo município<sup>45</sup>.

Diante desse quadro começamos a perceber as primeiras experiências com a luz elétrica que, embora limitadas, foram suficientes para estimular acionistas<sup>46</sup> que passaram a abastecer de luz elétrica inicialmente apenas casas comerciais e depois residências particulares. De qualquer forma, como coloca Charles Monteiro, já em 1895 a elite local podia contemplar o espetáculo das vitrines sob a nova iluminação elétrica da Cia Fiat Lux<sup>47</sup>.

Porém, não foi sem perplexidade que os novos equipamentos urbanos foram recebidos. Podemos flagrar justamente o momento em que o sujeito se inteira da nova fisionomia da cidade, permitindo-lhe ora mergulhar numa realidade conhecida do século XIX ora despertar, ainda que receoso, para a modernidade do século XX.

“Nos tempos dos lampiões de óleo os homens e mulheres sabiam de onde provinha sua claridade, pois viam como eram abastecidos e acesos no alto dos postes. Os funcionários que os alimentavam vestiam calça branca, casaco azul e um quepe. Carregavam uma escada nos ombros e uma vara comprida na mão.(...) Mas houve dia em que (...) o amarelo-leite das lâmpadas Nova Lux desceu do alto dos postes para dentro das casas, pelos fios elétricos, transpassando entre cornijas, os beirais salientes dos sobrados, em cujos interiores fulgurariam as finas cascas candentes das luminárias Edison. (...) (E) a população temia que as casas se incendiassem, e uma onda de pânico contido se alastrou no vozerio do povo (...)”<sup>48</sup>.

A vida em Porto Alegre, nos anos 20 e 30 recém começava a dar adeus aos ferros de brasa de passar roupa e como coloca o jornalista Metz, *ninguém*

<sup>45</sup> Segundo Sérgio da Costa Franco havia uma dificuldade muito grande de expandir o sistema de gás, dado o alto preço do carvão oriundo de São Jerônimo - o que acarretava a implantação nos bairros nascentes da iluminação a querosene. In: FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre:...** 1992.

<sup>46</sup> O cidadão francês Aimable Jouvin, farmacêutico e comerciante estabelecido em Porto Alegre recebeu da Câmara Municipal a permissão para instalar alguns postes e fios em vias do centro da cidade a fim de realizar experiências com a luz elétrica. E, depois de celebrar termo de compromisso com os consumidores em 1889 esta empresa passou a fornecer luz elétrica do anoitecer até as dez horas da noite, no inverno e até a meia-noite, no verão. Para festas, casamentos, bailes, teatros e velórios a empresa fornecia luz conforme tempo e preços previamente convencionados. In: AXT, Gunter. **A Indústria de energia elétrica no RGS -dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 30-31.

<sup>47</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. Coleção História, 4.

<sup>48</sup> **Usina do Gasômetro**; 2001. p. 59; 71.

*abandonava de todo os utensílios avoengos. Uma vez que “nesses tempos imprecisos (1929), por aqui pela Capital, se extraía luz de quase tudo: óleo de baleia, querosene, carvão, carvão mineral, sebo, parafina, óleo diesel. Nenhuma fonte de lume havia sido suplantada, umas penetravam nas outras sem muita cerimônia. Na mesma casa, os criados viviam sob a luz do século passado, cuidando de espiroteiras adâmicas, enquanto os recantos senhoris desfrutavam de candelabros belgas”<sup>49</sup>.*

Um ex-funcionário da Usina do Gasômetro, Afonso Treim, também nos faz mergulhar no terreno das reminiscências. Antigo acendedor de lampiões, contempla com nostalgia o local onde no passado iniciou seu trabalho. Volta a ser, por momentos, o menino que corria nas ruas escuras para acender o gás: (...)”*Porto Alegre era uma vila e havia um lugar chamado Colônia Africana, hoje Rio Branco. Bastante perigoso, os homens não gostavam de ir lá quando anoitecia. O vento soprava forte no inverno... Mas Afonso menino ia, acendia o gás às 8 da noite e à meia-noite apagava um meio de quadra deixando as esquinas”<sup>50</sup>.*

Lembranças puras e genuínas, despertadas através dos sentidos, pois são sentidas através das sensações, não da consciência. Aspecto este pelo qual diversos autores, entre eles Marcel Proust<sup>51</sup>, nos transportam aos seus mundos literários. No caso de Proust, o exemplo clássico são as lembranças despertadas por suas *madeleines* molhadas no chá, querendo dizer que “o odor e o sabor suportam durante muito tempo ainda, sem ceder, sobre sua reduzida esfera, o imenso edifício da lembrança”<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> **Usina do Gasômetro**; 2001. p. 60.

<sup>50</sup> Diário de Notícias, Porto Alegre, 18 de Fevereiro de 1973. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>51</sup> PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**: o tempo redescoberto. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1995.

<sup>52</sup> PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**: o caminho de Swann. 15ª ed. São Paulo. Globo: 1993.

Outros escritores saúdam o século XX e o advento da luz elétrica, como foi o caso de Arquimedes Fortini, que lembra dos efeitos dos lampiões de quando trabalhava no Jornal do Comércio e saía *pela madrugada, das oficinas, com as narinas e as faces cheias de resíduos, (mas) agora...basta torcer uma chave e tudo se faz luz, como se costuma dizer, embora no fim do mês as respectivas contas irrite os milhares de consumidores da Energia(...)*<sup>53</sup>.

Ou ainda, numa visão um pouco mais dramática, agora de Achylles Porto Alegre, quando vê a luz elétrica e o transporte elétrico como *“epidemias que estão sempre fazendo vítimas”*.

“É doloroso mas é bonito. Não temos mais “frades” de páo á porta de cada casa, nem de pedra ás esquinas. Temos postes telephonicos e de luz electrica, que nos trazem á casa, de longe, num relampago, a palavra e a luz. Mas, ah! Como nos falta tanta coisa... Faltam-nos a nossa infancia descuidada e a nossa mocidade sonhadora. A cidade remoçou, embellezou-se, e nós envelhecemos(...)”<sup>54</sup>.

Enfim, será justamente em meio a esta conjugação de perplexidade, paradoxo e reminiscência que Porto Alegre começa a ganhar foros de uma grande capital, onde a nova iluminação acaba exercendo papel preponderante, trazendo vantagens significativas ao policiamento e ao comércio - que poderia estender seu horário de funcionamento - sendo possível ainda melhorar a indústria e permitir que os bondes ficassem maiores e mais rápidos. No entanto, o processo de construção desta nova fantasmagoria citadina desenhou uma trajetória bastante peculiar e muitas vezes tortuosa.

Em 1900, por duas vezes a intendência havia chamado concorrentes para a iluminação pública, mas os preços foram julgados excessivos. Então, como nenhuma proposta agradou, a própria intendência tomou para si a tarefa de construção de uma usina termelétrica municipal, custeando parte do investimento

<sup>53</sup> FORTINI, Arquimedes. **Revivendo o Passado**. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1951. p. 8.

<sup>54</sup> PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: s.e., 1940. p. 24-25. Livro organizado por Deusino Varela para as comemorações do Bicentenário da Cidade de Porto Alegre.

com capital externo emprestado<sup>55</sup>, preocupada sobretudo com a iluminação pública dos bairros. Contudo, esta Usina Municipal, inaugurada em 1908, por possuir pequena capacidade (300 KW), não conseguiu satisfazer a demanda dos consumidores dos bairros, o que a levou a facultar seus postes para que as outras empresas estendessem suas linhas<sup>56</sup>.

O fato é que Porto Alegre chegou a possuir três Companhias de energia elétrica: a Fiat Lux, a Usina Municipal e a Cia Força e Luz. Esta última, por sua vez, era considerada a mais importante usina inaugurada no período, tendo surgido da fusão de duas Cias. de capital local que exploravam o transporte: a Cia Carris de Ferro Porto-alegrense (1872) e a Cia Carris Urbanos de Porto Alegre (1891)<sup>57</sup>. Mas, com o advento da 1ª guerra, a navegação marítima foi prejudicada e houve uma alta no preço do carvão inglês e da lenha, o que acarretou uma situação extremamente difícil para o funcionamento do antigo Gasômetro e da Fiat Lux. Assim, de acordo com o Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1927, ao cabo de tantas dificuldades, a Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG)<sup>58</sup> acaba assumindo o controle destas empresas, pois elas já não atendiam a demanda de energia da capital. Sendo que um ano antes esta última companhia já empreendia os primeiros passos para a construção da nova usina geradora de energia da cidade.

---

<sup>55</sup> Durante as gestões de Montauray, Rocha e Bins foram contraídos os empréstimos externos de 1909, 1922, 1926 e 1928, sendo o primeiro contraído com Frederick J. Benson & Cia, de Londres e os outros três representaram dívida externa junto aos Estados Unidos. In: BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 89.

<sup>56</sup> Axt, Gunter. **A indústria ....**1995. p. 70.

<sup>57</sup> O contrato foi celebrado pela intendência em 1906 com Possidônio M. da Cunha, político e capitalista local, sendo as obras contratadas à firma Dick, Kerr & C. Limited, situada na Rua Voluntários da Pátria próximo a Rua Conceição, possuindo na época a maior chaminé da cidade (47,10 m.). In: Axt, Gunter. **A indústria ....**1995. p. 38.

<sup>58</sup> A CEERG, criada em 1923, era uma companhia que tinha como principal acionista a Cia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - importante empresa carioca de mineração de carvão que atuava no Estado desde 1889 - e objetivava conseguir um mercado exclusivo para o consumo do carvão riograndense, uma vez que este sofria a concorrência da lenha e do carvão ingleses, devido ao alto teor de cinzas na sua constituição.

Foram previstos três locais para a construção desta nova Usina do Gasômetro: junto à Força e Luz (rua Voluntários da Pátria, antigo Caminho Novo); em terreno próximo a antiga praça da Harmonia (hoje Praça Brigadeiro Sampaio) ou na Ilha do Pavão. Mas, apesar da Superintendência dos Serviços Industriais ter sugerido a terceira alternativa para evitar incômodos com os moradores da vizinhança, a CEERG terminou por adquirir 25 diferentes prédios na chamada Ponta da Cadeia, próximo à praça da Harmonia.

No discurso do então diretor da CEERG, dr. Mário Ramos, percebemos um pouco do teor da questão: *“...O terreno em que vos achaes, foi escolhido attendendo não só aos que existiam disponíveis, mas também a sua condição privilegiada de estar a margem do Guahyba e a sua formação propícia para as fundações sobre a rocha. A aquisição dos 25 prédios que elle comporta, embora dispuzessemos dos favores da lei federal de desapropriação por utilidade pública, foi feita amigavelmente, sem uma só questão. (...)”*<sup>59</sup>.

E, em 16 de abril de 1926, foi celebrado o lançamento da pedra fundamental da nova usina de Porto Alegre<sup>60</sup>, sendo que o custo total da obra estava estimado em 15.000 contos de réis, a maior soma já investida numa usina gaúcha. Günter Axt compara tal vulto de investimento a hidrelétrica de Tóca que seria a maior usina do gênero no Estado e estava orçada em 2.000 contos<sup>61</sup>.

O Edifício considerado o primeiro em concreto armado de arquitetura industrial do Rio Grande do Sul, podia ter sua grandiosidade medida pelo seu consumo de água – o equivalente a 6.5 vezes o consumo diário de toda a cidade de Porto Alegre. Possuía inclusive um cais próprio, construído com estacas de cimento

<sup>59</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 17 de abril de 1926. MCSHJC.

<sup>60</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, de 17 de abril de 1926. MCSHJC.

<sup>61</sup> Axt, Gunter. **A indústria...**, 1995. p. 57.

armado, que facilitava o desembarque do carvão, livrando-se das taxas do porto da cidade. Era afinal uma usina que produzia 20.000 Kilowatts e apresentava-se em toda sua grandeza com as dimensões de 37 metros de largura e 89 metros de comprimento, tendo as obras contratadas à firma de engenheiros dinamarquesa Christian & Nielsen<sup>62</sup>, onde trabalhavam cerca de 150 operários<sup>63</sup>.

Podemos dizer que a usina possuía um quadro de funcionários bem qualificado, podendo contar, por exemplo, com os serviços do engenheiro Carlos José Hemm, nascido em Alzenan, no sul da Alemanha, tendo formado-se na Universidade de Nuremberg em 1920 e admitido na CEERG em 17 de maio de 1924<sup>64</sup>.

Diz a reportagem do Correio do Povo<sup>65</sup> que o engenheiro C. J. Hemm deu plena assistência técnica à elaboração dos projetos da nova usina e fiscalizou sua construção. Logo no início de suas atividades dirigiu a montagem das 3 subestações conversoras que fornecia energia para os bondes e dirigiu a implantação das redes subterrâneas de luz e força e da iluminação das ruas na parte central da cidade. Passada a fase inicial este engenheiro alemão passou a exercer suas atividades no Departamento de Engenharia, sendo que em 1935, foi ele quem dotou a cidade de Canoas de uma verdadeira rede elétrica<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> “Os senhores Christian e Nielsen são também autores de outras obras importantes, entre as quais figuram: a nova sede do Jockey Club, no Rio de Janeiro... a ponte “Boca do Fogo”, sobre o rio Pabanha, no Estado do Rio de Janeiro; ponte para via férrea e de rodagem sobre o Canal dos Mosquitos no Estado do Maranhão; ponte “Raul Veiga”; no Estado do Rio de Janeiro; ponte para via férrea sobre o rio Macaco, no mesmo Estado, e muitas outras construções em várias partes do mundo. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 17 de abril de 1926. MCSHJC.

<sup>63</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 02 de junho de 1928. MCSHJC.

<sup>64</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de julho de 1963. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>65</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de julho de 1963. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS

<sup>66</sup> Essas informações estão contidas no relatório não publicado de uma pesquisa inacabada coordenada pelas professoras Dorzila Ritter e Luiza Kliemann de 1991, intitulada **Projeto Memorial da Usina do Gasômetro**, cujo material encontra-se nos arquivos do Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moyses Vellinho” –AHPAMV.

Um ex-trabalhador da usina, Antônio Flores, soldador caldeireiro, chega a dizer inclusive que *“eles gostavam muito do pessoal que viesse assim de fora (...) eles gostavam muito dos alemães e italianos, estes tinham preferência. Quando vinha por exemplo um imigrante, eles colocavam lá dentro.... achavam que era eles que sabiam as coisas”*<sup>67</sup>.

Como coloca Charles Monteiro, a política de imigração havia colaborado muito para colocar o Rio Grande do Sul em terceiro lugar no ranking nacional no valor da produção agrícola e, em 1920, o índice de alfabetização da Província era de 38,8% contra 29% de São Paulo. Sendo que *“aproximadamente 40% dos membros da Associação Comercial de Porto Alegre eram germano-brasileiros, além de 17 dos 327 serem italianos. Os germano-brasileiros se destacaram na indústria de cerveja, da metalurgia e da curtição do Couro. Em 1926, fundaram a primeira empresa aérea brasileira: a Varig”*<sup>68</sup>.

Cabe ressaltar, no entanto, que embora possamos evidenciar a presença de alguns alemães no quadro de funcionários da usina, inicialmente, sua chefia era composta exclusivamente por norte-americanos. Como coloca Roberto Vasquez, ex-eletricário da Usina, quando começou a trabalhar lá em 1929 *“a chefia era toda americana (...)cheguei a trabalhar por vinte anos falando só em inglês (...) o nosso vice-presidente era texano...é o estado dos cowboys não é. (...) Foi o criador do Country Club, lá na Anita Garibaldi (...) era uma época de ouro a gente trabalhava com prazer naquela empresa”*. Mas, nem só de estrangeiros era formado o quadro de funcionários da Usina. Tinha muita gente boa daqui. Antônio Flores, por exemplo,

<sup>67</sup> Projeto Memorial da Usina do Gasômetro... 1991. AHPAMV

<sup>68</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...** 1995. p. 46,47.

soldador caldeireiro, fez curso de metalurgia no SENAI e concluiu sua especialização na Escola de Artes e Ofícios de Santa Maria.<sup>69</sup>

Houve também, sem dúvida, um empenho muito grande por parte do governo local em promover não só o desenvolvimento econômico mas também a modernização da cidade. Neste caso merece destaque a reforma administrativa empreendida por Otávio Rocha. Pois, na administração anterior de José Montauray (1897-1923), não chega a se promover uma reordenação do espaço global da cidade, que mantém ainda traços do período colonial, muito embora tenha sido obra de seu governo o Plano Maciel<sup>70</sup>.

Desta forma, podemos dizer que as melhorias feitas por Montauray foram a base necessária que possibilitaria a Otávio Rocha (1924-1928), ir muito além e empreender uma remodelação mais ampla do espaço urbano de Porto Alegre. Segundo Walter Spalding, a obra cidadina de Otávio Rocha que foi também poeta, "*é bem a obra do poeta-urbanista que transformou vielas imundas e escuros becos, e abriu amplas portas de largo acesso à cidade*".<sup>71</sup>

"Um dos primeiros atos de Otávio Rocha na Indendência foi nomear uma Comissão para estudar os principais problemas que se apresentavam à organização do espaço urbano. Em 6 de novembro de 1924, a Comissão Especial para Obras Novas se reúne criando subcomissões para trabalhar sobre as prioridades levantadas pela administração municipal. Foram criadas as Subcomissões de Viação Urbana, Saneamento, Embelezamento, Iluminação-Telefonia-Tração, Abastecimento Público, Finanças e Legislação"<sup>72</sup>.

<sup>69</sup> Entrevistas do "**Projeto Memorial da Usina do Gasômetro**"... 1991.

<sup>70</sup> O plano de melhoramentos de João Moreira Maciel de 1914 previa a abertura de radiais ligando o centro aos bairros e o ajardinamento das áreas baldias próximas à área central. Contudo, a insuficiente receita do município e a obediência total de Montauray ao mandamento do equilíbrio orçamentário de Conte, impossibilitaram a realização do projeto. Este necessitava de grandes recursos que deveriam ser obtidos através de vultosos empréstimos no exterior, assim como uma firme vontade de mudança que não caracterizou a administração Montauray. Lembre-se que os pressupostos positivistas recomendavam "conservar melhorando" e o equilíbrio orçamentário. In: MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...**1995. p. 37.

<sup>71</sup> Mas, coube ao major Bins continuar a obra de Otávio Rocha, o que fez com grande entusiasmo, completando, assim, a abertura da Av. Borges de Medeiros, a da Av. João Pessoa (...) In: SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 167-168.

<sup>72</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...**1995. p. 52.

Evidenciamos de maneira concreta o trabalho desta Comissão através da reimpressão do Plano de Melhoramentos em 1927 que, embora fosse basicamente um plano viário, preocupava-se com a estética, prevendo a criação de espaços verdes e a higienização da cidade.

Em síntese, este plano suscitou a abertura das avenidas Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e São Raphael. Além do prolongamento e alargamento de várias ruas centrais (Vigário José Ignácio, Sete de Setembro, João Manuel, 24 de Maio, Paysandú, e outras), o ajardinamento de uma parcela do Campo da Redenção e a Criação de algumas praças junto ao novo cais (atuais Praça Brigadeiro Schneider e Praça Revolução Farroupilha)<sup>73</sup>.

Ainda que tenha sido às custas de capital da praça de Nova Iorque, como podemos evidenciar no trabalho de Margaret Bakos<sup>74</sup>, o intendente Otávio Rocha consegue pagar as desapropriações e prossegue com a abertura das avenidas. A avenida Julio de Castilhos, por exemplo, foi concebida como espetáculo e monumento da modernidade almejada.

Sua largura, extensão, seu traçado reto, efeito de perspectiva, sistema de iluminação americano "Nova Lux" e perfeição do calçamento, devia expressar em nível do imaginário coletivo o novo patamar de desenvolvimento e refinamento que atingira a sociedade porto-alegrense ou, pelo menos, alguns representantes dela.<sup>75</sup>

Outras ruas também receberam destaque pelos jornais locais, como foi o caso da rua dos Andradas, no trecho entre a ruas Sete de Setembro e a praça Senador Florêncio, tendo a sua nova iluminação inaugurada em maio de 1929<sup>76</sup> e, concomitantemente às notícias de inauguração de novos combustores do tipo Nova Lux e as propagandas dos produtos G.E. comercializados na loja da CEERG, o

<sup>73</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...1995.** p. 77.

<sup>74</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus ... 1996.** p. 89.

<sup>75</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...1995.** p. 100.

<sup>76</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, de 30 de junho de 1929. **A Nova Iluminação da Capital.** MCSHJC.

Correio do Povo costumava editar, em forma de “tirinhas”, a história de Thomaz Edison e incansavelmente publicava reportagens sobre as condições da indústria da eletricidade nos Estados Unidos<sup>77</sup>, configurando elementos fundamentais para a consolidação de uma aura de modernidade em Porto Alegre.

Podemos perceber da mesma forma que esta aura de modernidade emana da própria descrição dos equipamentos utilizados pela Usina do Gasômetro:

“As chatas, transportando o precioso combustível, serão descarregadas por meio de um **systema de guindaste** e o carvão é levado aos **trituradores** por **vagonetes aereos**. Uma vez nos trituradores, o carvão secco, é britado e após transportado por meio de caçambas e **tapetes rolantes** aos silos.(...) Saíndo dos silos o carvão passará por **balanças automaticas** para fins de contrólle rigoroso do consumo, e, dahi, por gravidade será conduzido aos pulverizadores. Pulverizado e misturado...o carvão é, então puxado ás caldeiras por meio de **ventiladores**. As caldeiras são de systema ‘Sulzer-garbe’. (...) Para simplificar o mais possível as operações complicadas dos quadros de comando, a electro-technica moderna emprega, hoje, vantajosamente, **pulpitos de comando**.(...) Dos mesmos o machinista por meio de manobras simples e leves pode accionar, eletricamente, os grandes disjuntores a oleo, os reguladores, etc”<sup>78</sup>.

Enfim, a Usina do Gasômetro era composta por uma verdadeira parafernália cheia de automatismos que buscava a economia de movimentos e o aumento da produção. Era a modernidade que estava acabando de chegar nesta aldeia cosmopolita. Nela “*estavam guardadas as últimas surpresas deslindadas pelo espírito e a inteligência dos sábios através dos tempos. (...) Vinte mil quilowatts estavam rugindo dentro de um prédio novo, de concreto armado, em maquinações alucinadas prestes a transformar a noite em dia nunca visto*”<sup>79</sup>.

Segundo o discurso de Mário Ramos<sup>80</sup>, diretor da CEERG, quando do lançamento da pedra fundamental da Usina do Gasômetro, esta última seria

<sup>77</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de julho de 1930: **A industria da electricidade nos Estados Unidos**; Correio do Povo, Porto Alegre, 22 de julho de 1930: **O consumo de electricidade nos Estados Unidos**; Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de julho de 30: **Há 676 Companhias de bondes nos Estados Unidos**; Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de agosto de 1930: **O capital da industria de bondes electricos nos Estados Unidos**. Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de agosto de 1930: **A electrificação da E.F. Pensylvania**. MCSHJC.

<sup>78</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de agosto de 1928. p. 3. (grifo nosso).

<sup>79</sup> **Usina do Gasômetro**; 2001. p. 41-44.

<sup>80</sup> **Construção de uma grande Usina Termo-Elétrica: Gasômetro**. (Discurso de Mário Ramos quando da Inauguração da pedra fundamental da Usina do Gasômetro). In: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul. CEEE/RS.

abastecida com carvões da bacia de São Jerônimo<sup>81</sup>, constituindo um sucesso técnico e industrial definitivo, porque permitiria obter com um kilo de carvão nacional as mesmas condições de vaporização e rendimento técnico do que se obteria com um kilo de carvão da melhor qualidade da rica bacia do País de Gales.

A própria companhia que administrava a usina possuía, uma loja de venda de artigos elétricos, ferros de engomar, ventiladores, estufas, lâmpadas...- inaugurada em abril de 1929 no grande edifício já conhecido por "Força e Luz", na Rua dos Andradas. Nesse momento dizia em discurso de inauguração Camillo Martins Costa, advogado da CBFÉ/Amforp, que a dita casa *"é menos uma loja de commercio, no sentido que decorre da preocupação precipua de auferir sempre maiores lucros entre o custo da mercadoria e o preço da venda, do que uma exposição permanente de artigos de electricidade, obedecendo ao escopo superior de divulgar, tanto quanto possivel, o conhecimento dos mais aperfeiçoados aparelhos de aproveitamento dessa energia magica que vem transformando os habitos do homem, no sentido de uma crescente commodidade e de um progressivo bem estar"*<sup>82</sup>.

"A Companhia tem um empregado especialista em arranjos e iluminações de vitrines. Esse empregado acha-se á disposição do publico, como consultor tecnico sobre problemas de photometria e iluminação de suas vitrines. A loja acha-se disposta sobre quatro planos. Sobre o **primeiro** plano... mesas de amostras...com aparelhos electricos os mais modernos no genero.. **No segundo** plano, existe um grande armario com um balcão de crystal. Na armação, em pequenas gavetas, os mostruarios das mercadorias ficam á vista dos fregueses...**No terceiro** plano, entre duas grandes columnas foi instalada a caixa para pagamento de contas de fornecimento de luz, o bureau de informações, e a entrada para o Departamento Comercial. Ao lado direito desse plano, acha-se

<sup>81</sup> Com relação a exploração do carvão nestas plagas, atribui-se ao desbravador inglês James Johnson o pioneirismo da mineração no Rio Grande do Sul e no Brasil em meados do século XIX. Situou-se nos atuais limites do município de Arroio dos Ratos e dali o produto era transportado no lombo de mulas até São Jerônimo. Entre 1872 e 1878 J. Johnson formou a "The Imperial Brazilian Collieries C. Limited" e construiu uma estrada de ferro ligando Arroio dos Ratos à São Jerônimo (18 Km). Mas neste último ano a empresa foi à falência e a Firma Holtzweissig e Cia recebeu o privilégio de explorar a Mina de Arroio dos Ratos. E finalmente, em 1889 uma nova Firma surge para dar continuidade à exploração do carvão: a "Cia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo" com sede no Rio de Janeiro e que mais tarde veio a iniciar a construção da Usina do Gasômetro. In: SULZBACH, Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos: Berço da Indústria Carbonífera Nacional**. 2ª Edição. Esboço Histórico, 1992.

<sup>82</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 1 de maio de 1929. p. 05. MCSHJC

construído um bungalow em miniatura. Ao lado esquerdo encontra-se o aquecedor eléctrico de água, que, em três minutos apenas, aquece, elevando a água a uma temperatura suficiente para se tomar banho. **No quarto** plano, metade do espaço foi reservado para uma cozinha modelo, as paredes são revestidas de ladrilhos brancos e pretos; à direita acha-se colocado um fogão eléctrico tipo de luxo, a esquerda um refrigerador automático que fabrica gelo dia e noite. No centro, contra a parede encontra-se um aparelho eléctrico de lavar louças que é digno de nota devido a sua eficácia e simplicidade de operação. Este aparelho de lavar louças acha-se ligado conjuntamente com uma pia que é suprida com água quente por intermédio de um aquecedor eléctrico”<sup>83</sup>.

Mas, de nada adiantaria possuir uma loja tão moderna se, segundo as reportagens jornalísticas, até 1930 as residências consumiam eletricidade praticamente apenas para a iluminação. Foi a partir de então que teve início uma forte política publicitária disparada pela CBF/Amforp através da revenda na sua loja dos produtos General Electric<sup>84</sup>.

Para incentivar ainda mais o consumo destes aparelhos, a CBF/Amforp criou a Escola de Economia no Lar promovendo durante os anos 30 e 40 inúmeros cursos de culinária e refrigeração para as donas de casa<sup>85</sup>.

A própria expansão do cinema nos anos 20 ajudou também na composição desta nova fantasmagoria citadina, pois não apenas provocou um grande impacto na área socio-cultural, trazendo modificações nos hábitos e nos costumes da população, alimentando os mais modernos sonhos de consumo e fazendo com que toda energia gerada começasse rapidamente a ser utilizada pela avalanche dos novos produtos eléctricos que passavam a ser utilizados por gente famosa, uma vez que *“nossa cidade viu as estrelas norte-americanas invadirem suas telas. Também viu as estrelas europeias interpretando papéis em filmes de estúdios norte-americanos, que importaram divas como Theda Bara e Greta Garbo. Estúdios como*

<sup>83</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 1 de maio de 1929. p. 05. MCSHJC

<sup>84</sup> A Federação 25 de junho de 1930 e 1 de agosto de 1930. MCSHJC. As próprias luminárias adotadas nas ruas centrais e algumas existentes nas ruas secundárias de Porto Alegre, do tipo Nova Lux, eram produzidas também pela General Electric. Com raras exceções, como a iluminação da Avenida Borges de Medeiros que foi encomendada à Empresa Lux de capital nacional. In: **Iluminação Pública de Porto Alegre: Uma História** (1989). Museu da CEEE.

<sup>85</sup> Correio do Povo, Porto Alegre 23 de março de 1937. MCSHJC

a *Universal* chegaram a instalar escritórios de representação em Porto Alegre<sup>86</sup> e esteve em cartaz no mês de agosto de 1931, no cine Apollo o filme de Charlie Chaplin, "Luzes da Cidade", ajudando a reforçar aquela nova fantasmagoria urbana<sup>87</sup>.

Por outro lado, com relação às indústrias da capital, muitas sequer consumiam eletricidade. Isso porque inicialmente aqueles industriais instalavam suas próprias centrais, como foi o caso da Fábrica de Móveis Warter Gerdau e da Fábrica Têxtil A. J. Renner. Por isso fez-se necessário também a CBFÉ/Amforp incentivar o hábito do consumo de energia pelas indústrias através de mensagens publicitárias, onde destacava os avanços tecnológicos e as novas condições das fábricas modernas: *"as fábricas de hoje não são mais como as de um tempo atrás - emaranhado de correias de transmissão...agora o maquinário elétrico tras maior segurança para o operário e produção mais eficiente"*<sup>88</sup>

Como afirma Marshall Berman, a modernização da cidade inspirava a modernização da alma dos seus cidadãos pois são instituídas novas formas de sociabilidade públicas no espaço urbano<sup>89</sup> e a eletricidade era um dos principais produtos, criados e aperfeiçoados pelo desenvolvimento científico da época, como fonte de energia mais potente e higiênica, se comparada ao vapor e ao gás.

Podemos dizer que a Usina do Gasômetro, sendo a grande fornecedora de energia para a cidade, incorporava os elementos simbólicos de um imaginário fascinado pela ciência, pela eletricidade e por sua ilimitada força geradora. Ela estaria, portanto, simbolicamente associada ao moderno, ao progresso e à

<sup>86</sup> STEYER, Fábio Augusto. *O cinema em Porto Alegre – RS (1896-1920)*. Porto Alegre: Print Line, 1998.

<sup>87</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, de 02 de agosto de 1931. MCSHJC.

<sup>88</sup> A Federação 02 de maio de 1930 e 22 de outubro-1930. MCSHJC.

<sup>89</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

civilização - em contraponto a tudo que pode ser considerado tradicional, por proporcionar uma vida mais cômoda, dinâmica e veloz, ainda que não fosse para a toda a sociedade. Sendo que o grande divisor de águas entre o moderno e o tradicional está sendo entendido aqui, segundo Anthony Giddens, pelo *"ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento, (...) o escopo da mudança ...e a natureza intrínseca das instituições modernas"*<sup>90</sup>.

Desta forma, tratar da história inicial da Usina do Gasômetro é tratar de um ícone de nossa modernidade. Pela sua constituição monumental e por possuir equipamentos extremamente modernos para a época. Com funcionários qualificados e pelos significativos estímulos que deu ao consumo de elétrico-eletrônicos e a utilização de energia pelas fábricas. Por tudo isso, por empreender portanto um novo ritmo para a cidade, pode ser considerada um dos elementos mais importantes na constituição do imaginário simbólico da *Belle Époque* portoalegrense.

## 1.2 Um "trambolho inestético"<sup>91</sup> mostrando as contradições da modernidade

*"Olho o mapa da cidade  
como quem examinasse  
a anatomia de um corpo...  
(É nem que fosse o meu corpo!)(...)"*

*O Mapa, Mario Quintana.*

Ao pensarmos no despertar da nova sensibilidade moderna que aqui estamos relacionando à construção e funcionamento da Usina do Gasômetro vamos ver que não se trata apenas de uma questão relacionada à velocidade, conforto e sedução. Acabam incidindo sobre os avanços da modernidade muitas representações

<sup>90</sup> GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 15.

<sup>91</sup> Expressão oriunda do parecer do Diretor da Higiene do Estado, prof. Fernando Freitas e Castro, quando se refere ao "erro técnico de instalar uma Usina na cidade.....jogada num recanto da cidade...aquele trambolho inestético". *Correio do Povo*, Porto Alegre, de 24 de abril de 1931. MCSHJC.

contraditórias. De um lado, a atração pelas novidades tecnológicas, a agilidade e o conforto. De outro, o perigo e/ou inconvenientes que podem gerar: a poluição, os acidentes no transporte elétrico e o sistema de holding que se instalava para explorar, com uma série de vantagens, a produção e o fornecimento de energia local.

Inicialmente, ao retornarmos às desapropriações para a construção da Usina veremos que não foram tão tranqüilas como afirmava o então diretor da CEERG. Sua versão apaziguadora acabou sendo desmentida quando o dono de uma padaria e fábrica de torrar e moer café na rua General Salustiano números 3 e 5, sr. João Araujo Amellas trouxe à público, através de coluna no jornal Correio do Povo, ser vítima da prepotência da CEERG que invadiu a sua propriedade.

"A Cia Energia Electrica Rio Grandense invade minha fabrica, derruba a seu talante cêrcas e muros, tala minha propriedade e, sob o pretexto de construir uma uzina , não contente com tudo isso, fecha-me agora o acesso ao rio...todos sabem que já o primitivo proprietário da padaria...como eu, tínhamos nos fundos dos prédios um pequeno porto por onde.... se remettia o pão e café para as ilhas fronteiras. (...) Pois bem, fechando-a, assim sem mais indennisação, a Cia. Energia Electrica Rio Grandense não só praticou contra mim a violência jurídica do esbulho (para cuja reparação já constitui advogados) como revelou-se dum poder de attentado e desrespeito aos fracos"<sup>92</sup>.

Em maio de 1926 lhe foi concedido pelo juiz o mandado de restituição não só dos prédios da rua General Salustiano como do porto de onde despachava suas mercadorias. Isto depois do mesmo apelar inclusive para argumentos bucólicos, mencionando que aquela região possui a magnífica beleza do crepúsculo e que estamos na eminência de perdê-lo.

"...Ao longo de nossa principal artéria, sobretudo da praça da Alfandega, se observa á tarde, quando o sol se inclina e morre bem ao fundo da rua dos Andradas, vestindo-se de jade e ouro. Pois bem, tudo isso a intendencia e a Cia de Energia vão destruir...(e) em vez do aprazível crepusculo teremos, no fim da principal arteria de nossa cidade, a uzina da Electrica-negra, suja, repelente, vomitando sobre ella nuvens de fumaça e pó de carvão...pó que é o nosso pão intendencial de cada dia e que, agora se colloca ás golphadas, no proprio coração da cidade"<sup>93</sup>.

<sup>92</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, de 18 de abril de 1926. MCSHJC.

<sup>93</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, de 25 de abril de 1926. MCSHJC.

No dia 05 de maio de 1926 o sr. João Araujo Arnellas acompanhado de um oficial de justiça e um policial, dirigiram-se para o terreno em questão, com o intuito de fazer executar a sentença. Foram, porém, mal recebidos por um dos gerentes da Energia Elétrica, o qual não acatando a intimação do oficial de justiça negou-se a obedecê-la. Indignado o sr. Arnellas, munido de um machado, executou com suas próprias mãos a sentença, derrubando a “estacada” e outros tapumes que atravancavam seu porto. Para terminar, momentos depois, apareceu um empregado da Cia de Energia em seu estabelecimento declarando que ia cortar-lhe a corrente elétrica e retirar o contador<sup>94</sup>.

Além destas questões diretamente ligadas aos proprietários, encontramos também o parecer de uma comissão organizada, antes da encampação, pelo Ministério da Agricultura, para avaliar os bens e instalações da CEEEG e ao realizar a análise dos terrenos evidenciou que a importância escriturada pela empresa não coincidia com as quantias levantadas pelas escrituras<sup>95</sup>.

Por outro lado, pensando agora nos trabalhadores da Usina, veremos que nem só de imigrantes qualificados era composto o quadro de funcionários da usina. Através de Aramis da Silveira, o “velho Aramis – o mais antigo funcionário da usina”, tendo iniciado lá em 1932, descobrimos que a usina usava cerca de 40 ou 50 presidiários por dia nos trabalhos de carregamento de carvão, com os horários das 7

<sup>94</sup> As partes envolvidas neste processo só chegaram em um acordo em 18.05.1926, mediante uma indenização do sr. Arnellas de 35:000\$000 . In: Correio do Povo, Porto Alegre, de 05.05.1926 e de 18.05.1926. MCSHJC.

<sup>95</sup> **Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Ministério da Agricultura.** (Sr. Dr. Mário Meneghetti); Portaria 949 de 10-09-1957. Relatório e Anexos (volume I) In: In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS. Obs. Esta comissão tratou especificamente do levantamento contábil já que o tombamento físico não chegou ao término.

às 12 e das 13 às 18 horas, até 1934 quando passou-se a cumprir uma jornada de 8 horas<sup>96</sup>.

Além disso, realizando um mergulho na história do cotidiano daquele prédio, e de certa forma corroborando com a nossa abordagem sobre o trabalho dos presidiários na usina, Sérgio da Costa Franco nos fala um pouco do perfil daqueles presidiários: *"Após a República, durante os governos de Borges de Medeiros e Carlos Barbosa, os produtos da marcenaria da Casa de Correção tinham boa reputação. Um número avultado de presos ocupava-se em trabalhos de serralheria, marcenaria e outros ofícios, numa louvável recuperação ocupacional"*<sup>97</sup>.

Diz ainda Antônio Flores, ex-soldador caldeireiro, que a presença de presidiários na Usina foi uma decisão judicial.

"Deviam ser aproveitados aqueles que já estavam perto de sair. (...) Aquele preso do crime violento eles não levavam pra trabalhar conosco. A função do presidiário dentro da usina era limpeza (...) e muitos deles trabalhavam na despesa de carvão, precisavam descarregar o carvão...sempre vigiados pela polícia. (Inclusive)...um me deram pra trabalhar comigo...foi em 1949... o crime dele era pouco... e libertaram ele. Foi para São Paulo e continuou trabalhando com a Cia. (...)Depois houve umas reclamações e quando houve a encampação, o Vargas, quem era o secretário de energia, tirou eles tudo de lá"<sup>98</sup>.

Eram verdadeiros dramas do operariado descritos por Antônio Flores.

"aquelas cinzas penetravam diretamente nos pulmões...e tinha também doenças de pele...alta temperatura (mais ou menos 80 graus)...pro pessoal que estava nas carvoeiras era mesmo que um mineiro...as luvas eram poucas...e só depois da justiça do trabalho é que resolveram dar botas pro pessoal"<sup>99</sup>.

O drama do operariado descrito por Flores nos tempos áureos da usina nos fez lembrar o personagem Naziazeno Barbosa, funcionário burocrata da repartição que cuida das obras de ampliação do porto, desempenhando função subalterna, representativa de uma classe social intermediária entre os trabalhadores braçais e

<sup>96</sup> Zero Hora, Porto Alegre, Quinta-feira, 11 de fevereiro de 1982. p. 37.

<sup>97</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre. Guia Histórico**,...1992..p. 126.

<sup>98</sup> **Projeto Memorial da Usina do Gasômetro**. Coord. Geral Dorzila Ritter e Coord. de Pesquisa Luiza Kliemann.1991. AHPAMV.

<sup>99</sup> **Projeto Memorial da Usina do Gasômetro**...1991. AHPAMV.

os chefes, cujo salário era insuficiente para pagar o leite do filho, revelando o drama de sua classe social<sup>100</sup>.

Dionélio Machado em "Os Ratos", obra publicada em 1935, utiliza elementos referenciais, ainda que bastante diluídos na narrativa, que situam-se temporalmente entre os anos 20 e 30 privilegiando um espaço que coincide com a realidade de Porto Alegre. Trata-se de uma narrativa que busca apreender a realidade por dentro, a partir da experiência vivida e a partir dos dados objetivos chega-se à história do crescimento econômico do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a obra nos ajuda a construir um pouco do imaginário urbano da Porto Alegre dos anos 20 e 30, nos fazendo pensar que embora estivesse ocorrendo um período de renovação e busca da modernidade urbana (1924-1945)<sup>101</sup> e o capitalismo autônomo tentasse encobrir as grandes diferenças sociais existentes nos grandes centros urbanos, a saga deste personagem de Dionélio Machado, na busca desenfreada de dinheiro para pagar o leiteiro e a cidade que lhe nega uma saída, refletem a situação do proletariado urbano que não participa dos avanços modernizadores da cidade, mas apenas contribui para esses com a sua força de trabalho.

Os "eternos intendentess" procuram empreender projetos de "Vilas Operárias" e "Bolsa de Trabalho", com o intuito de institucionalizar a doação de alimentos aos desocupados através de vales refeições nas cozinhas populares. No entanto, em 1937, às vésperas da queda de Alberto Bins, tem-se uma realidade muito diferente daquela que o PRR idealizou no seu programa partidário: a que faria de cada operário o dono de sua moradia. Nesse sentido, Margaret Bakos conclui dizendo

<sup>100</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **História e Literatura**: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de "Os Ratos". Bauru, SC: USC, 1995.

<sup>101</sup> PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre**: espaços e vivências. Porto Alegre; UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.

que, *tentar resolver tais questões minimizando os conflitos de classe, só faz aumentar o problema, pois a postergação e medidas paliativas dificilmente são capazes de viabilizar soluções de ordem social*<sup>102</sup>.

Fica bastante evidente que aquela modernização não era para todos. Foi preciso muito suor no interior da usina para garantir o conforto e a agilidade no cotidiano de algumas pessoas e ainda assim o serviço prestado apresentava falhas.

Era comum, segundo as reportagens do Correio do Povo, as queixas contra a falta de organização da Cia e seus equívocos relativos aos cortes de luz. Como foi o caso do morador da rua 14 de julho que registrou a visita de empregados da CEERG em sua residência afim de cortar-lhe a corrente elétrica. O mesmo mostrou-lhes os recibos quitados mas os empregados não aceitaram nenhuma explicação e cumpriram a ordem recebida da Companhia. Somente depois do morador comparecer na sede administrativa da Companhia na rua dos Andradas é que recebeu a justificativa de que teria acontecido um engano<sup>103</sup>.

Algumas reclamações eram oriundas da constante falta de luz em locais bem conhecidos e freqüentados da cidade como a Biblioteca Pública<sup>104</sup> e o cinema Carlos Gomes<sup>105</sup>. Sendo que estas faltas ou a precariedade no de fornecimento de energia são ainda piores quando saímos da região central e analisamos alguns casos em outros bairros da cidade. Um morador do bairro Rio Branco faz o seu relato: *"Pois eu lhe digo: não podia ser pior! Nós aqui não temos nada! Nada, pela*

<sup>102</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentés**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 183.

<sup>103</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 1929. MCSHJC.

<sup>104</sup> A Biblioteca Pública ficou sem luz no dia 24 de outubro de 1928 segundo Correio do Povo, Porto Alegre, deste mesmo dia. MCSHJC.

<sup>105</sup> Ficou registrada a reclamação de um freqüentador do cinema Carlos Gomes que, "tendo ido, hontem, á primeira sessão do cinema Carlos Gomes, sessão essa marcada para á 7 e meia horas, só foi ella iniciada ás 8 e meia, devido a falta absoluta de luz e força naquele centro de diversões. Como não é a primeira vez que isso sucede, é que eu, parte integrante da população, venho, por vosso intermédio, protestar(...)". In: Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de outubro de 1928. MCSHJC.

*palavra nada! E embora paguemos todos os serviços á Intendencia, não temos luz, pois nos alumiamos a Kerozene, não temos agua, não temos policia, não temos remoção de lixo (...)*<sup>106</sup>. Outro morador, agora do Partenon, da rua Boa Vista, diz não poder se conformar com a luz elétrica fornecida a esse bairro, não só a pública como a particular: “Eu que vivo de escrever para varias casas, o que faço á noite, vejo-me forçado a faze-lo quasi diariamente com o auxilio das “archaicas velas”! E porque? Porque a luz electrica me falta três ou quatro noites consecutivas por semana (...)<sup>107</sup>. E, finalmente, para não dizer que os problemas ficavam restritos ao fornecimento de luz, encontramos ainda uma reclamação relativa fornecimento de gás.

“O gaz melhorou, chegando a ser bom. Mas, agora, voltou de novo a ser ruim, e não se sabe se a causa será outra vez a péssima qualidade do carvão empregado para a sua fabricação. O que é facto é que não se pode tomar um banho morno, porque o gaz nem para isso serve. E o mais interessante é que para o gaz foi adoptado o mesmo systema da luz electrica, a taxa minima de 10\$000 e mais 1\$000 pelo aluguel do contador, quer dizer que pela má qualidade do gaz o consumidor não chega a gastar 4 metros cubicos, que seriam 4\$000, mas terá que pagar 10\$000 e mais 1\$000 pelo aluguel do contador!!!”<sup>108</sup>.

Encontramos ainda críticas relativamente técnicas, que parecem ter fundamento:

“É de admirar que os technicos da Intendencia Municipal em combinação com os da Companhia Brasileira de Força Electrica tenham offuscado a população de Porto Alegre com um systema de iluminação tanto ceergetico. Que nos expliquem a razão, os luminotechnicos responsaveis pela nova iluminação da nossa principal artéria e que alardeiam o modernissimo processo de circuito em série, de terem empregado, em uma rua que não tem 16 metros de largo, postes de altura quasi maxima (proprios para avenidas)” que acabam não iluminando eficientemente a dita artéria.<sup>109</sup>

A própria história da construção da usina também não foi muito tranqüila, pois a empresa carioca CEERG se viu forçada a assinar contrato com os norte-americanos por falta de recursos. Isto é, aquele monumento à eletricidade, antes

<sup>106</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de outubro de 1928. MCSHJC.

<sup>107</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15 junho de 1929. MCSHJC.

<sup>108</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de junho de 1929. MCSHJC.

<sup>109</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 03 de julho de 1929. MCSHJC.

mesmo de estar pronto, conduziu a CEERG a dificuldades financeiras - obrigando num primeiro momento aquela Cia a reduzir a distribuição de dividendos aos seus acionistas e depois - tanto a CEERG como a São Jerônimo - acabam suspendendo completamente tal pagamento. Agravaram-se, portanto, os problemas relativos à reunião de recursos para a conclusão da obra e em novembro de 1927 teve início um longo processo de negociações entre a CEERG e o grupo norte-americano American & Foreign Power (Amforp) representado no Brasil pela Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE) que por sua vez era subsidiária da Electric Bond and Share Co. e do Banco Morgan de Nova Iorque<sup>110</sup>. O Correio do Povo noticia o fato de que os representantes da CBFE fizeram visita a Porto Alegre para negociar a compra da CEERG e da Carris e tiveram que voltar para o Rio de Janeiro (onde estava instalado o escritório da Cia norte-americana) pois não haviam chegado ainda a um acordo com a municipalidade<sup>111</sup>. A CBFE acabou recebendo prorrogação no prazo e apresentou nova proposta. Até onde se sabe, durante a gestão de Otávio Rocha, a proposta apresentada pela empresa americana foi considerada inaceitável e os técnicos do município interromperam as negociações.

"Assim referia-se o intendente Otávio Rocha sobre esta questão: "(...) Tenho o maior prazer em atrahir para a capital do estado capitaes estrangeiros, mas o monopólio, ainda que controlado com o juizo arbitral, é assumpto que não posso resolver immediatamente, devendo ainda, em tempo, ouvir o governo do Estado (...). Não me comprometto, pois resolver o assumpto sinão depois de bem esplanado (...). Não tendo a Companhia podido alterar radicalmente certas cláusulas, como desejava a municipalidade, o engenheiro Fernando Martins, com prévia autorização do Intendente, interrompeu as negociações em carta de 04 de novembro, dizendo ser impossível conceder o privilégio de 50 annos e inaceitaveis os preços maximos do Kilowatt-hora, pleiteados pela Bond and Share Co"<sup>112</sup>.

O próprio Diretor Geral das Obras Novas já estava convencido de que as usinas térmicas serão futuras usinas de reserva e que o problema da distribuição de

<sup>110</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de abril de 1928. MCSHJC.

<sup>111</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de março de 1928. MCSHJC.

<sup>112</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de outubro de 1928. MCSHJC.

eletricidade, a baixo preço, só será resolvido plenamente com as grandes instalações hidrelétricas<sup>113</sup>.

Além disso, como coloca Charles Monteiro, a Companhia exigia o monopólio não só do fornecimento de energia (elétrica e gás), mas a exploração do transporte público de bondes elétricos e ônibus. Exigia ainda isenções fiscais, poder de desapropriar terrenos e imóveis para a instalação do novo equipamento, ampliação da rede e o direito de decidir sobre a necessidade dessa ampliação<sup>114</sup>.

Tratava-se, enfim, da presença dos interesses imperialistas em Porto Alegre que tiveram, segundo o Intendente Loureiro da Silva, conseqüências imediatas, pois foi possível verificar-se o êxodo das indústrias de Porto Alegre para São Leopoldo, onde as tarifas de energia elétrica são mais baratas<sup>115</sup>.

Mesmo assim, com o falecimento de Otavio Rocha, as transações foram retomadas por Alberto Bins e, em 1928, o município chamou concorrência para a concessão dos serviços de eletricidade - sendo que o prazo para concorrência foi fixado em 30 dias, ao final do qual foi apresentada apenas a proposta da CBFE. Esta Cia exigiu dos poderes públicos uma resposta final em 6 dias e teve o contrato assinado em 5 de maio de 1928.

O que chamou mais atenção no processo de assinatura do contrato com a CBFE/Amforp foram os seus atropelos que acabaram sendo severamente criticados pelo Correio do Povo, que destacava o exíguo o prazo de 30 dias para a concorrência, pois inviabilizava a participação de outras empresas e a avaliação das propostas da CBFE/Amforp em apenas 6 dias impossibilitava uma justa definição da

<sup>113</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de outubro de 1928. MCSHJC.

<sup>114</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: ...**1995. p. 123.

<sup>115</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus ...** 1996. p. 108-109.

Intendência e seus técnicos. Muitos pontos da proposta foram considerados obscuros:

"A proposta da Companhia Brasileira de Força Elétrica é, francamente **confusa e omissa** em pontos da maior importância....(Na) cláusula n.5 determina o preço máximo do kilowatt-hora, a segunda parte estipula a cobrança, por meio de uma tabela, em que serão tomadas em consideração a quantidade de energia consumida, o factor de carga e de potencia e outras condições de uso...A nosso ver... estará computado, no preço não só a taxa de consumo do Kilowatt, como ainda uma sobretaxa concernente a capacidade de cada instalação....(Além disso)...no que se estipula no n.8 da proposta é o direito da concessionária de exigir '**depósitos rasoaveis**' dos consumidores. Esses 'depósitos rasoaveis' podem-se elevar, no entanto, segundo a mesma cláusula, à quantia do consumo, '**orçada por estimativa**', de dois meses. Antes de tudo a estimativa seria sempre uma base aleatoria". Aos transportes transviarios...só ligeiramente se referiu...diz que estudará uma reforma do contrato vigente para o serviço de tranways, em condições satisfatórias para habilitar o concessionario a reformar e remodelar os serviços actuaes... Mas, em que sentido se orientará, no entanto a reforma de contrato da companhia de bondes? À pergunta não responde uma só das cláusulas da proposta...É esta sem dúvida a omissão principal que se contem na proposta da CBFÉ..."<sup>116</sup>

Com relação a comissão que se formou para analisar a proposta da CBFÉ/Amforp, houve o cuidado muito especial de afastar um técnico indicado para um posto nesta comissão. Trata-se do dr. Egydio Hervé, chefe dos Serviços Industriais do Município que trabalhava na gestão Otávio Rocha e considerava inaceitável a proposta da Cia<sup>117</sup>. Merece destaque um trecho da carta enviada pelo dr. Hervé para o jornal Diário de Notícias em 14 de abril de 1928 que acabou não sendo publicada:

"...É preciso que não deixemos o brilho do ouro alheio ofuscar a nossa visão...E é preciso..., que não nos deixemos dominar pela vertigem tentadora do desejo ardente de progresso, para que não caiamos no regime dos monopolios....". ...Não é justo que se resolva um caso como este, sem que se tenha ouvido um tecnico, que, ha algum tempo, desempenha a comissão de confiança de administrador dos serviços industriaes da Municipalidade"<sup>118</sup>.

O referido contrato foi considerado lesivo não apenas pela equipe do Correio do Povo mas também por professores da Escola de Engenharia e do Instituto de

<sup>116</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 02 de maio de 1928. MCSHJC.

<sup>117</sup> Egydio Hervé foi também superintendente da Carris em Porto Alegre e iniciou as conversações com Otávio Rocha para a implantação do novo sistema de auto-ônibus na cidade. In: NUNES, Marion Kruse & VILARINO, Maria da Graça. **Carris 120 anos**. Porto Alegre: SMC, 1992. p. 32.

<sup>118</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, - 05 de maio de 1928. MCSHJC.

Eletrotécnica<sup>119</sup>. Günter Axt, por sua vez, destaca outro aspecto sobre o contrato com a CBFE/Amforp, dizendo que a assinatura do mesmo inviabilizou definitivamente a construção de uma grande hidrelétrica no rio Jacuí, que forneceria eletricidade abundante e barata ao interior e à capital. Diz o autor que esta medida privilegiava os interesses da indústria carbonífera no estado, mediante a reserva de mercado garantida pela termelétrica de Porto Alegre o que acabava deixando o interior desabastecido<sup>120</sup>.

Enquanto a CBFE/Amforp passava a atuar aqui em Porto Alegre e em mais nove capitais brasileiras entre as quais Belo Horizonte, Salvador e Recife, a Light (canadense) controlava o mercado de energia no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Dumara Monguihott, a Amforp e a Eletric Bond & Share faziam parte de um conglomerado, junto com o grupo Morgan, que era composto por Bancos, Indústrias e empresas de transporte e de utilidade pública<sup>121</sup>. E ao estabelecer-se um paralelo com Rio de Janeiro e São Paulo a CBFE/Amforp ficava muito abaixo da crítica pois o Kw-luz naquelas duas cidades era vendido a \$500 réis para o consumidor, enquanto aqui era \$900 réis, sem falar no Kw-força que era muito mais barato nos dois outros estados<sup>122</sup>.

Além da CBFE/Amforp possuir uma das mais caras tarifas de luz do Estado, abusava na aplicação de multas e penalidades aos consumidores, comportando-se como um verdadeiro "poder paralelo", pois não sujeitava-se à fiscalização por parte dos poderes públicos<sup>123</sup>. E, embora sob marcação cerrada dos jornalistas do Correio

<sup>119</sup> Diário de Notícias – 09 de maio de 1928. MCSHJC.

<sup>120</sup> AXT, Günter. A Formação da empresa Pública no setor elétrico gaúcho. **Revista do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, Anos 90. n 4 dez., 1995.

<sup>121</sup> BOMBASSARO, Dumara Monguihott. Energia Elétrica no RS: da Fiat Lux em 1888 à CEEE em 1963. Porto Alegre: PUC/RS, 1992. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>122</sup> SILVA, José Loureiro da. **A Companhia de Força e Luz contra a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

<sup>123</sup> Axt, Gunter. **A indústria....** 1995, p. 56.

do Povo, a CBF/E/Amforp conseguiu gozar da proteção explícita dos poderes executivos do estado e do município<sup>124</sup>.

Mas, os paradoxos da modernidade não cessavam por aqui. A cidade estava modernizando-se às custas de tarifas escorchantes, depois de ter assinado um contrato duvidoso, mas havia ainda o caso da fuligem emitida pela usina, tornando-se um dos pontos que mais gerou polêmica na época, colocando os moradores da vizinhança em pé de guerra enquanto os anúncios de cozinhas modernas com elegantes fogões e refrigeradores mostravam o outro lado da moeda.

Era um verdadeiro bombardeio de anúncios. Um deles, por exemplo, foi intitulado: "*Os estragos produzidos pelo carvão das Chaminés da Usina Eléctrica Rio Grandense*", onde encontramos muitas vezes o argumento de que "*fábricas, usinas e outros estabelecimentos de grande montagem são sempre instalados fóra do perímetro urbano das cidades. Ora, acontece que o fornecimento da nova usina da Companhia Energia Eléctrica Rio Grandense, veio demonstrar quão prejudicial ella é na zona central da nossa urbs*"<sup>125</sup>. Isto porque os moradores da chamada "região vesuviana" reclamavam que seus móveis, roupas e cortinas estavam sendo destruídos pelas cinzas, e a própria saúde daqueles que ali moravam estava correndo sérios riscos.

Chega a ocorrer em determinado artigo jornalístico o apelo da população daquela região por máscaras de oxigênio, comparando a Usina a um vulcão em erupção<sup>126</sup> ou ainda referindo-se a mesma como um "trambolho inesthetico" que por

<sup>124</sup> É possível observarmos em relatório do Dr. Alberto Bins uma posição contrária a todas estas críticas onde o mesmo afirma que o contrato assinado em 1928 não apresenta os pontos que a opinião pública, sobretudo a imprensa, criticam. In: BINS, Alberto. **Elementos Retrospectivos do problema resolvido, em 1928, pela Administração Municipal**. 1947. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho-AHMV. Mesmo percebendo falta de coerência entre a posição da administração de Otávio Rocha e a de Alberto Bins a maioria das opiniões são contrárias ao monopólio norte-americano de energia elétrica. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 05 de maio de 1928. MCSHJC.

<sup>125</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1929. MCSHJC. p.7.

<sup>126</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 21 de abril de 1931. MCSHJC. p.7.

erro foi jogado num recanto da cidade<sup>127</sup>. A Secretaria da Higiene fala em fechar a usina ou muda-la de lugar. Mas, como fecha-la acarretaria em prejuízo para a cidade, a mudança seria a forma mais fácil, não fossem os 25.000 contos empregados na sua construção<sup>128</sup>.

O fato é que, procurando solucionar “O supplicio da parte oeste da cidade”<sup>129</sup>, o dr. Fernandes Moreira, Secretário das Obras Públicas, começa a estudar o uso de um dispositivo que possa filtrar a fuligem das chaminés, mediante apreciação de um processo semelhante ocorrido em uma fábrica na cidade de Rio Grande. Foram pedidas informações sobre os aparelhos electro-filtros “Siemens” e no dia 5 de maio de 1931 o Correio do Povo publica reportagem de página inteira, colocando inclusive os desenhos dos tais filtros – sendo noticiada ainda a chegada de engenheiros americanos para estudar o assunto<sup>130</sup>. Finalmente são iniciadas as obras do novo eliminador de cinzas<sup>131</sup>, porém, sabemos que o problema da fuligem será resolvido definitivamente somente no ano de 1937 com a construção de uma chaminé mais alta, de 117 metros de altura, que encontra-se hoje, assim como o prédio, tombada como patrimônio histórico e cultural da cidade, mas isto já é assunto para os próximos capítulos.

Para finalizar, não poderíamos deixar de mencionar neste tópico a questão do transporte. Tendo em vista que o contrato de 5 de maio de 1928 contemplava a compra das 3 usinas já existentes (Força e Luz, Fiat Lux e a Usina Municipal) incluindo a Usina do Gasômetro, passando a vigorar a partir de 2 de junho de 1928. E, com relação aos serviços viários foi formalizado um novo contrato, em 13 de

<sup>127</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de abril de 1931. MCSHJC. p.12.

<sup>128</sup> Correio do Povo, Porto Alegre,; 24 de abril de 1931. MCSHJC. p.12

<sup>129</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de abril de 1931. MCSHJC. p.7.

<sup>130</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de maio de 1931. MCSHJC. p. 5.

<sup>131</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de junho de 1931. MCSHJC. p.20.

setembro de 1928, no qual fica também regulamentada a exploração do transporte coletivo, reforçando o coroamento dos laços financeiro e administrativo entre a CEERG e a Cia Carris, sob a égide da CBFE/Amforp<sup>132</sup>.

Mas, passando a CBFE/Amforp a explorar os serviços de bonde, "o público reage e denuncia constantemente, preocupando-se com o serviço cada vez mais precário da Carris que, a cada dia, coloca menos veículos em circulação, além das já tradicionais queixas quanto ao não cumprimento de horários"<sup>133</sup>.

Tratava-se de uma verdadeira política imperialista. A exploração era tão grande que não satisfeitos em aplicar altas tarifas as oficinas da Carris trabalhavam sempre com material obsoleto.

"O material sucateado é distribuído, então, nas áreas sob controle do grupo, onde são reformados e até construídos veículos com a absorção da mão-de-obra nativa e barata"<sup>134</sup>.

(...) O nosso público ve, às vezes, trafegando em nossas linhas de bondes, carros novinhos, confortáveis, todos brilhantes na sua pintura nova, substituindo outros já velhos que foram postos em circulação.

Agora, entretanto, o que esses carros novos representam de prestígio do trabalho nacional e de nossa matéria prima, pois que, na realidade vários bondes que trafegam nesta capital foram construídos inteiramente por operários portoalegrenses, nas oficinas da Companhia Carris"<sup>135</sup>

Para revoltar a ainda mais os usuários a Cia introduziu um novo sistema de fichas que os passageiros reclamavam que tinham que ficar de pé junto ao motoneiro, correndo risco de cair<sup>136</sup>. Além disso, a partir de março de 1930 a intendência começou a proibir as pessoas de andarem nos estribos dos auto-ônibus lotados. Medida arbitrária e em consonância com os interesses da CBFE/Amforp, pois o serviço de auto-ônibus, praticado por particulares em sua maioria, apesar de

<sup>132</sup> NUNES, Marion Kruse & VILARINO, Maria da Graça. **Carris 120 anos**. Porto Alegre: SMC, 1992. p. 37-38.

<sup>133</sup> NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... 1992. p. 42.

<sup>134</sup> NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... 1992. p. 48.

<sup>135</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de outubro de 1940. AHMPA. p.10. In: NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... p. 48.

<sup>136</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de junho de 1930. MCSHJC.

ruim, vinha sendo preferido. Tendo em vista que os bondes eram, em alguns casos, mais caros e a Carris fazia correr poucos carros para as zonas operárias. O fato é que este conjunto de medidas foi inviabilizando a sobrevivência destes coletivos, forçando os proprietários a venderem seus veículos à Carris.

Configura-se, portanto, a proteção explícita do poder executivo à CBF/E/Amforp, colocando em vigor mais uma vez a idéia de "poder paralelo" atribuída à Cia norte-americana por Günter Axt, pois além de abusar de seu poder econômico, conseguindo isenções e impondo taxas escorchantes sobre a população, ela também possuía grande influência na esfera política local que acabava dando preferência incontestemente aos seus serviços<sup>137</sup>.

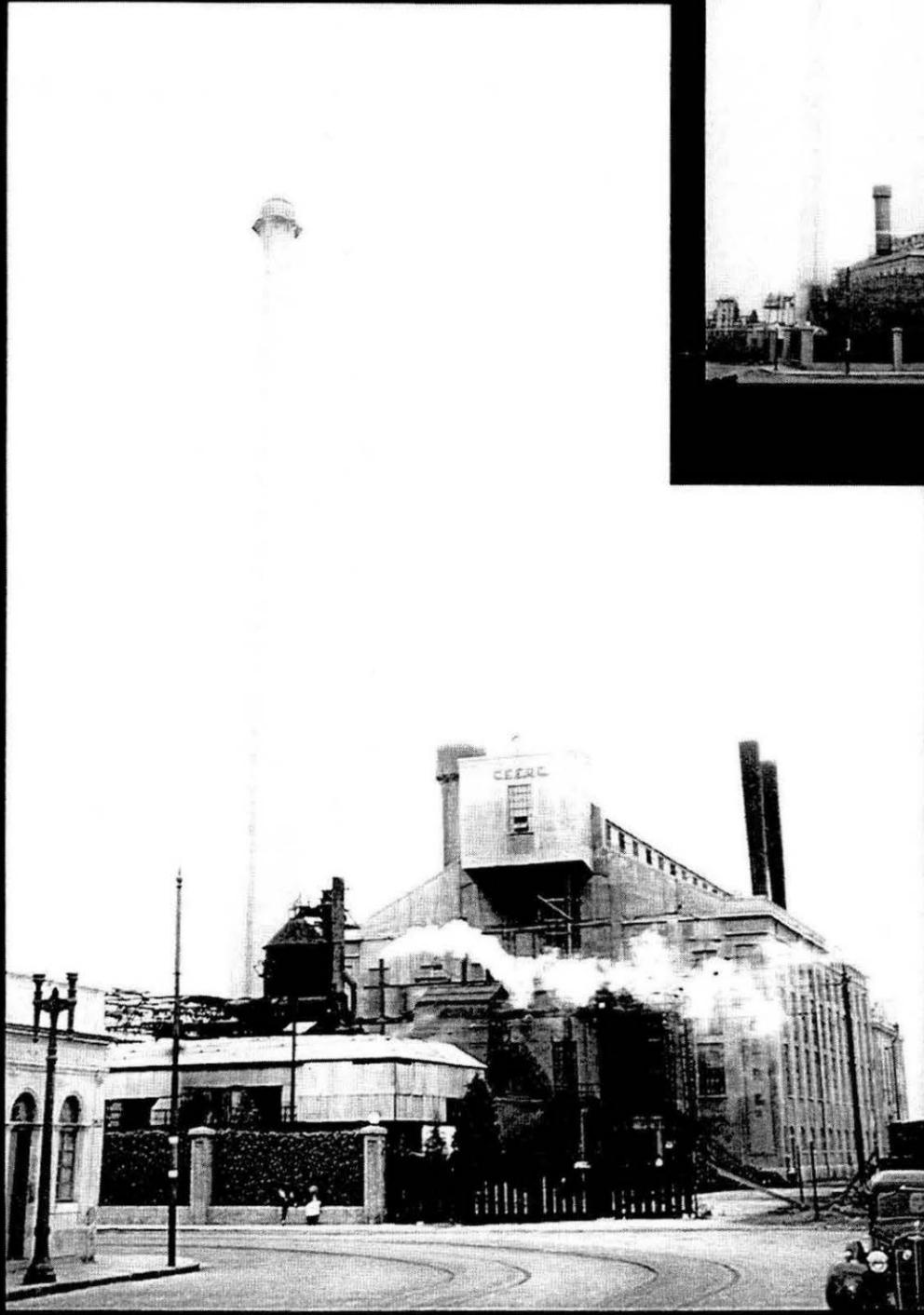
Enfim, neste tópico podemos perceber o lado sombrio da relação entre a usina e a cidade. As arbitrariedades dos monopólios estrangeiros e a complacência dos poderes locais. A precariedade dos serviços de luz, gás e transporte. As tarifas escorchantes e a poluição. Alguns elementos, entre tantos, que podem nos permitir vislumbrar ou radiografar, ainda que não com toda a perfeição, o imaginário coletivo daquela Porto Alegre, com seus diferentes matizes, brilhos e sombras. Buscando a fisionomia da cidade como Benjamim definia em seu projeto, como especulação de imagens "dialéticas" que coincidem com a produção do conhecimento histórico.

Assim, segundo Berman, a modernidade une a espécie humana, porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia<sup>138</sup>. E, se por um lado, a eletricidade encantou a muitos, independentemente de classe social, como vimos no primeiro tópico deste trabalho,

<sup>137</sup> Axt, Gunter. *A indústria...* 1995.

<sup>138</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: ...* 1986.

por outro, tornou-se uma mercadoria cujo acesso não se realizou da mesma forma para todos e nem foi tão perfeita como queriam os apologistas da modernidade.



Vistas frontais da Usina do Gasômetro - 1937.

## **2 ALGUMAS MEMÓRIAS DA USINA DO GASÔMETRO: entre a agonia do abandono e seu reconhecimento como um “lugar de memória”**

*O homem a passeio lamenta a perda da alameda onde costumava tomar ar fresco e se aflige ao ver desaparecer mais um detalhe pitoresco que o ligava a esse quarteirão.*

M. HALBWACHS

### **2.1 Decadência e abandono: o processo de sucateamento da Usina do Gasômetro**

Logo depois da construção da chaminé, as queixas deixam de ficar circunscritas às cinzas emitidas pela Usina e passam a incidir sobre os freqüentes racionamentos, advindos do fato de que a empresa depois de produzir energia em abundância em sua fase inicial e recorrer aos programas de aumento de consumo, inicia uma fase de freqüentes ameaças de colapso, pois a cidade crescia desenfreadamente, exigindo um consumo cada vez maior de energia, e a Usina começava paulatinamente a perder o controle da situação.

Podemos evidenciar tal fato, quando da substituição dos dirigentes políticos, em 1937, decorrente do advento do Estado Novo. O prefeito de então, Loureiro da Silva, foi de encontro à Carris e à CBFÉ/Amforp, pela melhoria do transporte público e pela redução das tarifas elétricas - com base nas disposições do Código de Águas.

O Prefeito determina a extinção da cláusula ouro, que atuava sobre o cálculo das tarifas e em outubro de 1939 constitui uma *comissão técnica para avaliar o incidente entre a prefeitura de Porto Alegre e a CBFÉ*<sup>139</sup>.

“Concluídos os estudos o Prefeito inicia o desmonte dos monopólios a começar pelos transportes. Em 8 de maio de 1940 começam a trafegar na cidade ônibus de proprietários particulares num total de 50. A repercussão junto à opinião pública pode ser traduzida na entrevista feita pelo Correio do Povo com um usuário que assim se manifesta: “A cidade liberta-se aos poucos do imperialismo que exercem as referidas companhias sobre os interesses populares. Depois dos ônibus é preciso que se dê outro golpe com a luz e com o gaz e, assim, ir aos poucos, acabando com esse monopólio vergonhoso e deprimente a nós todos portoalegrenses”<sup>140</sup>.

No entanto, a alegria deste usuário teve curta duração pois, com a 2ª Guerra houve o problema das importações de combustíveis e em 1942, em razão de decreto-lei federal deixam de circular automóveis particulares e oficiais. Isso faz com que os próprios ônibus passem a ter dificuldade para adquirir óleo cru e são obrigados a reduzir suas atividades<sup>141</sup>.

Era, enfim, a crise nos transportes que advinha em última instância da crise de energia. Já em abril de 1939, na reunião de prefeitos, envolvidos no projeto da usina do rio Jacuí, Loureiro da Silva alertava para o risco de eminente colapso do sistema elétrico na capital, realizando logo em seguida o congelamento das tarifas – que passaram a ter reajuste apenas por decretos do governo federal<sup>142</sup>.

Somente em maio de 1945 foi autorizado o primeiro aumento depois do congelamento. Mas, a situação piorou ainda mais em fins de 1945 quando teve início na capital um ciclo de racionamentos periódicos.

<sup>139</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 23 de outubro de 1939. MCSHJC. Ver também SILVA, José Loureiro da. **A Companhia de Força e Luz contra a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

<sup>140</sup> NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... 1992 p.51.

<sup>141</sup> NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... 1992 p.51.

<sup>142</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de abril de 1939. MCSHJC

No mês de novembro de 1945, por exemplo, a cidade fica às escuras durante uma hora toda noite<sup>143</sup> e no mês de fevereiro de 1946 Porto Alegre viveu o 2º grande "blackout" desde o ocorrido na enchente de 41<sup>144</sup>. Neste mesmo ano ainda houve uma paralisação de 6.000 operários das minas de carvão em São Jerônimo que deixou a capital sem combustível mineral. Foi o caos, o serviço de bonde foi suspenso por uma semana, não havia gelo e velas só eram encontradas no *mercado negro*!<sup>145</sup>.

Procurando resolver os problemas de distribuição de energia a CBFE/Amforp instalou seu 5º turbo-gerador, adicionando 6.0000 Kw na sua capacidade total, chegando à 24.600KW, mas mesmo assim a zona industrial da cidade enfrentou novos cortes de força em janeiro de 1947.

No ano de 1948 irrompe o mais severo racionamento que Porto Alegre já tinha assistido e uma comissão parlamentar de inquérito se instalou na Câmara dos Vereadores para discutir a questão<sup>146</sup>. Somando-se a iniciativa da esfera municipal, em 28 de abril deste mesmo ano, a Assembléia Legislativa pede decretação de estado de calamidade pública. Por seu turno, a CBFE/Amforp ameaça suspender totalmente a energia enquanto a prefeitura não pagasse suas contas atrasadas, pois o município esperava resposta do pedido de abatimento dos preços em vista dos racionamentos.

Algumas empresas davam início a demissões de funcionários em larga escala. No bairro industrial de Navegantes as fábricas chegavam a operar apenas das 4 horas às 7 da manhã<sup>147</sup> e na virada do ano 1948 para 49 Porto Alegre passou o célebre reveillon às escuras. A cidade vivia o caos: sem luz, sem água, fábricas

<sup>143</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de novembro de 1945 MCSHJC.

<sup>144</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1946 MCSHJC.

<sup>145</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1946. MCSHJC.

<sup>146</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de janeiro de 1948. MCSHJC.

paradas e transporte restrito. E em abril de 1949 para finalizar o prefeito determinou a suspensão do pagamento das contas de iluminação<sup>148</sup>.

A partir deste momento a Comissão Estadual de Energia Elétrica - CEEE dá publicidade ao seu plano de eletrificação e promete a instalação de uma Usina de Emergência com material encomendado à General Motors<sup>149</sup>. Sendo que em abril de 1949 entra em funcionamento a prometida Usina de Emergência da CEEE diretamente ligada a zona industrial dos bairros Navegantes e São João<sup>150</sup>.

A CEEE passava a fornecer à CBFE/Amforp energia para completar a demanda das cidades de Porto Alegre e Canoas. No entanto, a partir de 1954 a CBFE passou a atrasar-se na satisfação de seu compromisso de pagar as contas<sup>151</sup>.

A esta altura não precisava muito esforço para perceber que a CEEE possuía mais usinas e mais consumidores. O que não se entendia é porque esta Companhia possuía a menor arrecadação. Nesse sentido, forma-se uma Comissão para realizar análise contábil e física da CBFE/Amforp<sup>152</sup>.

<sup>147</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de abril de 1948. MCSHJC.

<sup>148</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27-04-49. MCSHJC. A CBFE/Amforp chegou a instalar uma nova caldeira no início de março de 1950, mas no final do mês, face aos novos acidentes com caldeiras a capacidade da Usina ficou reduzida a 10.000 KW e faltou luz por 30 dias em toda cidade. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 28 de março de 1950. MCSHJC.

<sup>149</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de março de 1948 e Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de maio de 1949. MCSHJC.

<sup>150</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de maio de 1949. MCSHJC.

<sup>151</sup> A Usina estava agonizando, mas justamente neste ano de 1954 em que ela não consegue saldar suas dívidas, ocorre o lançamento do jornal da CEERG, o jornal "**Roteiro**". Encontramos apenas alguns exemplares deste jornal no acervo do Museu da CEEE que contemplam os anos de 1958 e 1959. Notamos que a ênfase está em reportagens preocupadas com a **saúde do trabalhador** (são publicadas desde receitas de macarão e receitas para curar desde uma simples gripe até uma tuberculose); com os **acidentes de trabalho** (são realizados cursos sobre a prevenção de acidentes); e como não poderia deixar de ser, com programas voltados à **melhoria da produção** (através da criação de uma "escolinha" que passou a funcionar em 1956, na qual 3 professoras ministravam aulas para os funcionários. Podemos perceber o enfoque dado pela escola através de um trecho de artigo intitulado "A Nossa Escolinha": "O curso deste ano assumiu nova feição. A alfabetização ficou para tras (...)sobressae a importância de contar a Cia com elementos conscientes e destros, a fim de que possa manter suas realizações num elevado índice de rendimento". In: Jornal da CEERG, "Roteiro", Abril de 1958, nº35. Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>152</sup> In: **Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Ministério da Agricultura.** (Sr. Dr. Mário Meneghetti); Portaria 949 de 10-09-1957. Relatório e Anexos (volume I) In: In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

A Comissão de Tombamento acaba descobrindo que a CBF/Amforp remetia para o exterior aproximadamente o dobro da quantidade do que recebia em dólares. E, a não ser o empréstimo contraído em 1950, com o Export e Import Bank, todos os demais foram contraídos com a Americam Foreign Power, subsidiária da Bond and Share, configurando-se simples transferência de recursos entre companhias pertencentes aos mesmos acionistas<sup>153</sup>. Não se tratavam de corporações distintas, mas de entidades subordinadas ao mesmo sujeito econômico, as quais só se diversificavam formal e juridicamente, para efeito de contornar, nos EUA, a aplicação da legislação anti-trust e, aqui em nosso país, escapar à limitação de lucros a 10%<sup>154</sup>.

O fato é que a CEEE chega a fornecer 100% de energia para Canoas e 70% da energia consumida em Porto Alegre e, ainda assim, foi preciso esperar o final do prazo de prorrogação do contrato que venceu em 1958 para acontecer a encampação. Enquanto isso a CBF/Amforp recebia a energia da CEEE a Cr\$ 1,30 o KW/h e repassava para os consumidores à Cr\$ 4,00<sup>155</sup>.

Evidenciamos, portanto, que a Usina do Gasômetro acompanhou o crescimento da cidade em sua Belle Epoque e ao final dos anos quarenta já

<sup>153</sup> Quanto a prestação de serviços técnicos, o levantamento realizado pela Comissão evidenciou despesas com consultoria técnica prestada pela EBASCO International Corporation, que fazia parte também do "holding" encabeçado pela Bond and Share. Sendo que a acusação sobre este tipo de consultoria era a de que seu custo independia da prestação de serviços, sendo cobrada uma taxa sobre a receita da CEERG. Tal procedimento foi repudiado na época, e mereceu manifestações de parlamentares, como foi o caso do deputado Hélio Carlomagno que referindo-se aos serviços prestados pela EBASCO para a CEERG dizia que tais serviços poderiam muito bem serem prestados por qualquer aluno da nossa instituição Parobé. In: BOMBASSARO, Dumara Monguihott. Energia Elétrica no RS: da Fiat Lux em 1888 à CEEE em 1963. Porto Alegre, PUC/RS, 1992. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>154</sup> Loureiro da Silva já havia destacado em seu estudo de 1939 o problema dos "holdings", que nos EUA, durante o governo de Roosevelt foi tentada uma regulamentação do funcionamento das organizações denominadas Holding Companies, que segundo o governo americano destinavam-se a burlar qualquer fiscalização. In: SILVA, José Loureiro da. **A Companhia de Força e Luz contra a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

<sup>155</sup> Com relação a encampação a comissão de técnicos do Ministério da Agricultura determinava que a CEERG nada tinha a receber do Estado, mas sim restituir. E em março de 1959, já empossado o novo governador Leonel Brizola, JK concordou em permitir a encampação pelo estado da CBF/Amforp. **Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da Companhia...1957**.

demonstrava dificuldade em acompanhar as transformações citadinas. Contudo, a partir de 1967, diante de suas inúmeras crises que provocaram sérios racionamentos esta usina procurou reciclar-se, passando a utilizar óleo diesel como combustível gerador. Mas, ao que tudo indicava já estava fadada ao fechamento e não tardou para que, em 1974, em razão da crise do petróleo e do crescimento da demanda de energia da cidade, se concretizasse sua desativação.

Segundo o “Livro de Ocorrências da sala de máquinas”, no ano de 1974, a usina apresentava constantes interrupções na sua operação. Mas, era registrada a chegada, ainda que não diária, de caminhões com óleo diesel para abastecer a usina, pois algumas bombas e caldeiras funcionavam mesmo que de forma precária apenas para alimentar a parte central e arredores da cidade<sup>156</sup>.

Uma vez desativada a Usina passa a entrar para o terreno das reminiscências. Podemos dizer inclusive que sua desativação representava o fim de uma fase da história de Porto Alegre. Com ela desaparecem também os bondes que embora ainda transportassem, nos anos 60, cerca de 47% dos passageiros, passam paulatinamente a sofrer a desigual concorrência dos ônibus particulares. Tendo em vista que, com freqüência, ocorriam interrupções das viagens de bonde por falta de força, o que levava a população a abandoná-los pouco a pouco, preferindo os ônibus<sup>157</sup>.

“Obedecendo as orientações de iniciar o abandono desse serviço, em 29 de setembro de 1966 três bondes da Linha Duque foram substituídos por ônibus. A linha Menino Deus tinha em operação troleibus e bondes. Os primeiros são substituídos por ônibus em 1969 e os últimos em 1970. No dia 5 de junho de 1969 é a vez dos bondes da Avenida Assis Brasil serem substituídos e em 26 de outubro os da linhas Petrópolis e Gazômetro-Escola. Continuaram ainda 45 bondes em tráfego no Partenon, Glória, Teresópolis e Menino Deus. (...) Assim, a década de 70 inicia-se para a Carris, como marco final dos serviços à tração elétrica, processo este desenvolvido desde maio de 1969 e completado em 8 de março de 1970 com a total remoção dos bondes elétricos e do sistema de troleibus

<sup>156</sup> Evidenciamos também a decadência da Usina através de um defeito no sistema elétrico que passou a deixar a iluminação externa da Usina totalmente apagada **Livro de Ocorrências – Sala de Máquinas** – em 24 de maio de 1974. In: Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS.

<sup>157</sup> NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos**. ... 1992. p. 76.

iniciado em 1964. (...) Encerrava-se assim em Porto Alegre, o ciclo de tração elétrica em transportes coletivos, o qual havia sido iniciado há 62 anos, em 10 de março de 1908. Esta data foi festivamente assinalada com o "Passeio da Saudade", o qual consistiu percorrer de bonde as linhas, G,T,P, ainda existentes e no qual tomaram parte o Sr. Prefeito Municipal, Secretários Municipais, altas autoridades, jornalistas e outras pessoas gradas, bem como seus auxiliares. Toda a população da cidade pode usufruir gratuitamente, neste dia, do transporte de bondes"<sup>158</sup>.

Tratavam-se de profundas transformações no imaginário urbano e social da época, que assistia a substituição de bondes por ônibus, rádios por televisores, cafés e confeitarias por *night clubs*, becos e ruas por avenidas e perimetrais<sup>159</sup>.

Assim, diante de tantas mudanças no cotidiano da cidade, o prédio da usina que é um dos primeiros exemplares de concreto armado do estado, entra numa fase de abandono e deterioração, passando a correr o risco de ser demolido diante da sede moderna de construção de avenidas e viadutos - fenômeno típico dos anos 70.

Despontava portanto um projeto homogeneizante de futuro, cujo progresso era a finalidade sempre a alcançar, colocando o ser moderno diante da superação contínua do tempo presente. Fenômeno este que faz emergir noções dicotômicas de tempo/espço, tradição/modernidade e razão/sentimento, jogando-nos diante do desafio de vincular a análise do passado a um exercício de catarse, no sentido de procurar desembaraçar os fios das múltiplas comunidades de memória. Nesse sentido, surge aqui a necessidade epistemológica de estabelecermos uma relação entre os conceitos de história e memória.

## 2.2 Memória e História: usos e abusos dos conceitos

Quando colocamos em discussão as relações entre a memória e a História, partimos do pressuposto de que a memória recupera a história vivida distinguindo-se

<sup>158</sup> Sendo que, na década de 60 verificava-se que dos 134 bondes e 5 troleibus existentes mantêm-se em tráfego, em média, diariamente, 85 bondes e 4 troleibus. In NUNES & VILARINO... **Carris 120 anos.** ... 1992. p. 76-78.

<sup>159</sup> PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre: ....** 1992. p. 94-117.

da história como campo de produção do conhecimento. Contudo, a memória está sendo entendida aqui enquanto fonte, capaz de "alimentar" a história, no sentido de contribuir para a compreensão do passado histórico.

Segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, *memória* é a "faculdade de reter as idéias adquiridas anteriormente; lembrança; reminiscência; (...) narrações históricas, escritas por testemunhas presenciais; escritos em que alguém descreve sua própria vida". Através desse enunciado podemos inferir que a memória é um mecanismo de registro e retenção de informações, conhecimento e experiências, mas não redutível às recordações, pois fala em "testemunhas presenciais" e "descrição de vida", portanto apresenta-se também como algo da esfera do vivido, do presente, que por si só é dinâmico, fluído e mutável.

"Nessa perspectiva, pode-se dizer que a memória não dá conta do passado, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. (...)sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente. (...)A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz"<sup>160</sup>.

Porém, o próprio autor irá considerar que, sobretudo depois que a história passou de História-narração a História-problema, as condições de gestão da memória passam a contaminar a História, e ela passa a ser tratada como objeto da História.

A memória muitas vezes é descrita como a capacidade de lembrar o passado, ou recordar fatos vivenciados no passado e aprender através deles. Esses aspectos

<sup>160</sup>MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A HISTÓRIA, CATIVA DA MEMÓRIA? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 34:9-24, 1992.

da memória foram durante muito tempo estudados pela psicologia, literatura e filosofia a partir da capacidade individual de lembrar. Portanto, a memória assume, nesses estudos do final do século XIX, dimensões psicológicas, íntimas e subjetivas onde podemos destacar principalmente os trabalhos de Sigmund Freud, Marcel Proust e Henri Bergson.

Para o criador da psicanálise a memória estará entranhada nos labirintos do inconsciente, em especial no Freud da "Interpretação dos Sonhos", onde afirma que *"o comportamento da memória durante o sonho é certamente significativo para toda a teoria da memória"*. Mas critica a idéia de reduzir o fenômeno do sonho ao da rememoração, pois existe uma escolha específica do sonho na memória, uma memória específica do sonho. Freud não tem a tentação de tratar a memória como uma coisa, como um vasto reservatório. Mas, *"ligando o sonho a memória latente e não à memória consciente..."*<sup>161</sup>.

No campo da literatura destacamos, como já havíamos mencionado antes, Marcel Proust com sua obra *"Em busca do tempo perdido (1913-1927)"* onde o autor utiliza a memória como eixo de sua produção literária, quando em uma passagem da obra, por exemplo - enquanto o personagem espera no salão-biblioteca pela princesa de Guermantes, ele reencontra o sabor da *madeleine* (biscoito) que o faz evocar o tempo passado.

Já o filósofo Henri Bergson que, resguardadas as devidas diferenças teóricas com relação aos dois primeiros autores, também irá refletir sobre a memória individual. Principalmente na sua obra de 1896, *"Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito"*. Alguns fragmentos do Prefácio podem sintetizar suas idéias:

---

<sup>161</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 471-472.

"(...) Desde que pedimos aos fatos indicações precisas para resolver o problema, é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de esperar, pois a lembrança - conforme procuraremos mostrar na presente obra - representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria. (existem) (...) tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa atenção à vida. Esta é uma das idéias diretrizes da presente obra"<sup>162</sup>.

Como podemos perceber os estudos da memória no final do século XIX eram examinados sob o ângulo individual e associados ao campo psicológico. Somente na primeira metade do século XX que alguns pensadores passam a enfatizar o caráter social da memória. Será justamente um aluno de Bergson - que depois tornar-se-á um durkheimiano - o pioneiro nos estudos da memória coletiva: o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945).

No primeiro de seus trabalhos sobre memória, *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) Halbwachs estabelece os aspectos principais de sua teoria: primeiro, afirmando que as memórias só podem ser pensadas em termos de "convenções" sociais chamadas por ele de "quadros sociais da memória"; segundo, que o passado é reconstruído continuamente; terceiro, que o estudo de quadros sociais ou memórias coletivas pode ser realizado empiricamente e de forma autônoma em relação à intenção dos indivíduos<sup>163</sup>.

"De acordo com sua teoria, a memória pressupõe sempre uma atividade construtiva e racional no presente - um processo de formação de identidades, onde aspectos pessoais e destoantes do passado são ajustados e rememorados através de convenções sociais coletivas, (...) lembrar significa a atividade racional na qual um indivíduo está sempre em relação com todo um conjunto de noções, comum a muitos outros, e nesse sentido está sempre reformulando heranças desconexas do passado de acordo com preocupações e situações atuais"<sup>164</sup>.

Quando Maurice Halbwachs começa a publicar seus livros operam-se muitas mudanças. Não somente porque penetram na França alguns conceitos operatórios

<sup>162</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 4-5.

<sup>163</sup> Sobre análise da obra de Halbwachs vêr: SANTOS, Myrian. O pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 23, ano 8, outubro de 1993.

<sup>164</sup> Idem, 1993, p.76

novos, mas sobretudo porque os próprios fatos impõem à reflexão temas de análise que iam obrigar o vocabulário filosófico a uma revisão generalizada.

"(...)Bergson, falando da memória, sofre, como Durkheim, da inadequação dos termos científicos à realidade que ele se empenha em apoderar-se. (...) Assim sendo, esta preocupação que dirige a atenção para a memória e duração responde, com efeito, a uma ruptura na continuidade das sociedades européias. Ruptura da guerra de 1914 que afasta um passado que nunca tinha sido percebido como tal, ruptura entre "nacionalismos" hostis que revela a que construção arbitrária se entrega um grupo ou uma nação quando querem fazer de sua história uma "doutrina", ruptura na vida econômica que acentua a estratificação e a divisão em classes e torna mais sensível a relação entre a imagem que se faz do homem e do mundo e o lugar limitado que ocupa essa imagem dentro de um grupo organizado"<sup>165</sup>.

Este tipo de percepção das "rupturas" realmente faz muito sentido, sobretudo se imaginarmos a magnitude da destruição das marcas físicas e emocionais das experiências coletivas, do temor da perda de si mesmas junto a perda das cidades, então, destruídas. Portanto, podemos dizer que Halbwachs, um sociólogo marcado pelas transformações de sua época, acaba contribuindo enormemente para as ciências humanas, na medida que propõe um refinamento no olhar sobre os fatos, fazendo, já na primeira metade do século XX, a distinção entre a memória individual e a memória coletiva, ao mesmo tempo que fazia a distinção entre memória e História.

"A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo (...) já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. A história divide a seqüência dos séculos em períodos, (...) se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas. (...) Há com efeito, muitas memórias coletivas. É a segunda característica pela qual ela se distingue da história. A história é uma e podemos dizer que não há senão uma história"<sup>166</sup>.

Não podemos deixar de mencionar também que Halbwachs participou do conselho editorial da Revista dos Annales (1929), e não foi o único a fascinar-se pelo tema da "memória coletiva". O próprio Marc Bloch, no livro pelo qual se tornou

<sup>165</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 11-12.

<sup>166</sup> HALBWACHS, Maurice... 1990. p. 80-89.

mais conhecido "*La société féodale*" irá dedicar um capítulo à "memória coletiva"<sup>167</sup>. Nesse sentido, inserido na escola dos Annales, não deixou de fazer, ainda que de forma sutil, a sua crítica a chamada história *événementielle*:

"Os historiadores não podem levar a sério estas linhas de separação, e imaginar que foram remarcadas por aqueles que viveram durante os anos que elas atravessaram, como aquele personagem de comédia diz: "Hoje começa a guerra dos cem anos..." (...) Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança... (...) Essas grandes divisões são cômodas, porém respondem ainda a uma visão exterior e simplificada da realidade"<sup>168</sup>.

No entanto, a relação dos historiadores com a memória não começa com a Revista dos Annales, precisamos recuar até a antiguidade, onde a memória já era valorizada, pois numa sociedade predominantemente oral, o *aedo* (poeta-cantor) e o historiador tinham a função de celebrar os imortais bem como as façanhas dos homens corajosos. "*Essa memória torna-se portanto fundamental, na medida em que se sabe que as "façanhas que são silenciadas morrem" e, logo, o homem sem façanhas ou reputação morre, pois que, vítima de Silêncio, estaria abandonado ao Esquecimento*"<sup>169</sup>

Já, no âmbito da historiografia moderna, especificamente no pensamento histórico que se constituiu ao longo do século XVIII, o século das luzes, onde num primeiro momento pode nos parecer estranha uma relação com a memória (pois o principal objetivo dos iluministas era depurar dos eventos o peso da tradição, dos mitos e das crenças, confiando na plena expressão dos atributos imutáveis da razão) podemos ainda assim encontrar alguns caminhos para pensar os encontros da História com a memória.

<sup>167</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 32-43.

<sup>168</sup> HALBWACHS, Maurice..1990..p.83.

<sup>169</sup> DETIËNNE, Marcel. Os mestres da verdade. In: FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo, RS: UPF, 1998. p.36-37.

Em artigo de Edgar Salvador de Decca, "*As desavenças da História com a Memória*" o autor aponta justamente para o fato de que a memória no século das luzes não era totalmente descartada:

"(...)Pierre Bayle,...(historiador-filósofo do final do século XVII) obcecado pela objetividade do método racional não poderia se submeter aos desvios da memória, pois ela deitava raízes coletivas nas crenças e era fonte de erros de avaliação da verdade histórica. O seu método de trabalho com os documentos não hierarquizava a ordem dos eventos passíveis de observação crítica e análise. Todos poderiam ser objeto da investigação histórica, todos deveriam ser minuciosamente analisados para que se pudesse descobrir as fontes mais escondidas da verdade e corrigir os erros cometidos pela transmissão das tradições e pela memória. Nesse sentido, o campo da memória, entendido como o lugar da transmissão dos valores e das crenças deveria ser investigado incansavelmente por métodos adequados para que se pudesse extrair desse universo de erros e equívocos a própria verdade histórica"<sup>170</sup>.

Evidenciamos que existia uma atitude crítica quanto aos campos tradicionais da memória mas, por outro lado, procuravam ampliar desmesuradamente este campo da memória, que poderia ser armazenada mediante procedimentos técnicos. Leroi-Gourham, um especialista nos estudos sobre a memória no século XVIII, coloca que a "*enciclopédia é uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total*"<sup>171</sup>.

Além disso, no texto de Edgar de Decca, é mencionada uma *corrente do iluminismo* que desliza de uma concepção universalista da razão e passa lentamente para uma concepção relativista e enraizada na história dos costumes e crenças dos povos. Esta sim, permitindo que a história não exclua do campo da verdade os elementos da memória, pois "*a razão passava a ser entendida como um atributo adquirido historicamente no desenvolvimento de cada povo e comunidade, segundo hábitos, sistemas de valores e crenças.*(...) Onde o racionalismo mecanicista estabeleceu a lógica da identidade aos acontecimentos,

<sup>170</sup> DECCA, Edgar Salvador de. *As Desavenças da História com a Memória*. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 60-61.

<sup>171</sup> LEROI-GOURHAM, A. *O gesto e a palavra*. Lisboa: 70, 1981/1983. 2 v.

mediante o enunciado de uma lei universal, esta corrente do Iluminismo busca a unidade na multiplicidade”<sup>172</sup>.

Edgar de Decca não chega a abordar as perdas e os danos para a historiografia no que concerne à incorporação da memória na raiz do acontecer histórico mas seu texto serve para mostrar, como diz o próprio autor, que “nas próprias matrizes do pensamento iluminista a história faz as pazes com a memória, abrindo as portas para o historicismo do século XIX e para toda uma concepção de história nacional que viria a prevalecer a partir deste período”<sup>173</sup>.

Talvez possamos dizer que os historiadores que mais se destacaram na discussão em torno da importância da memória para a historiografia foram Jacques Le Goff e Pierre Nora. O primeiro, no seu livro *História e Memória*<sup>174</sup>, busca compreender a memória quase em sua totalidade, na medida em que faz uma fantástica retrospectiva dos percursos da memória da antiguidade até nossos dias. Já o segundo organizou a importante obra *Les Lieux de mémoire. I La République*, que foi em parte traduzida com o título *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* - onde o autor explora as idéias de “aceleração da história”, fim dos “meios de memória”, como prática social, e a conseqüente constituição dos “lugares de memória”. Seria importante destacar ainda outro texto de Nora, “O retorno do fato”, que trabalha a idéia de “democratização do acontecimento” na história contemporânea, ou imediata, através do poder incondicional dos *mass media*, que oferece o acontecimento sob a forma de espetáculo.

<sup>172</sup> DECCA, Edgar Salvadori de.. 1995.p.67-68.

<sup>173</sup> Idem, 1995. p. 69

<sup>174</sup> Os ensaios reunidos nesse livro foram originalmente publicados nos volumes I, II, IV, V, VIII, X, XI, XIII, XV da *Enciclopédia Einaudi*.

Jacques Le Goff, quando discorre sobre *os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias*<sup>175</sup>, trata, entre outras coisas, da constituição de espaços reservados para a memória, sobretudo a partir do final do século XVIII até início do XX, mencionando os arquivos nacionais, museus, monumentos e o próprio surgimento da fotografia - todos cumprindo o papel de guardar e registrar a memória. Como coloca o próprio autor "*trata-se de um vasto domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam e que espera os seus historiadores*"<sup>176</sup>.

O autor de *História e Memória*, menciona em sua obra a importância da "renovação da ciência histórica", tendo como incremento essencial a revista dos "*Annales*", fundada por Bloch e Febvre em 1929, apontando para as críticas da noção de fato histórico e de documento, que no século XX vão indicar a ampliação da área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos de arqueologia.

"Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais, são coletados etnotextos. Enfim, o próprio processo de arquivar os documentos foi revolucionado pelo computador"<sup>177</sup>.

Mais especificamente, sobre a intervenção da memória na historiografia, completa o autor:

"Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da **memória**, que atravessa a história e a alimenta"<sup>178</sup>.

<sup>175</sup> Título do item 4 do capítulo "Memória" de sua obra: *História e Memória*;1996. p. 423.

<sup>176</sup> LE GOFF, Jacques. 1996. p. 464.

<sup>177</sup> LE GOFF, Jacques. 1996. p. 9-10.

<sup>178</sup> Idem 1996. p. 13.

O autor vai mais longe, na medida em que destaca também o valor da memória no âmbito da evolução das sociedades na segunda metade do século XX que clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha.

*"Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e o aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção"*<sup>179</sup>.

Por outro lado, Pierre Nora, enfatiza a "aceleração da história" que provocou a "mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial"<sup>180</sup>, buscando compreender a substituição na França dos anos 30 da dupla Estado-Nação pela dupla Estado-Sociedade, passando da idéia de "tradição de memória", para as "memórias particulares".

O autor constata que, devido a chamada "aceleração da história", cada vez mais o cotidiano afasta-se das vivências da tradição e dos costumes e a memória passa a necessitar de "lugares de memória" para ser guardada e preservada em seus laços de continuidade.

*"(...) À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens discursivos, sinais visíveis do que foi. (...) Daí ...o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória..."*<sup>181</sup>.

Nesse caso da "hipertrofia da função da memória" o autor destaca como exemplo o ano do Patrimônio, em 1980, quando *"passou-se, muito bruscamente, de uma concepção muito restritiva dos monumentos históricos, com a convenção sobre*

<sup>179</sup> idem.1996. p. 475.

<sup>180</sup> NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. In: PROJETO HISTÓRIA Revista do pós-graduação de História da PUC/ São Paulo. n 10 (história e cultura). Dez/1993. p. 7.

<sup>181</sup> Idem.1993. p.14-21.

os sítios de 1972, a uma concepção que, teoricamente, não poderia deixar nada escapar<sup>182</sup>.

No entanto, nas relações possíveis entre História e Memória, percebemos que a memória não cumpre apenas o papel de resgatar o passado e preservá-lo, seja através das memórias individuais e coletivas, seja através dos "lugares de memória". Estamos pensando no fato de que a memória também é um elemento essencial na construção das *identidades*. Nesse sentido, a memória passa a ser vista não somente como uma conquista, mas também como um instrumento e um objeto de poder, colocando-nos diante da problemática entre o discurso histórico que constrói a "memória oficial", que desde o século XIX é a memória nacional, e as chamadas "memórias subterrâneas" que trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos.

O autor que tem se destacado nessa discussão é Michael Pollack, foi um grande pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques - CNRS, ligado ao Institut d'Histoire du Temps Present e ao Grupo de Sociologie Politique et Morale. Pollack, estudou as relações entre política e ciências sociais e, nos últimos anos de vida, desenvolveu pesquisas sobre sobreviventes de campos de concentração e sobre Aids.

A memória nacional, segundo esse autor, uniformizou lembranças, tendo a função, dentre outras, de construir e manter a identidade nacional. Entretanto, a emergência de memórias paralelas, desorganiza esse referencial maior, criando novas identidades e questionando a estabilidade do poder estabelecido. O contexto relacionado foram as *"verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa. Tomemos a título de ilustração (...) dois momentos fortes da destalinização (...)*

---

<sup>182</sup> Idem. 1993. p. 16

quando Nikita Krushev denunciou pela primeira vez os crimes stalinistas (e quando) (...) essa preocupação reemergiu cerca de trinta anos mais tarde no quadro da *glasnost* e da *perestroika*"<sup>183</sup>.

São objeto de estudo do autor as memórias "proibidas" ou "clandestinas" que passam a ocupar "a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando (...) o fosso que separa a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica". Um fenômeno que consiste da "irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente"<sup>184</sup>.

Entre outros exemplos que Pollack usou para pensar essa problemática entre memória oficial e memórias subterrâneas foi o caso dos sobreviventes dos campos de concentração, onde um dos aspectos de fundamental importância foram as lembranças que remetem sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado.

Partindo desse pressuposto, o autor percebeu a existência de razões bastante complexas que fazem as vítimas do nazismo se absterem de falar. Um dos fatores destacados foi que o "investimento de todas as energias na reconstrução do pós-guerra exauriu a vontade de ouvir a mensagem culpabilizante dos horrores dos campos" (...). A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais"<sup>185</sup>. Ou pelo fato de uma mulher "ter sido condenada por "vergonha racial", delito que, segundo a legislação de 1935, proibia as relações sexuais entre "arianos" e

<sup>183</sup> POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, 1989. p. 4.

<sup>184</sup> Idem. 1989. p. 5.

<sup>185</sup> Idem, 1989. p. 6

*“judeus”, constituiu um dos maiores obstáculos que uma das mulheres entrevistadas sentia para falar sobre si mesma”<sup>186</sup>.*

Com efeito, essa forma de apreender a memória através do resgate dos “silênciosos” ou dos “silenciados”, destacando com muita precisão os limites desse campo de pesquisa, são elementos que marcam a obra de Michael Pollack, é o que distingue-o de Maurice Halbwachs que não vê na “memória coletiva” uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, mas sim a função de coesão social desempenhada pela memória coletiva (que para a primeira metade do nosso século significou uma grande ruptura com a memória individual e psicologizante). Além disso, Pollack se diferencia de Pierre Nora, que optou pelas manifestações materiais da memória, através do estudo dos “lugares de memória”, monumentos, museus, arquivos e patrimônio arquitetônico em geral.

Enfim, estas são apenas algumas relações possíveis de estudo da memória através da historiografia, que em determinados casos precisa se valer da busca de “indícios” e/ou de “silêncios” para dar conta da complexidade do “real”. Como coloca François Bédarida:

“A pesquisa sobre o tempo presente, função de **expertise** e responsabilidade social do historiador caminham lado a lado. Efetivamente, nossa sociedade, tão apaixonada por história e tão ávida da inteligibilidade de seu passado, está mais do que nunca ansiosa por compreender os grandes dramas do século: na interseção da memória - para aqueles que viveram aquele tempo - e na da história - para as gerações que aprenderam esses dramas nos livros, mas que observam em toda parte suas marcas abrasadoras”<sup>187</sup>.

É preciso mais do que nunca que o historiador esteja atento a tudo, a começar pela atenção ao mundo que o cerca, pois cada vez mais ele é exigido a *“definir a sua missão relativamente aos mitos, aos preconceitos e às deformações*

<sup>186</sup> Idem, 1989. p. 12.

<sup>187</sup> BÉDARIDA, François. *As Responsabilidades do Historiador Expert*. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p.145.

*da consciência coletiva e da memória comum*<sup>188</sup>. Destaca-se aí portanto, o importante papel da memória, enquanto ferramenta capaz de “alimentar” a história, procurando salvar o passado para servir o presente e o futuro. Todavia não podemos perder de vista que, como coloca Hobsbawm, “*Não basta a história de identidade*”<sup>189</sup>, é preciso circunscrever as questões políticas e existenciais que estão em jogo quando se trata de colher depoimentos para a chamada história do tempo presente; as narrativas precisam ser cotejadas com as fontes; “*é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência*” para não cair, como coloca o autor, em anacronismos, lendo os “*desejos do presente no passado*”<sup>190</sup>.

Enfim, ha muito já se colocou para os historiadores o desafio de apreender todo o vasto complexo de conhecimentos não-oficiais, não-institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais, cabe portanto, “*aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (...) (e) trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens*”<sup>191</sup>.

### 2.3 Memórias de Porto Alegre que evocam a Usina do Gasômetro nos anos 70

Os anos 70 carregam consigo uma série de transformações do ponto de vista urbano e social. Sendo que o início desta década aponta para o chamado “Milagre Brasileiro” que combinou um extraordinário crescimento econômico, taxas

<sup>188</sup> Idem, 1998. p.145.

<sup>189</sup> Capítulo 21 de seu livro **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 281.

<sup>190</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 286-288.

<sup>191</sup> LE GOFF, Jacques. 1996. p. 477.

relativamente baixas de inflação, investimentos e empréstimos de capital estrangeiro, sendo que um dos setores mais importantes do investimento foi o da indústria automobilística<sup>192</sup>.

Assim, enquanto o governo federal empreendia grandes projetos, como a construção da Rodovia Transamazônica e a Usina Hidrelétrica de Itaipú, em Porto Alegre, na gestão de Telmo Thompson Flores (1969-1975), a área central da cidade perdia sua fisionomia antiga que ainda resistia ao impacto da modernização urbana:

“sucumbe o antigo abrigo de bondes e suas floristas; a área do Mercado Público e da Praça XV passam a ser lugar de terminais de inúmeros ônibus que afluem ao centro; a “Rua da Praia” cantada por poetas da cidade se transformava em “calçadão”, como também a Praça da Alfândega e Praça Otávio Rocha; constrói-se a rodoviária e suas elevadas; o túnel da Conceição ocasiona novas demolições, e o muro da Avenida Mauá retira da comunidade local o acesso ao porto”<sup>193</sup>.

Iniciava-se, portanto, o processo de implantação de uma nova face moderna e progressista na capital, onde o espaço urbano central da cidade passava a ser supervalorizado, transformando-se principalmente em local de negócios, retirando de cena os moradores, numa clara política de desumanização do centro. Tratava-se, em outras palavras, do “mito do progresso”, cujo fundamento era opor-se à continuidade e à tradição.

Não podemos esquecer que em 1979 a cidade ganha seu 2º Plano Diretor, que como o de 1959<sup>194</sup>, propunha formas de normatização para o espaço urbano. Segundo Pesavento, este seria o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento

<sup>192</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 485.

<sup>193</sup> PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre: ....** 1992. p. 113.

<sup>194</sup> O Plano Diretor foi instituído legalmente pela lei 2046 de 30 de dezembro de 1959, na administração de Ildo Meneghetti. Este Plano abrangia um pouco mais que a área central (definida pelas Ruas Sertório, Pereira Franco, D. Pedro II, Carlos Gomes, Dr. Salvador França, Aparício Borges, Avenida Teresópolis, Avenida projetada ao longo do Arroio Passo Fundo e Avenida Icarai) Nos anos subsequentes foram sendo avançados os limites da área descrita. Porém as obras que marcaram uma modificação na estrutura urbana da cidade começaram a aparecer a partir de 1972, na gestão do prefeito Telmo Thompson Flores, que inicia com a construção da Primeira Perimetral, já proposta em 1858 pelo engenheiro Frederico Heydtmann (o mesmo que projetou o prédio do Mercado Público em 1861). In: SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 106-110.

Integrado, incluindo novos espaços de atuação do poder público sobre a feição urbana de Porto Alegre. *“Criavam-se normas para o parcelamento do solo urbano, além de diretrizes para seu uso e ocupação. A cidade é pensada a partir de áreas com funções definidas: habitação, indústria, comércio, serviços, recreação e lazer, etc., ordenadas segundo um sistema de paralisação. Procurava-se a modificação da estrutura de ocupação urbana, até então centrada na força das antigas radiais, com a inserção de perimetrais que redefinem, também, as relações entre os diversos espaços da cidade”*<sup>195</sup>.

No que tange a área onde situa-se a Usina do Gasômetro encontramos uma série de transformações em curso nos anos 70. Sabe-se de inúmeras obras que estavam alterando a fisionomia da cidade naquela região conhecida como Ponta das Pedras, volta do Gasômetro ou Ponta da Cadeia.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento estava executando aterros naquela região com o intuito de concluir as obras de proteção da cidade contra as enchentes. Na verdade, segundo Alberto André, em reportagem intitulada *“Devolução da Ponta da Cadeia”*, na origem os trabalhos do DNOS foram solicitados pelo presidente Vargas em função da grande cheia de 1941 e tiveram início em 1943, com a canalização do Arroio Dilúvio. Mas, somente em março de 1973, o prefeito Thompson Flores conseguiu firmar documento com o Palácio Piratini e o DNOS, com o objetivo de concluir as obras do muro da Mauá e do sistema de bombeamento e esgotos<sup>196</sup>.

Tratava-se sem dúvida de um dos pontos mais importantes no que tange as políticas de proteção contra a inundações e alagamentos de Porto Alegre, como podemos evidenciar em publicação que trata do assunto:

<sup>195</sup> PESAVENTO, S. J. *Memória Porto Alegre: ....* 1992. p. 114.

<sup>196</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 19 de outubro de 1975. MCSHJC. p.17.

É justamente nesta região que encontramos a maior densidade de ocupação do solo, com intensas atividades públicas, comerciais, de lazer e moradias. É o chamado Centro da Cidade, que não é o seu centro geográfico, mas é a sua Ponta mais ativa e com maior circulação humana.

É também nesta região, como já frisamos antes, que o Rio/Lago Guaíba sofre seu maior estreitamento afunilando em tão somente 900m entre a Usina do Gasômetro e a Ilha da Pintada. Dois pontos relevantes conjugam-se nesta situação: o ponto de maior represamento das águas coincidente com a maior densificação urbana, o próprio "Centro" da Cidade<sup>197</sup>.

O local sempre foi considerado ponto crítico dos projetos, em virtude da presença da Usina e das instalações de órgãos estaduais e militares. Conforme o engenheiro da Secretaria de Energia e Comunicações "a velha Usina cumpriu sua missão, encerrando com ela uma fase da vida porto-alegrense"(...) ela é o maior obstáculo à reurbanização da área do bonito pôr-do-sol do Guaíba"<sup>198</sup>.

Podemos dizer que tal demanda acabou efetivando-se pois, com o avanço daquelas obras, toda área da Usina foi sendo submetida a moderno tratamento paisagístico e viário, predominando a avenida Perimentral e a Praça Brigadeiro Sampaio, antiga Harmonia, fazendo com que a Cidade Baixa recuperasse paulatinamente a vista do Guaíba que começou a perder na década de vinte.

O primeiro ato desta fase de modernizações da Volta do Gasômetro ocorreu em 1962, quando o Prefeito José Loureiro da Silva, com o objetivo de desalgemar o Guaíba, derrubou a primeira pedra do muro do *sinistro cadeião do Gasômetro*<sup>199</sup>.

Nas palavras de Sérgio da Costa Franco, a Casa de Correção, que fazia frente à Rua General Salustiano, hoje João Goulart, com fundos para o rio Guaíba, foi tão marcante na geografia da cidade que a própria ponta de terra onde foi erguida passou a ser conhecida como "Ponta da Cadeia" pelos navegantes do Guaíba.

Em meados deste século, porém, crescera a população carcerária além da medida e o prédio se encontrava em mau estado de conservação, dando margem a

<sup>197</sup> RAUBER, Vicente José. **Prevenir é o melhor remédio**: sistemas de proteção contra inundações e alagamentos de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1992. p. 25.

<sup>198</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de agosto de 1974. MCSHJC. p.17.

<sup>199</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de agosto de 1974. MCSHJC. p.17.

campanha de imprensa em favor de sua demolição e no início da década de sessenta o prédio acabou sendo dinamitado<sup>200</sup>.

Nesta lógica modernizante, a Usina do Gasômetro, seria o próximo prédio a ser demolido a fim de que em seu curso passasse o prolongamento da avenida Mauá e o muro de contenção. Pois, como já vimos até aqui, ela inicia os anos 70 com muita dificuldade de funcionamento, abastecendo apenas uma pequena parte da cidade, sofrendo constantes interrupções, até que em 1974 acaba desativada.

No entanto, as demandas sociais foram muito importantes na luta pela preservação deste prédio. Acabaram constituindo-se múltiplas representações sociais, aspirações e expectativas sobre a Usina, colocando em pauta questões referentes as memórias coletivas, entendidas aqui segundo Maurice Halbwachs, como *“uma corrente de pensamento contínuo (...) já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”*<sup>201</sup>. Sendo que, para o autor, existem tantas memórias coletivas quantos são os grupos sociais existentes.

Nesse sentido, quando tratamos da história da construção da Usina do Gasômetro como um patrimônio da cidade, estamos tratando de um bem simbólico carregado de múltiplos significados sociais. Cabe a nós historiadores não uniformizarmos estes significados - silenciando, suprimindo ou privatizando as diferentes experiências sociais.

#### 2.4 Uma *Memória Rachada*: polêmica sobre a localização da usina na ponta da cidade

<sup>200</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre...*1992. p. 126.

<sup>201</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 p. 80.

<sup>201</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de junho de 1975.

Um dos primeiros aspectos que chama atenção quando começamos a arrolar as memórias da Usina do Gasômetro é a constante associação feita entre ela e o local onde se encontra. A chamada "Ponta das Pedras". Local lembrado e reconhecido como sendo de grande valor histórico. Porém, é preciso considerar que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual áquilo que chamamos de *lugares de memória* da cidade, uma vez que estes lugares carregam consigo diferentes memórias sociais.

Nas palavras de Leandro Telles, advogado que, nos anos 70, fundou o Movimento em Defesa do Acervo Cultural Gaúcho, aquela ponta da cidade oferece beleza natural e historicidade, pois *"ali teriam desembarcado os primeiros colonos açorianos em 1752 e principiou a surgir Porto Alegre como agrupamento urbano. A partir da "Ponta da Cadeia" é que foram traçadas as primeiras vielas, surgiram as primeiras moradias"*<sup>202</sup>.

Walter Spalding, refere-se a chegada dos casais dizendo que inicialmente (1752) foram instalados no Morro de Santana, mas *"desgostosos do lugar, resolveram, autorizados devidamente, instalar-se pelas margens do Guaíba, onde já em 1753 existia, no Pôrto, um "arroio" (correr) de casas, conforme diz Blasco, cobertas de palha. Mas pouco depois, começaram a surgir, com a fundação de olarias, as primeiras casas de pedra, cobertas de telhas, casas térreas e assobradadas, estas contituídas, as primeiras, na Rua da Praia, nas proximidades da Ponta das Pedras (local onde hoje está a Usina da CEEE)"*<sup>203</sup>.

Riopardense de Macedo, por sua vez, chega inclusive a elencar uma série de razões para a ocupação da península, dentre as quais refere-se ao local como sendo estratégico para defesa da cidade, onde se encontra a ilha mais próxima - a

---

<sup>203</sup> SPALDING, Walter. **Pequena História de Pôrto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 33

da casa da pólvora - impedindo a entrada de navios inimigos (explicando inclusive a localização dos arsenais do exército e da marinha naquela extremidade da península). Por outro lado, sugere o autor uma razão de ordem econômica, pois tratava-se de passagem do gado para consumo da florescente aglomeração urbana, onde o gado ali recebido era transportado para o Matadouro que ficava nas proximidades da praça Garibaldi. Para finalizar, menciona ainda a Carta de Confirmação da concessão da Sesmaria de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos que explica a localização dos ilhéus naquela ponta<sup>204</sup>.

Por outro lado, recentemente, nas vésperas do aniversário de 230 anos de Porto Alegre, foi proposta uma revisão das interpretações sobre a fundação e colonização do pedaço de terra onde aportaram os imigrantes de Açores.

Estamos nos referindo especificamente ao debate de idéias travado no caderno de cultura de ZH, onde o historiador Charles Monteiro problematiza o trabalho de "invenção" da história de Porto Alegre, contrapondo duas tradições de escrita da memória da cidade. Por um lado, monta-se uma espécie de epopéia histórica que começaria com a concessão da sesmaria a Jerônimo de Ornellas (1740) e o momento em que a povoação alcança foros de autonomia desmembrando-se de Viamão (1772). Por outro, o autor evidencia o deslocamento desse olhar elitista sobre a história local através das crônicas de Aquiles Porto Alegre e Nilo Ruchel, críticos da polêmica sobre a fundação, que evocam a memória de outros sujeitos, dentre eles os imigrantes açorianos.

Acontece que o Prefeito Thompson Flores acaba sancionando, em 29 de dezembro de 1971, a Lei Municipal número 3.609 que consagrou "como data de fundação de Porto Alegre, o dia 26 de março de 1772", momento de emancipação

---

<sup>204</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. 2.ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999. p. 61-63.

política de Porto Alegre, o que faz perpetuar, segundo Monteiro, "o *“mito das origens”* e a *supervalorização do passado em detrimento dos problemas do presente e dos conflitos que percorreram a história local, relegando ao esquecimento a participação de uma série de outros sujeitos, tempos e espaços da memória coletiva*"<sup>205</sup>.

Evidenciamos a atribuição de diferentes sentidos para a fundação da cidade, e por conseguinte, a complexidade da construção de uma *história à contrapelo*, no bom estilo benjaminiano, que propõe ler a cidade a partir de montagens contrastivas buscando vestígios, indícios e as vozes daqueles que se encontram na contramão da ordem.

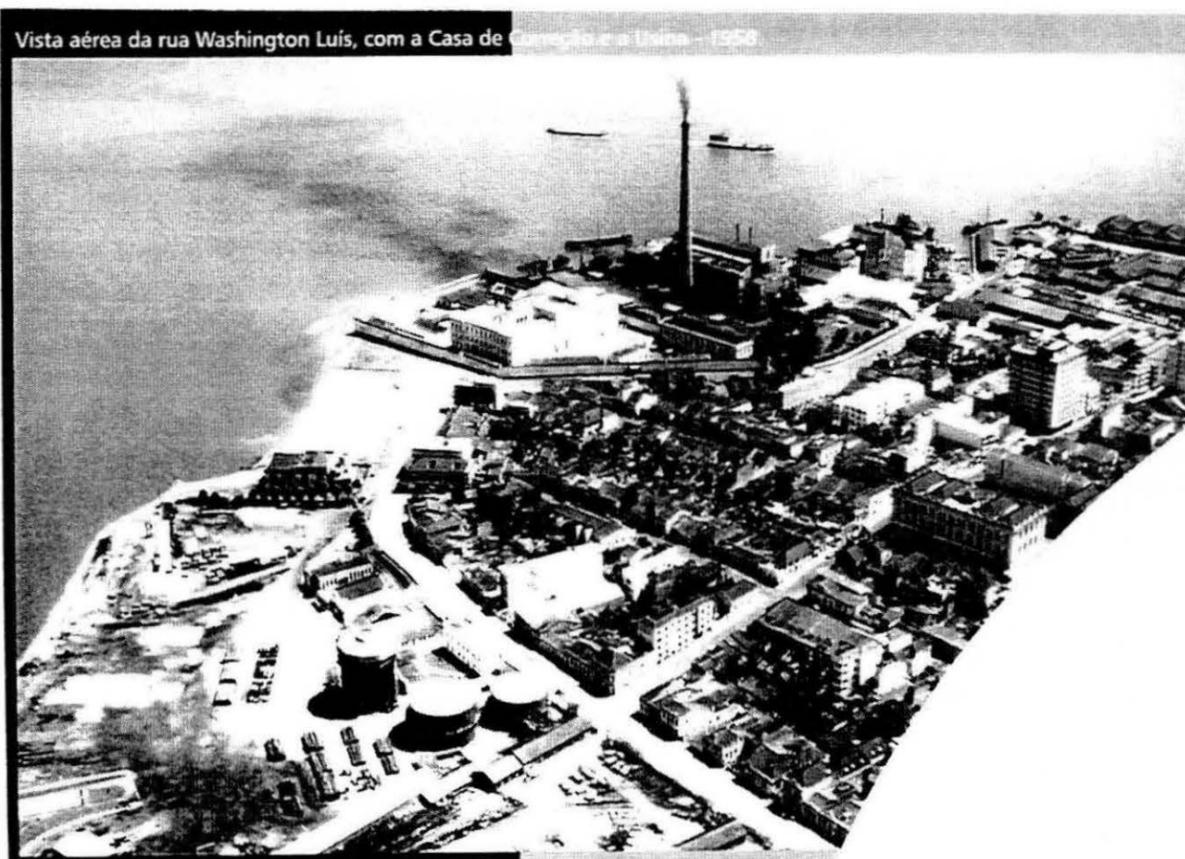
Trata-se de um debate extremamente pertinente para nosso estudo, pois relaciona a ponta da península com a Usina do Gasômetro e instaura um *campo de força simbólico* ajudando-nos a compor uma história da usina que não se pretende teleológica. Uma história, como foi colocado no início do trabalho, onde a cidade é vista como uma projeção dos imaginários sociais no espaço, onde este imaginário, nas palavras de Le Goff, pertence ao campo da representação que ocupa nele a parte da tradução não reprodutora mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra.

Sendo assim, o que importa são as justaposições ou superposições que a metrópole moderna apresenta a partir da ação de seus agentes sociais na busca das origens desta cidade. Representações simbólicas que não se excluem necessariamente mas, pelo contrário, se complementam, servindo para *radiografar o imaginário coletivo* da cidade.

<sup>205</sup> O historiador Charles Monteiro apresenta sua tese de doutorado defendida na PUC de São Paulo no final do ano 2000 intitulada **Porto de Polêmicas –A Memória Rachada dos 230 anos.**, que versa sobre as polêmicas que envolveram as comemorações da fundação de Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 de março de 2002. Caderno de Cultura. p. 6.



Aerofotografia da Ponta do Gasometro, revelando a Usina em funcionamento -1956.  
Original na escala aproximada 1:10.000 (acervo da SMAMP/MPA), p. 85



## 2.5 Aderência do grupo ao seu lugar: a Usina como *lugar de memória* dos operários

Contudo, o Gasômetro é evocado não apenas pela importância do local onde está instalado, mas também por ser considerado um *símbolo do trabalho*, um *lugar da memória operária*. Pois, como vimos no primeiro capítulo, embora tendo passado por muitas dificuldades a Usina do Gasômetro teve um papel importantíssimo no abastecimento de força e luz, acolhendo no seu interior uma gama bastante variada de trabalhadores, passando pelos estrangeiros, nacionais, locais e até os presidiários.

É justamente a memória de alguns destes trabalhadores que pode nos ajudar a construir a idéia de que a usina é um lugar da memória operária por excelência. Pois, segundo Halbwachs, "*o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras (...) o lugar recebe a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo*"<sup>206</sup>.

Podemos evidenciar a importância do vínculo estabelecido entre os operários e a usina a partir do depoimento de Vitorino Pereira Vasconcelos que, entrevistado pela Folha da tarde, saudosamente refere-se ao seu local de trabalho como sendo sua própria casa e mostrando-se muito triste por saber que se afastará das antigas caldeiras e da manutenção do prédio que estava realizando nos últimos anos, depois da sua desativação. "*Como era bacana de se ver tudo isso aqui funcionando*

<sup>206</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*.... 1990. p. 133.

(...) o barulho das máquinas e a sincronia das correias do transporte do carvão davam vida a usina e sinal de que ela era importante para a cidade”.<sup>207</sup>

Porém, o período que mais lhe marcou foi quando trabalhou na conservação da usina depois da sua desativação: “A gente botava a escada dentro da caldeira com fogo e tudo. Subia para conservar os vidros ou fazer limpeza das paredes. Era tudo muito limpo, pintado. Depois que descia o suor começava a cortar o corpo. Dava pra torcer e lavar a roupa no rio...(...) só paramos de conservar quando surgiu boatos da demolição”. Sendo que a idéia de demolição martiriza o trabalhador: “Não tenho filhos para contar histórias. Mas quero passar por aqui e lembrar que foi meu segundo lar por 26 anos”<sup>208</sup>.

Como coloca Ecléia Bosi, quando escreve sobre a velhice na sociedade industrial, reconstruindo a memória do trabalho de velhos moradores de São Paulo: “As lembranças se apóiam nas pedras da cidade e a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva”<sup>209</sup>. Sendo que esta seiva escorre das reminiscências de Vitorino.

No entanto, as memórias dos trabalhadores da Usina remam contra a maré. O meio urbano afasta as pessoas que não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Não existe no caso dos operários da Usina nenhuma associação, nenhum clube, nada que pudesse preservar a identidade do grupo e suas memórias. Aramis da Silveira, antigo trabalhador da Usina, lamenta inclusive que nunca tenham lembrado dele ou dos seus colegas sempre que se vangloriou a Usina. “Com os americanos, com 30 anos de serviço a

<sup>207</sup> Folha da Tarde, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1982. MCHJC.

<sup>208</sup> Folha da Tarde, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1982. MCHJC.

<sup>209</sup> BOSI, Ecléia. Memória da Cidade: Lembranças Paulistanas. In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo 1992. p.146.

*gente era homenageado*<sup>210</sup> diz com certa mágoa e grande desconsolo. Observamos aí a importância da coletividade no suporte da memória e, infelizmente, evidenciamos neste estudo a existência de uma grande lacuna neste campo da memória coletiva dos trabalhadores da Usina<sup>211</sup>.

Um trabalho que julgamos exemplar e que de certa forma ajuda a pensar esta questão é o trabalho coordenado pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cornélia Eckert, do Departamento de Antropologia desta Universidade que, frente ao desaparecimento da atividade mineradora nos seus moldes tradicionais, vem realizando estudos sobre a sociabilidade e a memória na comunidade mineira do carvão junto à antigos habitantes de Arroio dos Ratos e Charqueadas buscando *“constituir e promover estruturas associativas e sociabilidade que operacionalizem a continuidade do grupo de identidade onde possam trabalhar a memória coletiva”*<sup>212</sup>.

Segundo a autora, são diversas as formas através das quais pode-se analisar o esforço coletivo de continuidade e/ou de re-organização da comunidade de trabalho. Sendo que em pesquisas anteriores (mestrado e doutorado) a mesma analisa aspectos em torno das instâncias do trabalho, família, religião, rituais. Neste estudo atual, detém-se numa forma de sociabilidade específica: a festa dos mineiros, realizando estudo antropológico do evento festivo anualmente realizado pelos mineiros de carvão aposentados denominado: “Encontro da Saudade Mineira”. Evento que ocorre no mês de novembro e consta de dois atos: num primeiro

<sup>210</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1982. p.37. MCSHJC.

<sup>211</sup> No caso da cidade de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) foram executados três projetos relativos a memória de trabalhadores: o primeiro procurava a “memória do trabalho” de antigos trabalhadores têxteis, na Zona Leste de São Paulo; o segundo foi o resgate da formação de um movimento social por saúde pública numa região da cidade tornada caótica pelo despejo de favelas e o último tinha o intuito de resgatar o movimento operário dentro de uma fábrica de cimento no grande bairro Perus. In: PAOLI, Maria Celia & ALMEIDA, Marco Antônio de. **Memória, Cidadania, Cultura popular**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. n. 24, 1996 - “Cidadania”. p.185-193.

<sup>212</sup> ECKERT, Cornélia. Sociabilidade e memória na comunidade mineira do carvão. In: **Carvão e Meio Ambiente**. Centro de Ecologia/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 887.

momento, mais solene, a festa ocorre no espaço do *Museu do Carvão*<sup>213</sup>, e no segundo, mais lúdico, no *Última Hora*, antigo clube fundado por trabalhadores mineiros.

É interessante destacar, como coloca Cornélia Eckert, que esta prática de memória não é desenvolvida por simples turistas, mas por um público muito especial:

“Alguns explicam às pessoas próximas o funcionamento de uma velha máquina, a funcionalidade de um objeto, buscam identificar-se a si e aos outros nas velhas fotos, trabalham na memória as lembranças da atividade extrativa, restabelecem uma imagem de sua vida social e profissional passada. Nesta sobreposição de rememorações reafirma-se o valor-trabalho como propriedade de situação neste processo de atualização dos sistemas simbólico-valorativos”<sup>214</sup>.

Na maioria das entrevistas realizadas pela pesquisadora, a lembrança dos mineiros fica circunscrita à dificuldade do trabalho, os acidentes, a bravura, a coragem, o heroísmo, o companheirismo, a solidariedade, a situação comum de subordinação a política paternalista, a fé, as lutas sindicais, e outros. Sendo que na segunda parte do evento, no Clube Última Hora a confraternização continua, regada à churrasco, orquestra e baile.

Ao relacionarmos este trabalho com a memória coletiva dos operários do Gasômetro e a respectiva construção da usina como um *lugar de memória* dos operários encontramos uma série de aspectos que se intercomunicam. Em primeiro lugar trata-se da relação entre duas regiões que tiveram muitos contatos na fase de funcionamento do Gasômetro, pois era justamente desta zona mineradora que provinha a maior parte do carvão necessário para abastecer a usina. Por outro lado, embora, infelizmente, não existam *rituais da saudade* para os antigos trabalhadores

<sup>213</sup> O Museu do Carvão é um centro cultural pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul e foi construído onde funcionava um dos poços de extração da antiga Companhia de Extração Carvão (Cadem). Mas, nesta empreitada destaca-se a iniciativa do Estado, do Município, da extinta Sociedade Amigos do Museu do Carvão, das colaborações da companhia privada Copelmi e da comunidade local com doações, etc...In: ECKERT, Cornélia. **Sociabilidade e memória na ...**, 2000. p. 898.

<sup>214</sup> ECKERT, Cornélia. **Sociabilidade e memória na ...**, 2000. p. 901.

da usina, conseguimos encontrar algumas informações que nos possibilitam pensar também nos espaços de sociabilidade dos operários do Gasômetro e concluir assim como Cornélia Eckert que configuram-se realmente como espaços com *“forte energia de restituição de um ritmo ao cotidiano, um senso de existência do grupo”*<sup>215</sup>.

Madeleine Rébérioux, quando nos fala dos *Lugares da Memória Operária*, dos trabalhadores da usina de Le Creusot, emblemática siderurgia francesa, também coloca que *“(...) não era apenas um lugar de exploração, mas também um lugar de diversas formas de lazer, toleradas na prática. Cultura de resistência à exploração mas também, na fábrica nasceu no espaço do trabalho uma cultura de solidariedade ou, se preferirmos, de fraternidade.”*<sup>216</sup>

Estas relações com as memórias do lazer, da solidariedade e da sociabilidade, num espaço que exige trabalho, disciplina e ordem, nos mostram o potencial de criatividade da classe operária que conquista tempos de pausa e de repouso dentro da rigidez do trabalho, corroborando para ressignificarmos a temporalidade vivida do grupo e assim repensarmos a sua respectiva identidade.

Na verdade estas abordagens sobre os *campos alternativos* do trabalho já vem sendo estudada a algum tempo, como atestam os trabalhos de Thompson, Davis<sup>217</sup> e Hobsbawn<sup>218</sup>. Mas, o que percebemos é que de maneira nenhuma são estratégias que transcorrem tranqüilas nos meandros das fábricas ou usinas.

No caso do Gasômetro por exemplo, a partir do depoimento de um de seus trabalhadores, Antônio Flores, soldador-metalúrgico, descobrimos que *“não tinha nem refeitório. A pessoa almoçava lá pela sala das cadeiras mesmo. (...) tinha um*

<sup>215</sup> ECKERT, Cornélia. **Sociabilidade e memória na ...**, 2000. p. 901.

<sup>216</sup> RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. 1992. p. 50.

<sup>217</sup> DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>218</sup> A Transformação dos rituais do operariado. In: HOBBSAWN, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

*clubezinho com o nome de Kilowate, mas eles perseguiam muito, tiravam o pessoal, o pessoal vinha machucado para trabalhar, então o americano queria era produção (...) depois da encampação é que foi feito um refeitório ...antes não tinha essas de direitos sociais”.*<sup>219</sup>

Mesmo assim, com todas as dificuldades na constituição e manutenção dos espaços de lazer, Gedi Manoel Mena Barreto, outro ex-trabalhador da Usina, trás á tona nova visão: *“(...) Ali dentro nós tinha Cancha de Bocha, tinha o nosso refeitório...tomávamos banho com a água das caldeiras, nós tínhamos tudo. (...) A Carris e a Energia era juntas, dali saiu um Grêmio Esportivo Força e Luz que é o campo que tem na Protásio Alves. Então nos fazia a nossa educação física em volta da usina, depois formamos o Esporte Clube Kilowate que era dali, dali saiu o Zacaria, saiu o Minardi saiu o Oladir que jogou no Grêmio, então saiu diversas gente dali que jogou no profissionalismo”*<sup>220</sup>.

Neste último depoimento percebemos a força que estes discursos tem para restituir o cotidiano daqueles trabalhadores, evidenciando um *senso de existência de grupo*. O Clube e os outros espaços de lazer assumem um papel de reforçar o vínculo daqueles trabalhadores com a usina. Transparece, inclusive, nas palavras de Gedi, um orgulho de ter compartilhado aquele espaço da usina com colegas que tornaram-se jogadores profissionais.

Contudo, a memória dos operários da usina não ficou circunscrita apenas aos locais de lazer, até mesmo porque os operários permaneciam muito mais tempo trabalhando em outros espaços daquele prédio do que nos espaços de recreação. Isto fica fortemente evidenciado na fala do eletrotécnico Affonso Maeso Montes: *“(...*

<sup>219</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV

<sup>220</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV

*Eu não tinha tempo para ver os meus filhos, eu vivia mais dentro da usina, tinha cinco domingos por mês então eles me davam uma folga, eu trabalhava e me apresentava essas 8 horas de serviço a mais tinha meses que eu fazia 400 horas de serviço por mês (...) Uma vida como se diz, sinceramente, de escravo (...) Com a encampação melhorou muito...melhorou o procedimento dos funcionários, teve mais categoria, formaram auto-escola. Eu acho que a encampação da CEEE foi a maior vantagem. (...) Houve menos trabalho, não trabalhava os cinco domingos e recebia o meu salário normal.”<sup>221</sup>.*

Antônio Flores também se queixa do excesso de trabalho na época da Cia americana: *“Nós não trabalhávamos só 8 horas, ...10,12,14,15,20 horas....naquele tempo era uma briga, eles pagavam mas não tinha percentuais que tínhamos que ter né, (...) Eu gostei muito da Cia americana, mas eu não posso deixar de elogiar e ser agradecido a CEEE. Aí que eu vim conhecer os direitos que nós tínhamos, tratados com humanidade”.*

Além disso, Flores retrata também um outro lado sombrio do trabalho na usina, dizendo da dificuldade do trabalho e da ocorrência de doenças acarretadas pelo ambiente e pelo tipo de trabalho executado pelos usineiros: *“(...) aquela cinza penetrava diretamente nos pulmões...e tinha também doenças pela alta temperatura que se trabalhava ali dentro, mais ou menos 80 graus (...). Todo o pessoal que estava nas carvoeiras era mesmo que um mineiro (...) Ele tinha que estar na frente da britadora. (...) Além disso, no tempo da Cia as luvas que existiam eram muito poucas mas a Cia dava macacão (...) depois da Justiça do Trabalho....inventaram de darem botas pro pessoal (...).”<sup>222</sup>* Flores relata ainda uma série de acidentes de trabalho. Alguns inclusive resultaram em morte, como foi o caso de um homem que

<sup>221</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV.

<sup>222</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV.

*caiu no funil e outro que foi eletrocutado*. Outros casos mais corriqueiros estavam relacionados à quedas de trabalhadores de andaimes e queimaduras.

Aqui, através de mudanças bruscas de expressão, os trabalhadores recordam de situações traumatizantes e, ao contrário dos depoimentos sobre os espaços de lazer, encontramos num tom duro que ganha a narrativa, a emergência de *memórias subterrâneas* da usina. Memórias estas que fazem emergir do cotidiano daqueles trabalhadores formas específicas de dominação, exploração e violência. E, uma vez colocadas para fora, através destas entrevistas realizadas recentemente pelo grupo de pesquisa ligado ao Projeto Memorial da Usina, estas *memórias subterrâneas*, nas palavras de Pollack, estavam esperando o momento propício para serem expressas numa *"irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos"*<sup>223</sup>, tornando-se uma ferramenta evocativa também para a construção da identidade do grupo, mostrando o outro lado das relações deste grupo com a usina e seus patrões ao revelar um aspecto que por muitas vezes pode ter sido negligenciado pela história.

Mas, a memória destes operários da usina foi permeada também por outros aspectos. A Usina e seus trabalhadores tiveram participação em um grande acontecimento político. O que de certa forma deixou muitos dos seus operários temerosos e, ao mesmo tempo, orgulhosos de terem participado daquele momento tão importante para a história do país. Estamos nos referindo especificamente a ocorrência da *batalha da legalidade*, que envolveu a posse do vice-presidente João Goulart.

Sabemos que a posse de Jango ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha

<sup>223</sup> POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio...*, 1989. p. 5.

por onde os comunistas chegariam ao poder. Jango estava em visita à China comunista e os ministros militares de Jânio vetaram a volta de João Goulart ao Brasil. Porém, aqui por estes plagos, o comandante do III Exército – general Machado Lopes – declarou seu apoio à posse de Goulart, abrindo o que se chamou de *batalha da legalidade*<sup>224</sup>, onde a figura principal do movimento foi o então governador Leonel Brizola, cunhado de Jango.

Brizola contribuiu para o esquema militar em torno de Machado Lopes, organizando demonstrações populares e orientando a opinião pública em favor da causa da legalidade, promovendo grandes manifestações populares em Porto Alegre.<sup>225</sup>

Como coloca Lili Adam Bucholz, presidente da Associação de Bairro, durante a *batalha da legalidade*, “a usina era o alvo principal (...)foi feita de trincheira, ...era um barril de pólvora mesmo”<sup>226</sup>. De fato, como podemos perceber através do depoimento de Antônio Flores, a usina e seus trabalhadores estiveram bastante envolvidos nos conflitos de 1961:

“(...)como a gente estava solidário com Brizola ficamos todos de plantão. Então só aqueles quem eles mandaram embora é aqueles velinhos que nós dizia que ia pro Padre Caciue (Risos)...os mais jovens, nesse caso, eu também era jovem, ficamos, né, na usina para o que der vier. (...)bem pertinho da usina tinha um quartel que desmancharam, onde é a pracinha hoje, o quartel da motorizada ali. Ali estavam os tanques todos né, (...)o comandante da Região, depois é que ele se tornou solidário com o Leonel Brizola. Era o III Exército né. Mas durante esse período até o governador visitar o quartel general, de tarde, nós tava, o pessoal tudo, claro, quem é que não tem medo né? Tanque atira longe, não é, e artilharia, e bem ali no nosso costado aqueles tanques, duas quadras estavam todos no meio da rua, apontados pra lá

(...)Aí então veio a ordem pra desativar o pessoal todo e aqueles militares da brigada foram substituídos pelos canhões anti-aéreos do Exército, tudo la perto da usina, não é, que tinham medo que de fato viesse do Rio de Janeiro. Então foi uma época assim, dias assim de tensão entre todo o pessoal com aquele negócio lá dentro, né, será que pode ir pra casa e tal, e ficamos presos lá 24 horas, o pessoal né, lá dentro da usina, né. Brigar, o que nós iam saber disso, de armamentos. Mas, porém poderíamos sermos úteis para as pessoas que estavam lá dentro, militares mesmo. Aquilo foi uma época mesmo que nos deixou...aqueles

<sup>224</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 443.

<sup>225</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 131.

<sup>226</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV.

dias, com o sistema nervoso bem abalado, aquele pessoal que estava lá dentro não é?

(...) Houve muitos boatos que estavam prontos para bombardear (...) dizem que esta ordem veio da 5ª zona aérea, pra bombardearem o palácio e a usina. (...) coisa que houve que todo portoalegrense presenciou foi um avião de combate pesado que sobrevoou Porto Alegre..."<sup>227</sup>

Trata-se realmente de um episódio que deixou marcas profundas na memória daqueles trabalhadores e serve ainda para comprovar a idéia de que, independente de todos os significados que possam lhe ser atribuídos, a usina constitui-se, sem sombra de dúvidas, num lugar extremamente estratégico frente a eminência de um conflito militar, pois uma cidade sem luz e força torna-se presa fácil dos conquistadores.

Nas palavras de outro trabalhador da Usina, Gedi Manoel Mena Barreto, este episódio foi na verdade um trauma para eles.

"Até hoje nós temos trauma, ali perto da chaminé tinha a caldeira 8, então quando nós trabalhávamos ali, quando a tubulação... porque ali tinha muito gás então ela tinha uma válvula de escape, na legalidade foi um verdadeiro inferno para nós porque era ali que nós estivemos cercados pelo III Exército e nós aguentamos na unha aqueles dias porque a ordem que nós tínhamos era dinamitar aquilo ali se o I Exército viesse do Rio de Janeiro, então nós estava prontinho para tocar o fardo de alfafa, tinha mais ou menos 15.000 fardos de alfafa pra nós botar nas caldeiras, pra subir a pressão pra dinamitar mesmo (...) a gente estava prontinho pra fazer explodir a Usina do Gasômetro, era o coração de Porto Alegre (...)"<sup>228</sup>.

Mas afinal, o que podemos concluir até aqui sobre a evocação destas diversas memórias dos operários da Usina do Gasômetro? Qual o papel que exercem estas memórias do trabalho?

Antes de mais nada, devemos dizer que não estamos diante de mestres ou sábios da narração como foi para Benjamin, Nikolai Leskov<sup>229</sup>, contudo, estamos tratando aqui de narradores que viveram o cotidiano da usina e, desta forma,

<sup>227</sup> Entrevistas do "Projeto Memorial da Usina do Gasômetro"...1991. AHPAMV.

<sup>228</sup> Entrevistas do "Projeto Memorial da Usina do Gasômetro"...1991. AHPAMV.

<sup>229</sup> "Nikolai Leskov, nasceu em 1831 na província de Orjol e morreu em 1895, S. Petesburgo. Por seus interesses e simpatias pelos camponeses, tem certas afinidades com Tolstoi, e por sua orientação religiosa com Dostoiévski. (...) segundo Gorki, Leskov é o escritor... mais profundamente enraizado no povo... O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197.

apresentam-se como qualificados para ajudar-nos a construir o que Benjamin chama de "experiência" com o passado.

Estes trabalhadores da usina representam uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo vem destruindo. Ou melhor, ainda representam algumas memórias fragmentadas, pois infelizmente não conseguiram configurar uma coletividade que lhes garantisse melhores condições de unir e preservar suas memórias, como é o caso do *Encontro da Saudade* de Arroio dos Ratos. Nesse sentido, tratam-se de memórias de trabalhadores que estão em vias de desaparecer.

Frente a dificuldade de resgatar estas memórias dos trabalhadores da usina, julgamos oportuno evocá-las através do seu suporte exterior, isto é, através da própria Usina do Gasômetro. Pois, como muito bem coloca Pierre Nora, mais e mais a memória vem deixando de ser vivida no interior para necessitar de suportes exteriores, ela não é mais uma prática social e isto tudo tem levado justamente a uma hipertrofia dos *lugares de memória*.

"Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. É como uma voz interior que dissesse aos Corsos: "Você deve ser Corso", e aos Bretões: É preciso ser Bretão!"<sup>230</sup>.

Todavia, estamos diante de uma experiência simbólica de apropriação do espaço, ou seja, a usina para estes trabalhadores é um local de referência, depositária das suas lembranças do passado. Podemos dizer inclusive que, "a despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de leit-motiv em cada história de vida. Essas características

<sup>230</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e História: .../1993*. p. 18. <sup>230</sup> POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio...*, 1989. p. 13.

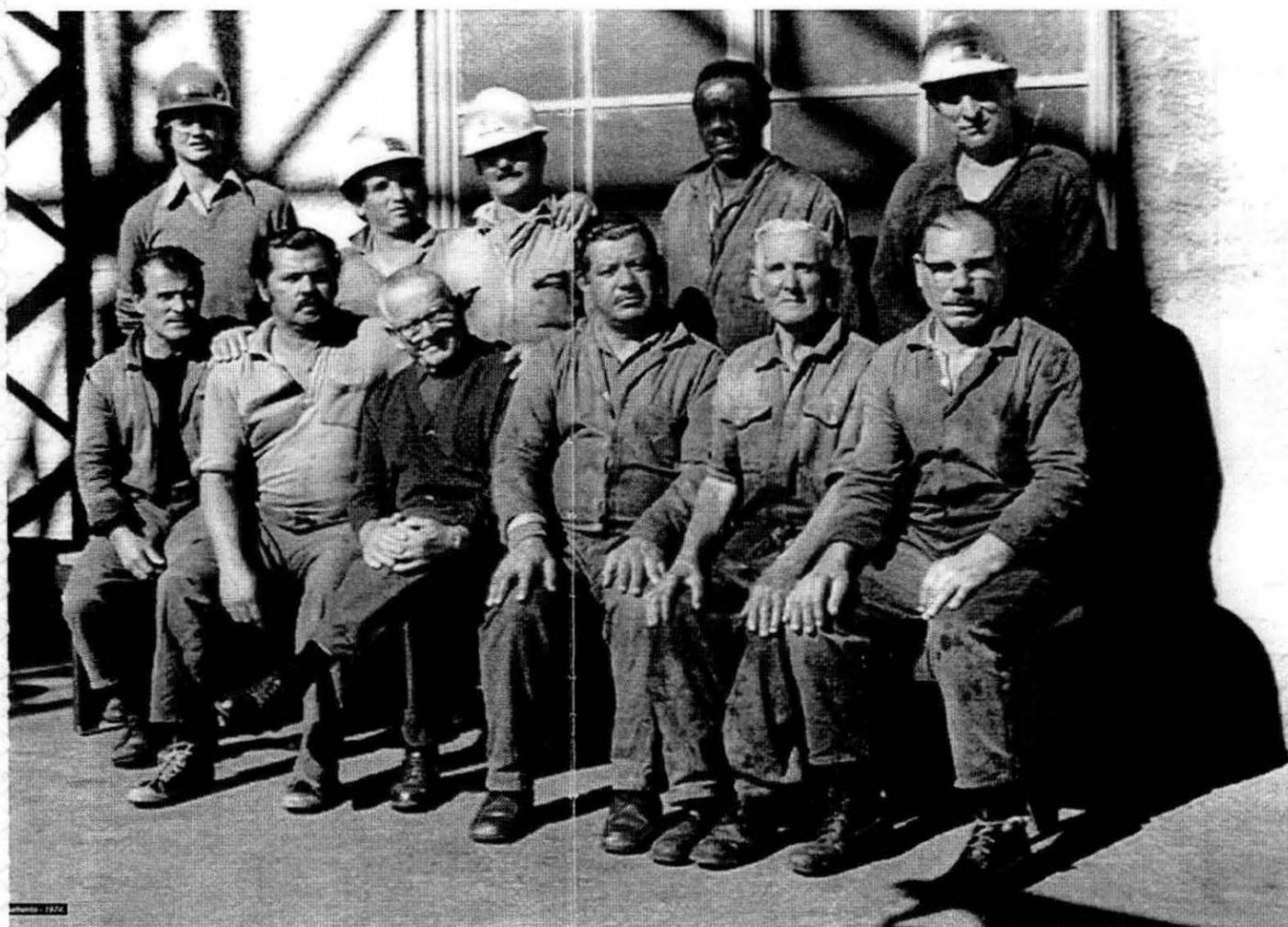
de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução de identidade, e não apenas como relatos factuais<sup>231</sup>. Por tudo isso, tendo como fio condutor esta memória do trabalho, a Usina do Gasômetro está sendo pensada aqui como um *lugar de memória* dos operários, potencialmente capaz de evocar a identidade cultural e social dos operários que lá trabalharam. Nesse sentido, quando falamos em memória coletiva estamos falando como algo vivido e de identidade social; não uma memória coletiva da nação, mas uma memória social, ou mais propriamente, na existência de um *lugar de memória* como existência simbólica.

Além disso, e a título de conclusão, podemos dizer também que estas memórias dos operários exercem um papel de atribuição de significado a este prédio da usina. Uma vez que estamos partindo do pressuposto do Historiador Pierre Nora que propõe os *lugares de memória* tomados com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, embora em graus diversos<sup>232</sup>. São lugares na medida em que haja investimento de caráter simbólico, ritual ou uma concentração de lembrança, "o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória"<sup>233</sup>.

<sup>231</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e História: .../1993;p 21.*

<sup>232</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e História: .../1993;p 22.*

<sup>233</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: ... 1996. p.24.*



*Os últimos trabalhadores da Usina antes do seu fechamento -1974. p. 03.*



Time de futebol da CEERGS ( Quilowatt Football Club ) - década de 1930.

### **3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: entre as ações de salvamento e a apropriação da Usina do Gasômetro**

#### **3.1 Memórias de salvamentos: alguns tópicos sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural em Porto Alegre**

Pensarmos hoje na Usina do Gasômetro é pensarmos em um patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre. Porém, se recuarmos no tempo, até a chamada *fase heróica do patrimônio*, quando a prioridade de defesa estava centrada na arte barroca colonial, veremos que o tombamento de uma usina seria algo um tanto quanto inusitado ou mesmo inconcebível.

Sendo assim, quando pensamos na construção de um campo do patrimônio histórico e cultural estamos tratando de valores que são atribuídos e historicamente marcados. Por um lado, evidenciamos os interesses políticos que visam construir uma memória e uma identidade locais e por outro, os interesses do capital, onde atuam sobretudo a especulação imobiliária e as agências de turismo.

No caso do Brasil a construção da idéia de patrimônio nasce com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, nos

meandros do Estado Novo, mesclando o autoritarismo de Vargas e a rebeldia modernista de Mário de Andrade, o homem que pensou o anteprojeto do SPHAN<sup>234</sup>.

No entanto, somente nos anos 50 e 60 é que os valores de modernização começam a repercutir de forma mais incisiva na preservação do patrimônio histórico e cultural *"não apenas no nível simbólico - na medida em que essa ideologia desenvolvimentista se contrapunha à continuidade e à tradição - como também nos níveis econômico e social - devido ao intenso processo de migração para as capitais e a supervalorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação tanto do patrimônio edificado como do paisagístico"*<sup>235</sup>.

Diante deste quadro, a preservação do patrimônio passou a exigir um novo dimensionamento. Como coloca Fonseca, os adversários do SPHAN deixam de ser apenas *vigários obtusos* ou *prefeitos modernosos*, e surge a poderosa especulação imobiliária. Isto provoca uma mudança no próprio SPHAN<sup>236</sup> que passa a viver um momento de transição entre a *fase heróica (1937-1967)* para a *fase da referência cultural (1975-1982)*<sup>237</sup>.

Assim, na década de 70 surgem idéias de descentralização e democratização das políticas de preservação. Os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), indicavam pela primeira vez a possibilidade de Estados e Municípios

<sup>234</sup> A organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional torna-se instrumento legal com o Decreto-lei n. 25 de 30 de Novembro de 1937.

<sup>235</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. p. 159-160

<sup>236</sup> Através do decreto-lei nº8.534 de janeiro de 1946, torna-se Diretoria - **DPHAN** e cria os 4 Distritos da DPHAN, com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. E o decreto nº 66.967, de julho de 1970 transforma o DPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo...** 1997. p. 26 e 31.

<sup>237</sup> Fonseca define a *fase heróica* como aquela fase que tinha o principal objetivo "salvar" as edificações semi-abandonadas ou deficientemente usadas, sendo que a prioridade estava centrada na defesa dos remanescentes da arte barroca colonial e monumentos religiosos brasileiros. E, em 1975 tem início a *fase da Referência Cultural*, quando surge o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coordenado por Aloísio Magalhães, que pensava em resgatar da realidade brasileira uma tradição cultural que estivesse não apenas cristalizada e internalizada, mas sobretudo, viva e apreendida em sua dinâmica plural. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo...** 1997. p. 171

exercerem uma atuação supletiva à ação federal na proteção dos bens culturais. Igualmente importante foi o Programa de Cidades Históricas (PCH,1973), que teve como propósito apoiar o IPHAN na preservação de conjuntos urbanos que estavam sendo ameaçados pelas transformações modernizantes dos perímetros urbanos<sup>238</sup>.

Em Porto Alegre, nesta mesma época nos anos 60 e 70, começamos a dar os primeiros passos na defesa do Patrimônio Cultural. Como um dos primeiros debates sobre a preservação do patrimônio em Porto Alegre podemos referir a atividade desenvolvida por alguns professores da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, que em 1961 promovem o 1º Seminário para Estudos e Defesa do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. Uma atividade pioneira que tinha o intuito de colocar em debate o problema do patrimônio<sup>239</sup>.

Porém, oportunidade de tornar estas discussões dispositivos legais surge apenas com a Lei Orgânica de Porto Alegre, em 1970, quando foram incluídos dois artigos referentes ao patrimônio: o Art. 117 que determinava ao poder executivo Municipal o levantamento dos imóveis culturais de expressiva tradição para cidade e o Art. 119 que propunha o arrolamento dos monumentos, estátuas, pedestais, bustos, quadros artísticos e bens semelhantes, móveis e imóveis, ambos previstos para serem executados no prazo de um ano<sup>240</sup>.

A partir de então o poder público começou a fazer o levantamento dos imóveis de valor histórico e cultural. Thompson Flores criou, através da portaria

<sup>238</sup> No entanto, desde 1964, já era possível identificarmos, através da Carta de Veneza (1964) um redimensionamento no conceito de "Monumento" que passou a ter seus valores vinculados ao seu entorno - compreendendo não só a criação arquitetônica isolada mas, também, o sítio urbano ou rural.

<sup>239</sup> Participaram do Seminário: o engenheiro e urbanista Francisco Riopardense de Macedo, o arquiteto Julio Nicolau de Curtis, o diretor do Arquivo Histórico do Estado Paulo Pedroso Xavier, e representando a Divisão de Cultura do Estado, Fernando Sampaio e Pedro Leite Villas Boas. Ver: MACEDO, Francisco Riopardense de. **Rio Pardo, a arquitetura fala da história**. Porto Alegre: Sulina.1972 e Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de outubro de 1961.

<sup>240</sup> PORTO ALEGRE. **Lei orgânica do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial, 1971.

209/71, uma comissão para realizar este trabalho, formada por funcionários do governo municipal, tendo como presidente Leandro da Silva Telles que era na época funcionário da Pinacoteca Municipal. Telles arrolou 56 imóveis, dando ênfase aos monumentos políticos e religiosos, além de consagrar também a tradição das fachadas em azulejos que referendam a herança portuguesa de alguns de nossos prédios<sup>241</sup>.

Contudo, esta lista de imóveis que deviam ser preservados indicava apenas a chaminé do Gasômetro, a Usina não estava sendo reconhecida aqui como patrimônio da cidade. Podemos aventar a hipótese de que a Usina não aparece na lista de Telles porque ela estava inviabilizando os planos da construção da perimetral e a conclusão do dique de proteção da cidade contra as enchentes. Da mesma forma como o Mercado Público Central de Porto Alegre esteve ameaçado de demolição por dificultar a construção desta radial e também não vigorou nesta listagem de 1971. Enfim, o fato é que ainda não havia chegado o momento de reconhecerem a Usina do Gasômetro como patrimônio histórico de Porto Alegre.

Além disso, esta lista de Leandro Telles acabou também provocando enfrentamentos judiciais e a própria destruição de alguns imóveis. Pois, uma vez divulgadas pela imprensa, avisando os proprietários que seus bens deveriam ser preservados, criava-se um obstáculo para a especulação imobiliária e os respectivos proprietários poderem lucrar com a venda de suas propriedades.

Diante deste quadro alguns proprietários respondiam com a política do *bota-a-baixo*. Foi o caso, por exemplo, da criminosa demolição da Casa Branca, no Passo Dorneles, destruída por seu proprietário da noite para o dia para evitar a

<sup>241</sup> GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 85.

desapropriação por parte da Prefeitura que pretendia instalar no local o Parque Histórico dos Farrapos, isso porque o imóvel citado fora o Quartel General dos Farrapos e residência do grande filólogo, folclorista e escritor Apolinário Porto Alegre. Diz o próprio Leandro Telles que foi “feita a denúncia contra o proprietário do imóvel numa delegacia de Polícia, esta enviou o inquérito à Justiça, sendo o proprietário denunciado pelo Promotor. Entretanto, o juiz respectivo não aceitou a denúncia: a Casa Branca desapareceu e não se falou mais no assunto.”<sup>242</sup>

Porto Alegre estava recém dando seus primeiros passos na defesa do patrimônio e não possuía naquele momento o instrumento legal para o tombamento, ou seja, os gestores políticos municipais utilizavam-se apenas da possibilidade de declarar os imóveis como de utilidade pública para a cidade. Nesse sentido, precisavam contar com a boa vontade da imprensa, a grande tribuna para os debates sobre o patrimônio naquele momento, onde despontavam algumas pessoas, conhecidas pela sua atuação junto a defesa do patrimônio de Porto Alegre. Segundo Marlise Giovanaz, a atuação destas pessoas “*nos periódicos da capital propiciou que os mesmos fossem rapidamente apropriados pelo poder público, para realizarem a tarefa de inventariamento e classificação do patrimônio. Ao concretizar esta ligação com o poder municipal, estes mesmos intelectuais consolidaram a existência de um grupo de especialistas, que pode ser considerado o campo do patrimônio na cidade de Porto Alegre*”<sup>243</sup>.

Em maio de 1972, por exemplo, evidenciamos uma forte campanha na imprensa local em prol da preservação do Mercado Público Central de Porto Alegre,

<sup>242</sup> TELLES, Leandro Silva, **Manual do Patrimônio Histórico**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977, p.19-20.

<sup>243</sup> GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial...** 1999. p. 146.

que pelas proposições do Plano Diretor estava na eminência de ser demolido para dar lugar a perimetral<sup>244</sup>. Campanha que, em muitos aspectos se assemelha a campanha realizada em prol do tombamento da Usina do Gasômetro, contou com a participação de políticos<sup>245</sup>, estudantes e profissionais liberais, além de pessoas ilustres de Porto Alegre como o poeta Mário Quintana e o artista plástico Vasco Prado que também creditaram seu apoio<sup>246</sup>.

Mas, o próximo passo no sentido do poder local se afirmar na defesa do patrimônio cultural foi a criação, em 1974, de uma nova comissão municipal para revisar a listagem de Leandro Telles. Era a *Comissão do Patrimônio Cultural*, presidida por Francisco Riopardense de Macedo, que organizou o 1º seminário sobre patrimônio mencionado acima (1961) e foi o relator geral de uma outra Comissão Especial para o estudo do patrimônio cultural do Estado em 1971<sup>247</sup>.

Percebemos, a partir de ofício enviado por Macedo ao prefeito, que o maior problema enfrentado por esta segunda comissão foi salvar da destruição os prédios que já haviam sido arrolados por Telles, pois foi constatado que 10% dos imóveis relacionados não existiam mais<sup>248</sup>. Enfim, o problema continuava sendo o mesmo -

<sup>244</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de maio de 1972. MCSHJC.

<sup>245</sup> Em agosto de 1975, o então Vereador da Câmara de Deputados de Porto Alegre, Paulo Santana, entrou com um projeto para alterar a proposta da Comissão da Câmara e incluir na lista o Mercado Público (Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de agosto de 1975). No entanto este projeto de lei ficou parado no executivo meio ano (Folha da Manhã, Porto Alegre, 02 de agosto de 1977).

<sup>246</sup> Foi inclusive distribuído pelos permissionários do Mercado, já no mês de novembro daquele ano, um decalque com o brasão oficial de Porto Alegre tendo o seguinte slogan: "*Conservemos o Mercado Público Municipal, Patrimônio Histórico de Nossa Cidade*" (Folha da Tarde, Porto Alegre, 07 de novembro de 1972. MCSHJC). Sete dias depois de ser veiculada a notícia do decalque o Jornal do Comércio publica um artigo dizendo que o Prefeito decidiu não mais demolir o Mercado Público, pois a proposta do Plano Diretor seria colocada em prática através do "cotovelo" que liga a Siqueira Campos com a Júlio de Castilhos. Sendo que primeiramente o Mercado Público Central de Porto Alegre foi incluído nas listagens de imóveis em 1977 quando foi aprovada a lei nº4317 que dava cumprimento ao disposto no art.117 da Lei Orgânica Municipal. In: **Coletânea de Legislação sobre o Patrimônio**. Publicação do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho n. 1. Porto Alegre, 1978. p.17-20. E em 1979 foi efetivamente tombado pelo Município. In: GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial...** 1999. p. 68.

<sup>247</sup> Esta comissão criada através do decreto de lei 21.147 também se articulou em resposta ao Compromisso de Brasília de 1971.

<sup>248</sup> GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial...** 1999. p. 90.

era difícil proteger o patrimônio sem instrumentos mais eficazes - ou seja, estava faltando um órgão para reger as questões relativas ao patrimônio e conquistar legalmente o poder de tombamento.

Então em 1976, foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC<sup>249</sup>, sendo que a primeira iniciativa tomada pelo Gabinete Municipal de Porto Alegre, no sentido de incentivar os proprietários particulares a preservarem seus imóveis veio somente com o projeto de Lei 4384/77 de 26 de dezembro de 1977, visando conceder benefícios fiscais aos proprietários particulares de imóveis de reconhecido valor histórico e cultural, isentando-os do imposto predial e territorial urbano. No entanto, cabe destacar que este mesmo órgão municipal de preservação - o COMPAHC - iniciou a prática de tombamento somente em 1979<sup>250</sup>.

Por outro lado, ficou a cargo da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), criada em 1981, estabelecer as diretrizes, assessorar e analisar a viabilidade dos projetos relativos a edificações listadas para preservação. É para a EPAHC, por exemplo, que são encaminhados os pedidos de tombamento de espaços edificados significativos da cidade. A Equipe realiza parecer técnico sobre o mérito de cada pedido e encaminha-o para o COMPAHC. Nesse caso estamos diante de dois órgãos municipais, um executivo, a EPAHC, e outro consultivo, o COMPAHC.

<sup>249</sup> O COMPAHC foi criado pela lei n. 4139 de 9 de julho de 1976 sendo que a composição desse órgão ficou estabelecida com treze membros a serem designados pelo Prefeito Municipal que conforme Decreto n. 5645/76, solicitou: 8 representando o corpo de funcionários Municipais de várias Secretarias; 1 representante do Instituto Histórico e Geográfico; 1 do IAB/RS; 1 da Sociedade de Engenharia; 1 da Associação Rio-Grandense de Imprensa e 1 do IPHAN. In: **Coletânea de Legislação sobre o Patrimônio**. Publicação do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho n. 1. Porto Alegre, 1978. p. 2-5.

<sup>250</sup> Sendo que os primeiros 5 locais a receberem proteção oficial do município foram: o Paço dos Açorianos, o Mercado Público; a Ponte de Pedra; o Solar Lopo Gonçalves e a Capela do Bom Fim. In: GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial ...** 1999. p. 68.

Somada a esta primeira iniciativa do município de criar um órgão responsável pelo patrimônio, consciente da carência de recursos, tratou logo de encaminhar para Câmara outro projeto que criasse um Fundo Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural - FUMPAHC. Uma iniciativa que tinha o intuito de que aquele orçamento, algo em torno de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (ao ano fiscal), criasse a possibilidade de uma real presença do poder público no campo da preservação, o que permitiria em última instância a atuação do município nos trabalhos de restauração e processos de desapropriação<sup>251</sup>.

Por outro lado, no final da década de 70, evidenciamos também a presença cada vez mais marcante da iniciativa privada, mostrando interesse em investir nos prédios de reconhecida natureza histórica e cultural da cidade. O Cine Guarani e a Farmácia Carvalho fazem parte de um caso, onde o Banco Safra S.A., numa ação pioneira, incumbiu-se da restauração da fachada e operou grandes modificações no seu interior para funcionar como agência bancária, sendo que este processo de preservação foi garantido no ano de 1981<sup>252</sup>.

Enfim, o fato é que nestas últimas duas décadas temos evidenciado mudanças significativas no campo do patrimônio municipal, uma vez que os gestores patrimoniais estão cada vez mais sugerindo bens culturais referenciados em memórias específicas ou locais, cujo valor tem que ser aferido por critérios múltiplos (não apenas estéticos e históricos).

Segundo Ana Meira<sup>253</sup>, entre os mais de sessenta bens protegidos pelo município encontra-se, na maior parte, conjuntos arquitetônicos residenciais.

<sup>251</sup> GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: a preservação patrimonial ...* 1999. p.101.

<sup>252</sup> GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: a preservação patrimonial ...* 1999. p. 132-138.

<sup>253</sup> MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no futuro da cidade -políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre nas décadas de 70 a 90.* Dissertação (Mestrado) Planejamento Urbano e Regional -PROPUR-, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

Todavia, aparecem também como tendo sido tombadas a fábrica de discos "A Elétrica" (1997), a Cervejaria Brahma (1999) e a Usina do Gasômetro (1982)<sup>254</sup>, tornando mais diversificado o acervo tombado pelo município<sup>255</sup>.

Percebemos, então, que foi preciso chegar os anos 80 para que finalmente a Usina do Gasômetro fosse reconhecida como patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre. Um processo que na verdade foi muito mais complexo do que a assinatura do seu nome no livro tomo dos órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio Histórico.

### 3.2 Alguns aspectos do contexto patrimonial dos anos 70

Como já vimos até aqui podemos dizer que o processo de reconhecimento e apropriação da Usina do Gasômetro encontra-se historicamente marcado pelos acontecimentos dos anos 70 e 80. O mundo estava assistindo transformações significativas no campo do patrimônio. Eram inúmeras as manifestações, locais, nacionais e internacionais que buscavam abrir os olhos das pessoas para a importância da preservação dos Patrimônios Culturais. E, em meio a tantas manifestações, acabam sendo reconhecidas pelos órgãos de defesa do patrimônio as antigas fábricas, usinas e depósitos da era industrial.

É justamente o que evidenciamos em reportagem de um periódico local: "*Do mediterrâneo ao Mar do Norte, 17 países proclamaram 1975, o Ano da preservação*

<sup>254</sup> Tombada pelo Município em 07 de janeiro de 1982. (Informações do Livro Tombo da EPAHC, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre).

<sup>255</sup> Além disso, a autora refere-se também as demandas do Orçamento Participativo, que embora ainda não estejam escritos no livro do tomo, estão em processo de tombamento o Atacado Nestor, o Moinho Monteggia e 4 edifícios da Vila Nova. Segundo a autora a década de 80 parece ser a de consagração da participação da sociedade. Em 1988, começam as iniciativas dos interessados na preservação do patrimônio arquitetônico através de abaixo-assinados, como foi o caso, por exemplo, do pedido de tombamento da fábrica de discos "A Elétrica". In: MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade...** 2001.

dos Monumentos. O Ministro do Interior da Alemanha classificou esta ação de “uma revolta de individualidade contra a uniformidade” e a ação passou a contar com o slogan: “um futuro para o nosso passado”.<sup>256</sup>

Na verdade esta reportagem estava referindo-se a “Declaração de Amsterdã”, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu que ocorreu em outubro de 1975 nesta cidade. Recomendando, entre outras coisas, que a proteção do patrimônio “só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram”<sup>257</sup>.

Outro acontecimento extremamente marcante para o advento da mundialização dos valores e das referências ocidentais para a expansão das práticas patrimoniais foi a “Convenção de Paris”, relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, realizada em 1972 pela Assembléia Geral da UNESCO. Segundo Choay esta Convenção estabelecia uma “*pertença comum, uma solidariedade planetária – “cabe a toda a coletividade internacional colaborar com a proteção do patrimônio” – pela qual a comunidade encarrega-se de socorrer os desprovidos*”<sup>258</sup>.

Diz ainda Françoise Choay que, frente as descobertas da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências humanas impõe-se uma expansão tipológica do patrimônio histórico: um mundo de edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por disciplinas novas como a etnologia são integrados ao *corpus* patrimonial. Entre eles encontramos grandes

<sup>256</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12 outubro de 1975. p. 19. MCSHJC.

<sup>257</sup> CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 201.

<sup>258</sup> Ficaram conhecidos os notáveis salvamentos realizados dessa forma em Abu Simbel ou em Barabudur; conhece-se menos a operação de salvamento da cidade de Mohenjo-Daro, no rio Indo, ou da mesquita de Divrigi, na Anatólia. In CHOAY, Françoise. **A Alegria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 207-208.

lojas, bancos e também usinas, entrepostos, hangares, refugos do progresso técnico ou das mudanças estruturais da economia, etc<sup>259</sup>.

Em Paris, talvez o exemplo mais expressivo de aproveitamento destes espaços seja o caso da região que engloba o Quartier des Halles (conhecida como Plateau Beaubourg), onde havia o Marché des Halles Centrales, fundado no início do século XII. Toda esta região sofreu transformações que mudaram completamente sua antiga fisionomia. É ali que foi construído em 1977 o Centre Georges Pompidou, o Centro Cultural mais freqüentado de Paris<sup>260</sup>.

No entanto, os novos paradigmas patrimoniais emanavam não apenas da Europa. Segundo Choay, *"na Europa e nos Estados Unidos, já são incontáveis as usinas, ateliês, entrepostos, transformados em imóveis residenciais, em escolas, teatros ou mesmo em museus. (...) Estas marcas anacrônicas, altos-fornos, estaleiros abandonados, têm, antes de tudo, um valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham neles seu território e horizonte e que se esforçam para que não lhes sejam subtraídos. Para os outros, elas tem um valor de documento sobre uma fase da civilização industrial."*<sup>261</sup>

Em âmbito nacional também estavam ocorrendo mudanças significativas no campo do patrimônio ao longo destes anos 70. Como já vimos, surgiu em 1975 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)<sup>262</sup> tendo à frente Aloisio Magalhães,

<sup>259</sup> CHOAY, Françoise. **A Alegoria do ...** 2001. p. 209.

<sup>260</sup> Em Londres o antigo mercado de flores e frutas de Covent Gardem, criado no século XVII transformou-se, em 1980, num centro comercial cheio de "pubs" e cafés. E em Madri, para terminar, há cerca de três anos foi inaugurado o Centro de Arte Contemporânea Rainha Sofia, numa construção do século XVIII, onde antes funcionava um hospital. In: Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de julho de 1989. Ilustrada. (E - 1)

<sup>261</sup> CHOAY, Françoise. **A Alegoria do ...** 2001. p. 219-220.

<sup>262</sup> O CNRC foi fruto das conversas de um pequeno grupo que se reunia em Brasília, de que participavam o empresário e então Ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, o embaixador Vladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do DF, além do próprio Aloisio. Além disso, gozava de autonomia de atuação - não estando subordinado a nenhum órgão da administração pública - pois era fruto de um convênio entre entidades diversas - Ministérios do governo como o Ministério da Educação e Cultura - Banco do Brasil - Fundação Universidade de Brasília - Caixa Econômica Federal

designer e artista plástico de renome. O perfil dos agentes recrutados por Aloísio distinguia-se dos tradicionais funcionários do IPHAN, arquitetos em sua maioria. Integraram a equipe do CNRC pessoas com formação na área de ciências físico-matemáticas, com especialização em informática e em educação; técnicos em biblioteconomia e documentação; cientistas sociais e críticos literários.

A intenção clara era de revitalizar a cultura brasileira, inserindo-a no circuito do tema que, no discurso governamental, tomava o lugar da "segurança nacional", embora estivesse articulado a essa preocupação: o desenvolvimento. Não se tratava mais, entretanto, de uma visão otimista do desenvolvimento, como formulada na era JK e no período do "Brasil Grande", centrada na industrialização e nos grandes projetos<sup>263</sup>.

Para o grupo inicial do CNRC o que faltava para conferir "caráter" ao produto e à nação brasileiros era uma tradição que estivesse não apenas cristalizada, internalizada, mas sobretudo, viva, que fosse apreendida em sua dinâmica e em sua pluralidade. Progressivamente, foi sendo formulada a idéia de *bem cultural*. Dentre os bens culturais - o CNRC se voltou prioritariamente para aqueles até então excluídos das representações da cultura brasileira - procedentes sobretudo do fazer popular. Sendo que a noção de cultura popular foi ampliada de modo a abranger tanto as manifestações populares tradicionais quanto suas intersecções com o mundo industrial e urbano. Ficava de fora, apenas, a cultura de massa<sup>264</sup>.

---

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em um primeiro momento o trabalho do CNRC deu ênfase na experiência de referenciamento realizando muitas exposições como as carrancas do Rio São Francisco e uma exposição volante sobre D. Pedro II e seu tempo. Em um segundo momento o trabalho não se restringe apenas à busca de novas formas de referenciamento e de divulgação mas também passa a destacar a responsabilidade social da pesquisa e a consideração dos interesses dos grupos pesquisados. Foram desenvolvidos trabalhos voltados para o artesanato indígena do Centro-Oeste e para a utilização de Pneus na fabricação de lixeiras no Nordeste, entre outros. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo...** 1997. p. 162-166. (As notas continuam na seguinte página).

<sup>263</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo...** 1997. p. 170.

<sup>264</sup> *Ibidem*, 1997. p.171.

O CNRC queria marcar sua diferença em relação às apreciações tradicionais, via folclore. Posteriormente, vai-se cunhar a expressão "patrimônio cultural não-consagrado" para explicitar que se tratava de manifestações até então não reconhecidas pelo patrimônio oficial e nem compreendidas, em sua especificidade, pelas camadas cultas<sup>265</sup>.

Em 1979 com o apoio do ministro Eduardo Portella e o general Golberi do Couto e Silva, Aloísio Magalhães foi nomeado Diretor do IPHAN e ocorreu a fusão IPHAN/PCH/CNRC. Reuniam-se assim, numa só instituição, os recursos e o Know-How gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC. Foi criada uma nova estrutura: um órgão normativo - a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo - A Fundação Nacional Pró-memória (FNPM)<sup>266</sup>.

Enfim, estamos querendo destacar que configurava-se um cenário propício para o salvamento e a apropriação da Usina. Em São Paulo, por exemplo, os efeitos desse movimento no IPHAN já eram perceptíveis também. O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em 1982 tombou o Casarão do Chá, edifício construído por imigrantes japoneses. Em 1983 o edifício da fábrica São Luís, em Itú e em 1990 o Bairro do Cafundó, comunidade negra que mantém parte considerável de sua cultura de origem e um terreiro de candomblé, o Aché Ilê Obá, tombado em 1990<sup>267</sup>.

Aqui em Porto Alegre, também em sintonia com o contexto nacional e internacional, ocorreu em 1979, o 1º Ciclo de Palestras sobre Patrimônio Cultural de

<sup>265</sup> *Ibidem*, 1997. p.173.

<sup>266</sup> *Ibidem*, 1997. p.175.

<sup>267</sup> RODRIGUES, Marly. **De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. n. 24.1996 "Cidadania". p. 195-203.

Porto Alegre. Evento patrocinado pela Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contou com a presença de palestrantes engajados na defesa do patrimônio, entre eles Alberto André<sup>268</sup>, José Albano Volkmer<sup>269</sup>, Júlio Nicolau Barros de Curtis<sup>270</sup> e Francisco Riopardense de Macedo<sup>271</sup>.

Merece destaque a fala de Curtis pois enfatiza justamente estes *novos valores patrimoniais* que entram em voga nos anos 70. Salienta que o patrimônio ambiental urbano nunca poderá ser um produto acabado, cujos componentes sejam passíveis de confinamento nos limites de uma listagem definitiva. O patrimônio é *fato social*, na medida em que, produto de sociedade específica e assim “*do interesse apenas histórico ou artístico com os quais se vinham referenciando a salvaguarda das edificações, extrapolamos para os valores culturais*”<sup>272</sup>.

Curtis cita ainda a “Carta de Veneza” (1964), que aponta para a valorização dos entornos dos patrimônios culturais; o “Manifesto de Amsterdã” (1975), reafirmando a proteção do patrimônio urbano integrada ao desenvolvimento tecnológico; as “Normas de Quito” (1967) que confere ao patrimônio valores evocativos, sociológicos, afetivos, ambientais, de uso, de recorrência, ou tipicidade, de originalidade ou raridade e outros; cita por fim a “Conferência de Nairobi” (1976) com o intuito de enfatizar o aspecto socio-cultural do patrimônio. Enfim, segundo o Diretor Regional do SPHAN:

Passou-se, assim, a entender-se tão válido preservar uma igreja ou um sobrado importante, quanto um armazém ou uma vila operária, uma vez que compõem

<sup>268</sup> Na condição de Presidente da Associação Riograndense de Imprensa, proferiu a palestra intitulada: “Patrimônio Cultural e seu ingresso na Nova Legislação Municipal”. In: **1º Ciclo de Palestras Sobre Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. 23 a 29 de março de 1979. Estudos SMEC. Prefeitura de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. p. 93.

<sup>269</sup> Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, palestrou sobre a operacionalidade dos Bens Culturais. In: **1º Ciclo de Palestras ... 1979**. p. 81.

<sup>270</sup> Diretor Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/MEC. Proferiu a palestra “Patrimônio Ambiental Urbano de Porto Alegre”. In: **1º Ciclo de Palestras ... 1979**. p. 38.

<sup>271</sup> Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Palestrou sobre a “Administração de Bens Culturais”. In: **1º Ciclo de Palestras ... 1979**. p. 28.

<sup>272</sup> **1º Ciclo de Palestras Sobre Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. 23 a 29 de março de 1979. p. 45.

todos parte do acervo de civilização material que documenta a identidade urbana e permite, mais do que a "soletração", a própria "leitura" da cidade<sup>273</sup>.

Para finalizar não poderíamos deixar de mencionar o documento do nosso estado para a defesa do patrimônio. Quando o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul, reuniu-se em sessão extraordinária na cidade de Pelotas, no dia em que se homenageia Tiradentes, para firmar a "Carta de Pelotas"(1978), uma carta que entre outras coisas conclamava a população para a defesa do patrimônio histórico e cultural de nossas cidades. E, como aparece numa das falas de Curtis, no 1º Ciclo de Palestras sobre o Patrimônio, este documento gaúcho lembra a importância de informar a população sobre a preservação dos bens culturais, *"tendo em vista que só se protege o que se ama, mas só se ama o que se conhece"*<sup>274</sup>.

É justamente em meio a todas estas manifestações locais, nacionais e internacionais que se instaura efetivamente o debate sobre o salvamento e a apropriação da Usina do Gasômetro.

### 3.3 Conflitos memoráveis: a luta pelo salvamento e apropriação da Usina do Gasômetro

Como já havíamos dito o processo de salvamento e apropriação da Usina do Gasômetro é muito mais complexo do que colocar o seu nome no livro tomo. Porém, o instrumento do tombamento representa ferramenta fundamental na defesa do patrimônio histórico e cultural. Sendo o tombamento uma instituição jurídica que legitima a proteção e preservação dos patrimônios, onde esta guarda e proteção fica

---

<sup>273</sup> Ibidem, 1979. p. 57.

<sup>274</sup> Ibidem, 1979, anexos. p. 21.

ao encargo do Estado, ao qual compete impedir a destruição e mutilação dos mesmos.

“O tombamento enquanto registro é procedimento cartorial, mera inscrição do ato administrativo no livro próprio. O ato é complexo, isto é, depende de um conjunto de atos independentes entre si, mas ligados por uma subordinação cronológica, que se inicia com a notificação ao proprietário e ao tombamento provisório do bem, abrindo-se o contraditório administrativo que culmina com a decisão de um colegiado. A decisão depende de homologação do ministro da Cultura, na esfera federal. Alguns estados e municípios reproduziram a invenção federal e completam o ato com a homologação do governador ou prefeito” (...) (enfim) o tombamento pertence ao mundo do Direito Público, é instituto do Direito Administrativo porque se relaciona com a possibilidade e o dever do Estado de realizar um fim público.<sup>275</sup>

Em muitos casos a legitimação, o reconhecimento e o entendimento social do patrimônio só se efetiva quando os órgãos competentes, através do ato do tombamento, acabam por revestir esses bens culturais de um invólucro de sacralidade, prestígio e consenso.

Podemos evidenciar tal fenômeno no caso do tombamento das 48 casas de Antônio Prado, onde foi necessária a consagração do campo acadêmico e patrimonial daquelas casas, entendidas pelos moradores como “casas velhas” que representavam o atraso. Como coloca Maria Cecília Londres Fonseca, o pedido de tombamento da cidade de Antônio Prado, pela 10ª DR da SPHAN, encontrou resistência tenaz da população local, que se organizou para impugnar o tombamento. Tendo sido o trabalho de esclarecimento quanto às vantagens do tombamento, feito pela SPHAN junto aos habitantes da cidade, que conseguiu reverter a situação<sup>276</sup>.

Porém, aquele processo de reconhecimento das casas pela população foi bastante difícil para a equipe de defesa do patrimônio e segundo Bernardo Lewgoy,

<sup>275</sup> SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1997. p. 61-62.

<sup>276</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo...** 1997. p. 211.

gerou um *drama social*. Uma vez que o tombamento introduziu todo um sistema de normas e significações que repercutiram no cotidiano de Antônio Prado<sup>277</sup>.

Segundo Lewgoy, imediatamente depois de notificado o tombamento (1987) vários proprietários protestaram por se sentirem lesados em seu direito de propriedade e por acharem que aquelas casas eram barreiras para o crescimento urbano da cidade. Foi então que entrou em vigor o trabalho pedagógico do SPHAN buscando legitimar aquelas novas significações patrimoniais, através de brinquedos (quebra-cabeça), camisetas, cartilhas e outras. Ocorre o que o autor chama de enquadramento simbólico de valores e costumes, uma vez que as casas perdem seu valor local e passam a ter o valor de patrimônio comum da imigração italiana<sup>278</sup>. Nas palavras de Bernardo Lewgoy:

“A ordem introduzida pelo tombamento enfatiza a pertinência do acervo preservado a uma comunidade mais ampla – étnica e nacional – minimizando sua inscrição na memória e na experiência local. Além disso, a história de Antônio Prado é tratada nas cartilhas suavizando possíveis rupturas históricas e diluindo os contrastes étnicos, que marcam fortemente a memória do grupo pesquisado”<sup>279</sup>.

Além destes aspectos referidos o autor destaca ainda que foram acionados estereótipos de identificação étnica: os Italianos (gringos) só pensam no seu bolso, sua rudeza, atraso e ignorância. O tombamento acaba sendo associado em última instância ao progresso da cidade, através do turismo, visto como central para descendentes de imigrantes, reproduzindo como diz o autor a maneira do estado lidar com as minorias étnicas, dentro da visão de “missão civilizatória”.

<sup>277</sup> LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio. Um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

<sup>278</sup> LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio...** 1992.

<sup>279</sup> LEWGOY, Bernardo. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. Cadernos de Campo. **Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo**. 1995/96. p.9.

Enfim, este processo de preservação das casas de Antônio Prado, assim como outros casos de preservação do patrimônio constituem, como bem lembra Antônio Augusto Arantes "*uma prática social que acrescenta novos bens, valores e processos culturais à experiência da comunidade envolvida*"<sup>280</sup>. Nesse sentido, a preservação do patrimônio para Arantes é sempre uma forma de intervenção.

Porém, quando pensamos no caso da Usina do Gasômetro vislumbramos uma outra trajetória percorrida, pois, embora não tenha se tratado de um consenso entre a população, houve, ao contrário de Antônio Prado, a adesão de muitos setores organizados da sociedade que precedendo as ações dos órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio, buscaram o reconhecimento da Usina do Gasômetro como patrimônio da cidade.

É preciso destacar neste caso a existência de um universo tácito que se trata justamente da cotidiana apropriação do espaço urbano pelos grupos sociais, o que acaba por configurar uma experiência que penetra nas esferas públicas já instituídas. Michel de Certeau, chega a tocar nesta questão quando nos diz que paralelo ao discurso urbanístico, a cidade torna-se presa dos movimentos contraditórios que contrabalançam e se combinam fora do alcance do poder panóptico. Através de "*procedimentos que se dissolvem e insinuam-se em redes de vigilância e se combinam conforme táticas ilegíveis mas estáveis a ponto de se constituírem em regulamentos cotidianos...*"<sup>281</sup>. Sendo que este universo tácito reverberou nas políticas da administração pública, garantindo uma representatividade social mais ampla junto as questões do patrimônio<sup>282</sup>.

<sup>280</sup> ARANTES, Antônio A. *Documentos Históricos, Documentos de Cultura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987. p. 48.

<sup>281</sup> DE CERTEAU, Michel. *Andando na cidade*. *Revista do SPHAN*. n. 23, 1994.

<sup>282</sup> Sobre estes procedimentos sociais multiformes, resistentes, ardilosos e inflexíveis ver: HOLSTON, James. *Espaços de Cidadania Insurgente*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN*. n. 24, 1996 - "Cidadania". (p. 243-253) - e PAOLI, Maria Celia & ALMEIDA, Marco Antônio de. *Memória, Cidadania, Cultura popular*. (Op. cit. p. 185-193)

Primeiramente, podemos dizer que a Usina do Gasômetro, mesmo tendo passado por períodos críticos durante seu funcionamento (como vimos no caso da fuligem, das tarifas e apagões) ainda assim, ela passa paulatinamente a ser reconhecida e evocada como um saudoso “lugar de memória” pela população em geral.

Desta forma, a Usina chega a ser mencionada como *um motivo de orgulho para o bairro* ou mesmo como tendo se tornado já *um costume do bairro*. Como nos diz a então presidente da Associação dos Moradores daquela zona que envolve a Volta do Gasômetro, Lili Adam Bucholz:

“(...)A gente tem orgulho! que bairro, o Gasômetro! Era bom o tempo da casa de correção, da Usina porque ...era uma zona respeitada, porque era muito policiada né? e havia uma tranquilidade, tinha entre a Usina e o prédio da Casa de Correção um corredor que ia dá lá no rio , então por ali eles traziam os presidiários que podiam trabalhar na Usina...Quando era dia mais calmo...até os guardas deixavam a gente passá por ali e ir lá na beira do rio. Então vinham por ali também as lavadeiras com as roupas lavadas, vinham das ilhas, sabe, trazendo trouxas de roupa e o leite, por muitos anos aqui na minha casa o leite vinha da ilha. Então eles vinham com aqueles tachos né?(...) e a gente comprava o pão feito pelos presidiários e comia. Hoje eu acho que até a gente nem confiaria tanto né? (...)Acho que foi um costume do bairro a Usina, até mesmo quando ela encomodava né? Por que havia bastante ruído das caldeiras(...) (o barulho que geralmente era a noite do escape das válvulas das caldeiras que eram possantes ne?) havia aquela fumaça (...) mas quando foi desativada nós ficamos entristecidos (...)”<sup>283</sup>.

Enfim, a Usina passa a ser reconhecida não apenas como “lugar de memória” pelos seus antigos trabalhadores, como “símbolo do trabalho”, mas é evocada também pela sua localização histórica, por ser reconhecida como “símbolo do progresso” da cidade, ou mesmo como “símbolo da saudade” de um tempo que se foi. Isto tudo em plenos anos 70 e 80 quando foi foco de grandes debates nas páginas dos jornais da cidade, pois passou a ser objeto de desejo de muitos grupos

<sup>283</sup> Entrevistas do “Projeto Memorial da Usina do Gasômetro”...1991. AHPAMV .

sociais que passaram a reconhecê-la como um lugar digno de restauração pelas potencialidades simbólicas e espaciais do prédio.

Porém, paralelamente ao movimento da sociedade civil, e as diferentes atribuições de valores à Usina do Gasômetro, percebemos que aquela região onde situa-se a Usina foi sendo reestruturada e cada vez mais valorizada pela população, assumindo também um papel fundamental na construção deste símbolo da cidade.

Como já havíamos mencionado no tópico sobre as memórias de Porto Alegre nos anos 70, a ponta da península estava passando por transformações significativas: os aterros do Guaíba, a complementação do muro de contenção para as enchentes, a perimetral e a reconstrução da antiga Praça da Harmonia, depois Praça Brigadeiro Sampaio. Sendo que dois destes fatores representavam um perigo para a conservação da Usina do Gasômetro, uma vez que ela estava no caminho da perimetral e do muro de contenção.

No entanto, quando acompanhamos mais atentamente algumas manifestações na imprensa percebemos que trata-se de uma *rua de mão dupla*, isto é, se por um lado estavam em voga as idéias de modernização da “Ponta das Pedras”, colocando em risco a Usina, por outro lado entendemos que tais transformações acabaram por reforçar os atributos positivos que foram sendo aferidos àquela região da cidade, e que de certa forma somaram-se posteriormente aos argumentos para a conservação da Usina. Podemos perceber tais aspectos evocados em reportagem intitulada “*Aterros devolverão visão do Rio a cidade*”:

“A Comissão da Câmara de Vereadores presidida pelo Engenheiro Germano Petersen Filho fez campanha pela recuperação da Praça da Harmonia (...). A Praça da Harmonia que se chamou Martins de Lima, depois 3 de Outubro e, agora, Brigadeiro Sampaio, que foi dos poetas e tem lugar na História de Porto Alegre, tornou-se um estado de espírito de todos quantos lidem com as coisas e os problemas desta cidade.”<sup>284</sup>

<sup>284</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de abril de 1975. p. 20. MCSHJC.

Além desse depoimento, já na década de 80, surge também o caso do Parque da Harmonia que, na nossa visão, da mesma forma, acaba corroborando mesmo que indiretamente para afirmar a importância da preservação da Usina, situada naquele espaço específico da cidade:

“Fez-se algo para o prédio da Usina do Gasômetro, deu-se-lhe um ambiente, o Parque da Harmonia que faz reviver uma época, fixada nos versos de Glênio Peres, registro poético de um tempo: “...os barcos; Ponte de Pedra; Carro Motor; futebol sobre um monte de Carvão da Usina do Gasômetro”.<sup>285</sup>

E, finalmente, em artigo intitulado *Em torno da Velha Usina nasce o novo Parque da Cidade* começamos a perceber a confirmação destas idéias de reconhecimento pelo poder público da Usina do Gasômetro relacionada com seu entorno:

“Na Câmara dos Vereadores encontra-se dois projetos relacionados com a Ponta da Cadeia e enviados pelo prefeito Villela. Um autoriza o executivo a receber o imóvel da Usina, com destinação livre, a ser entregue pelo Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás e o outro que denomina o logradouro de Parque dos Casais. (...) Quanto ao primeiro projeto está recebendo emendas de forma a determinar o traçado da Perimetral conservando a Usina e a Chaminé”<sup>286</sup>.

Sendo assim, estamos compreendendo o espaço como produto social dinâmico que nos permite adentrar na complexa teia de onde emanam as relações sociais e onde se produzem e se reproduzem valores e representações. Como bem coloca Milton Santos, “a relação do sujeito com suas experiências passadas inclui a relação com o espaço”<sup>287</sup> e “compreender o espaço como processo social significa entendê-lo diante da simultaneidade de espaços e tempos diversos”<sup>288</sup>.

<sup>285</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 05 de dezembro de 1982. p. 16. MCSHJC.

<sup>286</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1981. p. 16. MCSHJC.

<sup>287</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção* São Paulo: Hucitec, 1997.p. 254.

<sup>288</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 163.

Além disso, concebemos as representações espaciais como historicamente determinadas e constituintes do imaginário social e, por conseguinte, das práticas sociais, capazes de explicar e mobilizar as atitudes dos homens e dar sentido às suas ações.

Nesse sentido, este trabalho pode ser enquadrado no projeto de história cultural de Roger Chartier onde a história é pensada como a análise do trabalho de representação, isto é:

"das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as figuras. (...) Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido"<sup>289</sup>.

Assim, indo além da dimensão espacial, que do nosso ponto de vista corroborou enormemente para o salvamento da Usina, e adentrando mais especificamente nas diversas propostas de apropriação do Gasômetro, identificamos igualmente a importância destes referenciais da História Cultural. Pois, como coloca Chartier, a história das apropriações *"visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção de sentido é reconhecer (...) que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas"*<sup>290</sup>.

<sup>289</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: ...* 1990. p. 27. (As notas continuam na seguinte página).

<sup>290</sup> CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Revista Estudos Avançados, n. 11 v. 5. São Paulo. 1991. p. 180.

Podemos dizer que uma das primeiras propostas de reconhecimento e apropriação da Usina teve início quando da campanha disparada pela primeira dama do Estado, Ecléia Guazelli que, juntamente com Paulo Amorim, diretor do DAC/SEC (Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado) passam a pensar em conservar ao máximo a estrutura da Usina a fim de proporcionar melhores condições para a criação de um Centro de Criatividade. Segundo Ecléia, *"o Centro estará aberto a todos, mas dará especial atenção às camadas mais carentes da população"*<sup>291</sup>.

Serviu como fonte de inspiração para Ecléia a visita que fez a Curitiba, a convite da Fundação Cultural daquela cidade, em janeiro de 1976, para conhecer aquele Centro Cultural. Inclusive, na época, alguns jornalistas eram categóricos em dizer que a *"salvação da Usina foi alvitada pelo ex-prefeito curitibano Jaime Lerner, que entendeu ser a mesma apta para humanizar a área em que há mais de dois séculos entraram os açorianos"*<sup>292</sup>.

Além disso, Ecléia, em viagem ao Rio de Janeiro, acompanhada do Governador Guazelli, chegou a solicitar audiência com Antônio Carlos Magalhães, então presidente da Eletrobrás, responsável pelo prédio depois da encampação, a fim de pedir a liberação do mesmo para o Centro de Criatividade<sup>293</sup>.

Evidenciamos também um engajamento significativo nesta luta por parte de alguns colonistas locais. Foi o caso por exemplo do discurso de Antônio Hohlfeldt, quando das proposições do Centro de Criatividade:

As fábricas dos tempos antigos são tombadas como os Castelos, para o patrimônio artístico. Agora se faz mister proteger as coisas antigas (...) Ganhamos a Usina do Gasômetro para o Centro de Criatividade. (...) Mas a luta neste sentido, apenas começou. E é da velha Europa, de quem os progressistas pretendem

<sup>291</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de maio de 1978. MCSHJC.

<sup>292</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 19 de outubro de 1975. MCSHJC.

<sup>293</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de maio de 1978. MCSHJC.

copiar a lição de evolução, que nos vem o alerta e a lição: até mesmo as fábricas podem ser bonitas. Ou as ruas, ou os edifícios. Em algumas capitais norte-americanas e canadenses as paredes dos prédios cujos edifícios laterais foram derrubados, são imediatamente pintados, crianças e artistas plásticos participam da campanha. Quando começamos nós este trabalho?<sup>294</sup>

Porém a comissão que, a pedido de Ecléa, foi criada pela Secretaria de Educação e Cultura para estudar a destinação do controvertido edifício não teve êxito. Acabou desativada sem chegar a conclusão alguma, a não ser a elaboração de um documento em que previa a criação de uma Fundação para sediar todas as instituições culturais do Estado<sup>295</sup>.

O fato é que depois das tentativas da primeira dama do Estado, realiza-se no dia 17 de setembro de 1980, na própria Usina do Gasômetro um ato público, envolvendo estudantes de arquitetura, os meios ligados ao planejamento urbano e aqueles ligados a defesa do patrimônio<sup>296</sup>. Um ato desencadeado pela veiculação da notícia de que "*a sucata da antiga Usina do Gasômetro seria vendida pela Eletrobrás*".<sup>297</sup> Isto porque, segundo documento em anexo no processo de tombamento da Usina do Gasômetro, desde 1977 a Usina estava sob a responsabilidade desta Companhia<sup>298</sup>.

Paralelamente a este ato público, no qual os estudantes pintaram faixas na Usina, o professor Curtis divulgou amplamente na imprensa local um documento onde expôs suas idéias a respeito da preservação do Gasômetro. Segundo Curtis,

"No caso de prédios não muito antigos ou mesmo não privilegiados pela estética, como é o caso da Usina do Gasômetro, não seria a antigüidade ou mesmo a beleza arquitetônica o que asseguraria a sua preservação. No entanto, um prédio

<sup>294</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de setembro de 1975. p. 17. MCSHJC.

<sup>295</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 10 de abril de 1983 p. 37. MCSHJC

<sup>296</sup> Desta luta participam também o IAB, o Sindicato dos Arquitetos, a Associação Riograndense de Imprensa, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a Divisão de Patrimônio da Secretaria Estadual de Cultura e Esportes, e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural. Jornal do Arquiteto, Porto Alegre, RS. Set/Out. 1980.

<sup>297</sup> **Gasômetro: memória a ser preservada.** Jornal do Arquiteto, Porto Alegre, RS. set/out. 1980.

<sup>298</sup> Conforme Decreto Federal n. 79.319 de 01 de Março de 1977 a Eletrobrás encampou a Usina do Gasômetro, consubstanciada ao setor de contratos em 28 de dezembro. In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE.

de 70 ou 80 anos como é o caso da Usina pode representar uma era da civilização urbana passada que pela sua importância deve ser conservada na memória visual da cidade, mesmo com uma utilização modernizada. (...)A Usina do Gasômetro representa com seus espaços e equipamentos eletromecânicos, a lembrança de uma atividade econômico-social ocorrida no início da industrialização de Porto Alegre<sup>299</sup>.

Porém, não havia completado ainda um ano do mencionado ato público, já começam a se operar graves depredações no prédio da Usina. No início, de maneira informal, através dos marginais que buscavam abrigo no lugar. Depois, de forma oficial, quando em julho de 1981 a CEEE não exitou em fazer enormes rombos nas paredes da Usina para retirar o maquinário e as peças de metal vendidas como sucata.

Como coloca o arquiteto Adroaldo Xavier que participou do salvamento da Usina, *“os uruguaios compraram muita coisa dessa Usina e levaram. Parece que em Maldonado tem uma funcionando lá e funciona até hoje”*<sup>300</sup>. Marcos Flávio Soares, Diretor do Museu do Trabalho, que lutou pela instalação deste Museu na Usina, como veremos adiante, diz também que os geradores do Gasômetro foram para o Uruguai e também para o Norte do país, vendidos como sucata<sup>301</sup>.

Já o arquiteto Paulo Cesar Filho quando entrevistado pela equipe do Projeto Memorial da Usina diz que o que mais o marcou foi o descaso. *“O acervo, os interiores, os equipamentos, escadarias, galerias em ferro todo trabalhado em ferro que havia lá, que também eram elementos constituintes da arquitetura, foram vendidos como ferro velho, como sucata”*<sup>302</sup>.

Instaurava-se, portanto, uma fase de severo abandono e depredação da Usina: *“Os marginais começaram a ocupá (...) tinha um cara lá, o mafioso da Usina,*

<sup>299</sup> Jornal do Arquiteto, Porto Alegre, RS., set/out. 1980.

<sup>300</sup> Entrevistas...1991. AHPAMV

<sup>301</sup> Entrevistas...1991. AHPAMV

<sup>302</sup> Entrevistas...1991. AHPAMV

*que alugava peças da Usina. A CEEE pôs luz pra esse pessoal lá (...) Então o cara controlava os contadores e vendia bico. Então em cada espaço da Usina de repente tinha uma família morando (...)*.<sup>303</sup>

Além disso, havia o famoso caso dos tijolos refratários ingleses dos fornos das caldeiras da Usina. Segundo Otávio Urquiza Chaves, arquiteto que também trabalhou no processo de salvamento da Usina, *“os fornos eram feitos com tijolos ingleses (...) tijolos belíssimos e refratários, de primeira qualidade”*<sup>304</sup>.

Xavier, por sua vez, diz que estes tijolos vinham como lastro dos navios ingleses e sabe de *“um político que tem a casa dele toda construída com estes tijolos (...). Na época ele mandou um caminhão do DMLU ir lá e nós vimos (..) E o cara tem uma casa refratária. Tá lá. Tá construída em Assunção a casa”*<sup>305</sup>.

Enfim, entre a perda das máquinas, que hoje poderiam fazer parte de algum museu, ou mesmo estar no interior da própria Usina, a invasão de marginais e a rapina de alguns políticos oportunistas, vamos percebendo paulatinamente uma incipiente vontade de salvá-la, mas que ainda não conseguia evitar a sua destruição. Até que, diante da pressão de vários grupos interessados na apropriação do prédio, a Prefeitura resolve abrir um Edital para o aproveitamento da Usina do Gasômetro.

De acordo com manifestações expressas através da imprensa, percebia-se o interesse de diversas entidades no empreendimento. Entre elas o Museu do Trabalho, Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura (MGDC) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

<sup>303</sup> Depoimento do Arquiteto Adroaldo Xavier; In: Entrevistas ... 1991. AHPAMV

<sup>304</sup> Ibidem, 1991. AHPAMV

<sup>305</sup> Ibidem, 1991. AHPAMV

Diante destas manifestações surge, portanto, a proposta do Executivo Municipal de lançar mão de um Edital onde destacava que nenhum investimento financeiro por parte da Prefeitura seria feito. Onde o aproveitamento do prédio deveria ser para fins culturais, proibindo desta forma a apropriação para fins comerciais ou políticos<sup>306</sup>.

Entretanto, no decorrer do processo, independente da proposta do Executivo de que a Usina abrigasse um Centro Cultural, acabam destacando-se dois grandes blocos de interesse. Forma-se, de um lado, um pólo cultural, de certa forma orquestrado predominantemente pelo Museu do Trabalho. De outro, um pólo comercial que congregava os interesses de uma série de empresas ligadas ao comércio e ao turismo, tendo a sua frente a ADVB e a Embratur<sup>307</sup>. Constituindo uma luta pela apropriação daquele espaço da Usina onde confrontavam-se interesses diametralmente opostos. Ambos, porém, imbuídos do *espírito memorável* de resgatar aquele prédio como *lugar de memória*. Ainda que para alguns a ênfase fosse dada na memória dos patrões e para outros na memória dos operários.

Nesse sentido, estamos diante da construção ou melhor da luta pela construção da chamada memória coletiva ou memória social. Pois, como coloca Jacques Le Goff, "*a memória coletiva é posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tomarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas*"<sup>308</sup>.

Por outro lado, não podemos perder de vista que estamos pensando a construção destes *conflitos memoráveis* como parte do imaginário social,

<sup>306</sup> Zero do Hora, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1981. MCSHJC.

<sup>307</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1982. MCSHJC.

<sup>308</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória...*1996. p. 426.

reconhecendo como quer Bronislaw Baczko, *as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder*<sup>309</sup>.

Primeiramente, com relação ao projeto do Museu do Trabalho, elaborado pelo sociólogo Marcos Flávio Soares, podemos dizer que era idealizada a utilização do espaço da Usina como local potencialmente capaz de acolher a história do trabalho, colocando em relevo *“não apenas a dimensão objetiva do trabalho, como os demais ângulos que, necessariamente, estão implicados nos processos pelos quais o homem intervém na natureza, em particular o processo produtivo (...) também devem ser consideradas as conquistas do operariado, (...) os aspectos institucionais, o comportamento do Estado, a postura das classes dirigentes e até mesmo os hábitos e costumes dessas classes. Só, computados todos estes fatores se chegará a uma compreensão ampla das questões do trabalho”*<sup>310</sup>.

Marcos Flávio Soares, que também é professor de sociologia do trabalho lembra que o Museu do Trabalho objetiva, de modo específico manter a memória daquelas profissões que estão desaparecendo como consequência do progresso. É o caso do trabalho do ferreiro e do fotógrafo lambe-lambe. Seus materiais de serviço estão em exposição no Museu. (...) A idéia da criação do Museu do Trabalho surgiu em outubro de 1981. Naquele tempo Marcos Flávio trabalhava na PUCRS pesquisando sobre sindicalismo no Estado. Certo dia fez uma visita a fábrica AJ. Renner, que possuía um tear do início do século, foi quando Marcos pensou que objetos de trabalho como o tear poderiam ter seu lugar adequado num Museu. (...) Formou-se, então, um grupo com cerca de 40 pessoas, entre sociólogos, historiadores, arquitetos e trabalhadores, para elaborar o projeto do Museu. Logo consolidou-se a intenção de instalá-lo na Usina do Gasômetro, pois o próprio prédio seria um dos documentos mais expressivos da História do trabalho no RS<sup>311</sup>.

Enfim, o projeto do Museu do Trabalho previa o máximo de informações para a compreensão de todo o processo do trabalho, de uma forma dinâmica e global, desde o trabalho artesanal até a industrialização de nossos dias. Além disso, tornando sua concepção mais orgânica, o Museu apresentou também durante este

<sup>309</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 297-298.

<sup>310</sup> Jornal do Arquiteto, Porto Alegre, RS. Jan/Fev. 1982.

<sup>311</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de maio de 1983.

processo uma forte vinculação com o movimento sindical. Uma vez que tal proposta recebeu apoio incondicional de todos os sindicatos que faziam parte da Intersindical do Rio Grande do Sul, além da FIERGS e da Secretaria de Trabalho e Ação Social<sup>312</sup>.

Por outro lado, as entidades ligadas ao comércio e ao turismo procuravam também se articular. A ADVB, por exemplo, chegou a constituir uma comissão para o "Projeto Gasômetro", presidida por Hélio Wolfrid, que apresentou suas idéias para o presidente da Câmara Municipal, Cleom Guatimozim, pedindo apoio para a concretização daquela iniciativa. Seu projeto previa o aproveitamento do prédio da antiga Usina para a instalação de uma feira permanente de amostras, uma escola de desenho industrial e um curso superior para a formação de profissionais de comércio exterior<sup>313</sup>.

A ADVB garantia que a Usina era o espaço ideal para a instalação de um "Show Room" onde se promoveriam os produtos de pequenas e médias empresas gaúchas. Argumentava o então presidente da entidade, Daltro Franchini, que de se um lado existe a proposta de criação do Museu do Trabalho, o Centro de Exposições poderia servir de complemento, já que não se vive só de passado e que o Estado possui amostras de evolução tecnológica.

Aliado ao aspecto cultural das demais propostas, seriam colocadas recepcionistas políglotas, painéis, salas de exposição de slides e filmes como forma de mostrar ao visitante toda a produção do Estado. (...) Existe a necessidade premente de estimular o presente e fazer o Estado crescer<sup>314</sup>.

<sup>312</sup> A Intersindical, inclusive, após visita à Usina, se propôs a contratar um guarda para zelar o prédio, por conta dos Sindicatos, tal era o estado de abandono e depredação em que se encontrava a Usina. In: Jornal do Arquiteto. Jan/Fev. 1982. MCSHJC.

<sup>313</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1981. MCSHJC. (As notas continuam na seguinte página)

<sup>314</sup> Folha da Tarde, Porto Alegre, 09 de outubro de 1982. MCSHJC.

Além disso, a idéia de criar na Usina um Centro de Exposições ou de Convenções esteve amparada no fato de que, segundo o vice-presidente da Embratur, Roque Cypriano, a cidade não dispõe de tal espaço, e isto daria chances para atrair mais turistas e empresários para a Capital. Por fim, o dirigente da ADVB admite que a Embratur estaria seriamente inclinada em, ao coordenar o funcionamento do prédio, ceder espaço para as demais entidades interessadas, sem choques ou contradições.

Todavia, esta aparente tranquilidade já havia sido quebrada a mais tempo, quando da realização da primeira reunião, em janeiro de 1982, com o Secretário do Governo Municipal, João Dib, para discutir o aproveitamento da Usina do Gasômetro. Nesta ocasião polarizaram-se as propostas, sendo que os proponentes do Museu do Trabalho repudiaram as demais propostas alegando que todas tinham uma finalidade comercial. E, segundo periódico local, o próprio Secretário do Município, mostrou-se contrário a proposição do Museu do Trabalho, alegando que *"esta obra seria visitada apenas por uma meia dúzia de pessoas, (...)prefere uma finalidade múltipla para a Usina"*<sup>315</sup>.

Sem dúvida que estamos diante da construção de diferentes representações do mundo social que segundo Chartier, *"embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam"*<sup>316</sup>.

<sup>315</sup> Folha da Tarde, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1982. MCSHJC.

<sup>316</sup> Cabe aqui destacar que estamos pensando o conceito de representação segundo Chartier, como a pedra angular de uma abordagem a nível de história cultural. Um conceito que permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos sociais; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns "representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: ...1990**.p. 17; 23.

Nesse sentido, estas posições do debate fizeram com que o grupo do Museu mudasse de estratégia, buscando um relacionamento mais efetivo junto à população, e um apoio político do Governo do Estado e mesmo da esfera Federal.

Primeiramente, com o intuito de sensibilizar a opinião pública para o abandono da Usina, o grupo do Museu do Trabalho realiza uma tomada simbólica da documentação existente no prédio. Tendo obtido a permissão do Secretário João Dib, os membros do grupo do Museu "*enfrentaram a poeira da parte superior do prédio – antiga área administrativa – para recolher o material contido em pastas ou mesmo espalhados pelo chão (...) foram feitos alguns achados valiosos, como folhetos explicativos do funcionamento de caldeiras em alemão e inglês, além de ampla documentação de funcionários (...), n<sup>os</sup> de "Roteiro", espécie de "house-organ" da empresa*"<sup>317</sup>.

Além desse ato simbólico, em outubro de 1982 o Museu do Trabalho criou a Associação dos Amigos do Museu do Trabalho, tendo como função principal promover a manutenção do acervo<sup>318</sup>.

Outro grande passo dado pelo grupo do Museu foi quando o governo estadual, atendendo aos apelos desta entidade, cedeu um depósito na rua dos Andradas, quase em frente ao Gasômetro, para sede provisória do Museu do Trabalho. Desta forma, em dezembro de 1982, o Museu conseguiu abrir suas portas ao público<sup>319</sup>.

<sup>317</sup> Folha da Tarde, Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1982. MCSHJC. Com relação a este material, boa parte dele encontra-se no acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul – CEEE/RS – onde podemos confirmar a existência por exemplo do Jornal "Roteiro" como já havíamos citado em capítulo sobre o sucateamento da Usina.

<sup>318</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 11 de outubro de 1982. MCSHJC.

<sup>319</sup> Em cerimônia de inauguração do Museu do Trabalho o Secretário do Trabalho e Ação Social, Carlos Alberto Allgayer informa a transferência de parte de seu acervo da história do trabalho para o Museu do Trabalho e a disposição do Estado em colaborar para a restauração da Usina do Gasômetro. In: Folha da Tarde, Porto Alegre, 08 de dezembro de 1982. MCSHJC.

Depois, procurando fazer com que as pessoas passassem a valorizar o trabalho desempenhado pelo Museu e reconhecessem o potencial da Usina como espaço cultural para a cidade, o Museu do Trabalho passou a promover todos os sábados à tarde, em frente a sua sede provisória, a chamada "Feira Livre do Gasômetro", onde as pessoas podiam comprar artesanato, livros e discos; fazer lanches e apreciar shows.<sup>320</sup>

Além disso, em janeiro de 1983, foi feita uma apresentação do projeto do Museu do Trabalho ao Ministério da Educação e Cultura. Os efeitos foram excelentes, pois depois disso o MEC chegou a enviar três técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória para visitar a sede provisória do Museu e também o prédio da Usina<sup>321</sup>.

Nesta mesma época foi solicitado pelo Museu à Delegacia Regional do SPHAN o pedido oficial ao Governo do Estado do tombamento do prédio da Usina e da transferência do Museu para este prédio. Fato este que consumou-se quando o então diretor da 10ª D.R. do SPHAN, Júlio Nicolau Barros de Curtis, enviou ofício ao governador Jair Soares pedindo o tombamento da Usina. Neste documento Curtis coloca que *"os técnicos da Coordenação de Tecnologias Patrimoniais da Secretaria da Cultura/MEC foram unânimes em reconhecer o elevado alcance social e cultural que representa a montagem do Museu do Trabalho; que a antiga Usina do Gasômetro representa um precioso documento de arquitetura industrial, estreitamente ligada à vida de Porto Alegre e que, dentro dos critérios de preservação produzidos pela "Carta de Veneza", deve ser perenizada"*<sup>322</sup>. E, em

<sup>320</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 25 de abril de-1982. MCSHJC.

<sup>321</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de maio de-1983. MCSHJC.

<sup>322</sup> Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Cultura – Fundação Nacional próMemória – 23 de maio de 1983 -Of. n. 023/83 – 10ª RR. In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE.

maio de 1983 foi finalmente tomada a decisão de tombamento da Usina do Gasômetro pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul<sup>323</sup>.

Enquanto isso, o grupo de entidades que estava propondo a criação de um Centro de Convenções procurava também colocar em prática ações com o intuito de assegurar para si a apropriação da Usina. Foi realizada, por exemplo, na Associação Riograndense de Imprensa (ARI) uma reunião entre empresários de turismo, hotelaria e comércio pretendendo que a antiga Usina se tornasse sede de um Centro de Convenções pois *"no caso específico de Porto Alegre, as promoções que envolvem um grande número de participantes exigem que parcela considerável da população se desloque até Esteio e se improvise no Parque de Exposições um local para que a iniciativa se concretize"*<sup>324</sup>.

O Centro de Convenções seria constituído de um auditório com capacidade para 800 pessoas, salas de reuniões, telex, imprensa, estacionamento, local para montagem de feiras e de um permanente show-room, onde ficariam expostos produtos gaúchos<sup>325</sup>. Proposta esta que recebeu a acolhida do então secretário municipal João Dibb ao dizer que *"o maior aproveitamento que se dará ao prédio será transformá-lo, digamos, num Centro de Convenções, que terá um auditório para*

<sup>323</sup> O tombamento da Usina do Gasômetro realizou-se a partir da Portaria Nº 03/83, de 23 de maio de 1983, quando o Subsecretário de Cultura, Joaquim Paulo de Almeida Amorim, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, resolve determinar que a Usina do Gasômetro seja inscrita no Livro Tombo Histórico da Subsecretaria de Cultura/SEC, conforme lei nº 7.231 de 18/12/1978 e decreto nº25. E foi efetivamente tombada em cerimônia realizada no gabinete do Governador Jair Soares em 31 de Maio de 1983, contando com a presença do representante do prefeito Adauri Pinto de Felipe, da SEC João Pradel de Azevedo, da STAS Alceu Martins e da Dipic Leandro Telles. In: Zero Hora, Porto Alegre, 01 de junho de 1983. MCSHJC. E In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE.

<sup>324</sup> Jornal do Comércio, Porto Alegre, 06 de agosto de 1982. MCSHJC.

<sup>325</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 06 de agosto de 1982. MCSHJC.

*800 a mil pessoas, que inclusive poderá ser usado como teatro, até mesmo para a apresentação da nossa Orquestra Sinfônica*<sup>326</sup>.

Porém, o que podemos concluir a partir da análise das informações relativas à proposta de constituição deste Centro de Convenções é que tratava-se de um projeto bastante inconsistente e muito pouco envolvido com o efetivo salvamento da Usina do Gasômetro. Segundo a presidente da Associação dos Moradores da Volta do Gasômetro, Lili Bucholz, em reunião na Prefeitura onde foi apresentado o projeto arquitetônico para a Usina por este grupo em questão, lembrou que tratavam-se apenas de três fotos de desenhos, sendo que os dois arquitetos presentes reclamaram que aquilo não era projeto arquitetônico nenhum, apenas esboços feitos por um simples estudante.

*“os arquitetos Enilda Ribeiro e Eduardo Martinez denunciaram na hora o amadorismo do que nos era apresentado como projeto oficial. (...) Dobb nos fez sonhar junto com ele e agora estamos decepcionados com os privilégios concedidos à Embratur. A cultura parece que mais uma vez é confundida com meros sonhos, quando deveria ser um objetivo de governo*<sup>327</sup>.

Demonstrou-se bastante surpreso também o então presidente do Sindicato dos Arquitetos, Clóvis Ilgenfritz da Silva. Segundo o arquiteto, os acontecimentos tomaram um rumo bem diferente do que havia sido prometido inicialmente pelo poder público, *“já que conforme seu conhecimento, o projeto deveria ter sido feito por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Obras (SDO), sob orientação de um conselho comunitário e não pela equipe da Epatur (...) Tampouco lhe parece justo que o anteprojeto tenha sido desenvolvido por um estudante, existindo tantos profissionais dispostos a dar a sua contribuição*<sup>328</sup>.

<sup>326</sup> Revista Kronika de agosto de 1982. MCSHJC. E conforme reportagem de Zero Hora, Porto Alegre, 01 de julho de-1982 o secretário Dobb vinha mantendo assíduas reuniões com a Embratur, centralizando o debate em torno desta questão que lhe parecia mais oportuna e porém sem apresentar critérios técnicos razoáveis para a resolução do problema.

<sup>327</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 01 de julho de 1982. MCSHJC.

<sup>328</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 23 de abril de 1982. MCSHJC. (As notas continuam na seguinte página)

Com muita propriedade, Ilgenfritz salienta ainda que, os integrantes do Museu do Trabalho foram os únicos que se organizaram em movimento pró-conservação da Usina. E naquele momento aparecem tantos *"benfeitores da comunidade dispostos a lutar por uma conquista que é do movimento sindicalista, dos arquitetos, do grupo do Patrimônio Histórico e dos mentores da Idéia do Museu do Trabalho"*<sup>329</sup>.

Por outro lado, procurando levar adiante o seu projeto, o grupo Museu do Trabalho, mostrando-se, ao contrário do grupo do Centro de Convenções, extremamente engajado no salvamento da Usina, depois de propor e conquistar o tombamento do prédio, acaba convidando para realizar o projeto de restauração da Usina ninguém menos que Lina Bo Bardi.

A arquiteta Lina Bo Bardi teve seu último trabalho no Centro de Lazer Sesc-Fábrica da Pompéia, uma antiga indústria de tonéis de ferro, projetada por arquitetos ingleses, no início do século em São Paulo. Mas já havia participado de outros grandes projetos como o MASP e o Solar do Unhão, em Salvador, primeiro projeto de recuperação de um conjunto arquitetônico colonial da época da industrialização do Nordeste<sup>330</sup>. E, naquele momento tão importante para o salvamento da Usina a arquiteta veio a Porto Alegre, a convite da equipe do Museu do Trabalho, para conhecer o Gasômetro e participar da elaboração de um projeto de recuperação do prédio<sup>331</sup>.

Sendo uma das maiores defensoras da preservação da antiga arquitetura industrial, Lina Bo Bardi, entusiasmou-se com o projeto gaúcho de reviver a Usina

<sup>329</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 23 de abril de 1982. MCSHJC.

<sup>330</sup> Esta arquiteta italiana, naturalizada brasileira em 1950, foi também a pioneira na introdução do design (desenho industrial) no Brasil, dedicando-se durante vários anos à criação de móveis. Foi ela que desenhou a primeira cadeira produzida em série no país, mas acabou fechando seu estúdio de Arte Palma, desgostosa com a falta de uma legislação que protegesse o direito autoral. Depois criaria a Escola de Design do MASP, onde lecionaria por pouco tempo devido ao desejo pessoal de se dedicar mais aos projetos arquitetônicos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 de setembro de-1982. MCSHJC.

<sup>331</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 16 de setembro de-1982. MCSHJC.

para sediar a memória do trabalho. A arquiteta pesquisou as estruturas e comparou-as com o que viu nas antigas plantas trazidas pelos engenheiros dinamarqueses responsáveis pela construção ali erguida no início do século<sup>332</sup>.

O objetivo era concluir o mais rápido possível um pré-estudo de recuperação para poder encaminhá-lo ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério do Trabalho, além do Governo do Estado, já que as autoridades municipais possuíam propostas pouco consistentes.

Bo Bardi conclui que o prédio em questão é muito mais sólido do que a fábrica paulista que acabava de recuperar. *“Aqui vamos Ter condições ainda melhores de recuperação, além de dispormos de um espaço maior e mais bem integrado”*. A arquiteta chega inclusive a levantar a hipótese de que o espaço da Usina deveria transformar-se em um Museu Nacional do Trabalho, fazendo convergir para Porto Alegre todo acervo e documentação significativa para a história do trabalho. Segundo a autora da idéia, não existe um Museu do Trabalho no País. São Paulo tem um Museu da Indústria e o Museu da Máquina, mas nenhum deles teve a originalidade proposta para a Usina do Gasômetro, onde o foco de atenção não está sobre o progresso das máquinas, mas sim sobre as transformações sociais que geraram<sup>333</sup>.

Enfim, podemos dizer que até um determinado momento a destinação da Usina do Gasômetro era assunto monopolizado pela Secretaria do governo do Município, que tentava justificar a morosidade na condução do assunto alegando que o prédio estava em difícil situação jurídica, tendo sido cedido pela Eletrobrás à

<sup>332</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 18-de setembro de 1982. MCSHJC.

<sup>333</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 10 de abril de 1983. MCSHJC.

Prefeitura de Porto Alegre em regime de comodato, o que impediria que a prefeitura transferisse a posse para uma entidade privada<sup>334</sup>.

Porém, depois que o presidente da Assembléia Legislativa, Antenor Ferrari, entregou um ofício ao governador solicitando que a Usina passasse a sediar o Museu do Trabalho, parece que inverteram-se as posições. Fazendo com que a arrastada controvérsia saísse do âmbito municipal e recebesse o veredito final do Governo do Estado, tendo inclusive garantido o tombamento do prédio e agora estava buscando a transferência do Museu do Trabalho para lá<sup>335</sup>.

Mas, tratava-se de assunto muito polêmico e de difícil atuação, como podemos observar através do depoimento do próprio diretor do Museu do Trabalho, Marcos Flávio Soares, *"até o acesso à parte interna do prédio foi negado à equipe que pretendia iniciar os trabalhos de limpeza e levantamento fotográfico. Achamos lamentável que nossa instalação provisória aqui fosse barrada pelo Município. Com isso a Usina perdeu muito material"*<sup>336</sup>.

Todavia, em junho de 1983, depois do tombamento da Usina pelo Estado ficou acertado com a Prefeitura que ela ficaria como proprietária do prédio que, por

<sup>334</sup> Sobre o Convênio entre a Eletrobrás e a Prefeitura de Porto Alegre sabe-se que em 05/01/1982, na Procuradoria Geral do Município, foi firmado Convênio entre o Município de Porto Alegre e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS -, visando a cessão de uso do terreno da Usina Termelétrica de Porto Alegre (Usina do Gasômetro), conforme autorização n. 1835, de 11 de dezembro de 1981, da Egrégia Câmara Municipal. A ELETROBRÁS cede e transfere ao Município por prazo indeterminado, o uso do terreno adquirido pela União Federal em decorrência da encampação da Usina Termelétrica de Porto Alegre, efetivada em cumprimento ao determinado no Decreto Federal n. 79319, de 01/03/1979, através da escritura pública passada no Livro 1807, a fls.120, do 20º Ofício de Notas da cidade do Rio de Janeiro em data de 28/12/1977. In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE. & Material de divulgação sobre o *"Histórico – Centro Cultural do Trabalho e do Trabalhador – Usina do Gasômetro"*. Administração Usina do Gasômetro.

<sup>335</sup> Encontramos igualmente o Ofício do Governo do Estado solicitando ao Prefeito a transferência da Usina para o Estado. (Of. GAB/SEC/n. 1474.83. Porto Alegre, 06 de julho de 1983), a Solicitação do Subsecretário de Cultura para a transferência de domínio público da Usina para o Museu do Trabalho (Processo 16794-19.00, Porto Alegre, 02 de Maio de 1984) e finalmente mediante Ofício n. 117/83, Porto Alegre, 19 de setembro de 1983, o Prefeito concorda com a transferência da Usina para o Governo do Estado, mas solicita anuência da Eletrobrás. In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE.

<sup>336</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 16 de setembro de 1982. MCSHJC.

sua vez, passará em forma de subcessão ao Estado, para servir ao Museu do Trabalho. Quanto a administração do prédio, ficou com a Secretaria da Educação e Cultura, pela maior facilidade que tem em obter recursos federais, mas com cogestão da Secretaria do Trabalho e Ação Social<sup>337</sup>.

Enquanto isso, o Museu do Trabalho recebe sua segunda personalidade para ajudar na luta pelo reconhecimento e financiamento para o início das obras de recuperação do Gasômetro que estavam marcadas para dezembro de 1983. Estamos falando do doutor em Física, Ernest H. Berninger, um dos diretores do Museu do Trabalho de Munique que depois de visitar a Usina deixou a sugestão de que não se deve esquecer a comunidade na organização do Museu do Trabalho. "Ela deve sentir que o Museu lhe pertence", disse, lembrando que os jovens são um alvo importante para os que perseguem o sucesso do Museu da Usina<sup>338</sup>.

Depois da presença de Lina Bo Bardi e Berninger, Marcos Flávio, o diretor do Museu do Trabalho consegue o apoio de uma famosa etiqueta paulista, a Zoomp, que utilizou a Usina do Gasômetro como cenário de lançamento de seu catálogo de alto-verão e ainda promoveu a doação de um cheque no valor de Cr\$ 1 milhão, contribuindo para a restauração da Usina<sup>339</sup>.

Sucederam-se ainda mais alguns fatos marcantes nesta luta por reconhecimento e verbas para a restauração da Usina do Gasômetro. Primeiro foi o lançamento de um filme longa-metragem de uma equipe gaúcha independente. O "Beijo Ardente - Overdose", resultado do trabalho de uma equipe mais voltada aos comerciais que resolveu mostrar o talento de 44 atores gaúchos dirigidos por Flávia Moraes e Hélio Alvares. O filme tinha o intuito de defender a preservação da Usina

<sup>337</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 01 de junho de 1983. MCSHJC.

<sup>338</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 09 de novembro de 1983. MCSHJC.

<sup>339</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1983. MCSHJC.

do Gasômetro como Centro Cultural<sup>340</sup>, contando a história de um vampiro que morava de graça na Usina do Gasômetro e se apaixona pela arquiteta Dina Lombardi, diretora do Centro Cultural que ainda não tem data para vir a funcionar na Usina. Bo Bardi, parece não ter gostado muito do tom de deboche, mas o filme parece ter tido uma boa repercussão, sendo apresentado no Teatro Renascença simultaneamente em dois telões<sup>341</sup>.

O segundo fato marcante desta grande empreitada do Museu do Trabalho foi quando esta entidade fez reviver a Usina do Gasômetro com uma grande festa em Homenagem a "John Lennon". Foram instalados vários palcos no interior da Usina, contando com a presença de bandas, grupos teatrais e circenses<sup>342</sup>.

Depois disso, o Museu do Trabalho, enquanto associação civil, institui a Fundação de Ciência e Cultura Usina do Gasômetro, com o intuito de dar suporte à recuperação da Usina e ao funcionamento do Museu do Trabalho, tendo como diretor, Marcos Flávio Soares, Presidente Getúlio Mentz Albrecht e diretor administrativo Aldo Rohde<sup>343</sup>.

Com o apoio da empresa Isdralit, a equipe do museu lança ainda um concurso nacional para arquitetos, para a elaboração de um anteprojeto de reaproveitamento da Usina do Gasômetro<sup>344</sup>. Além disso, o Museu começa a promover passeios pelo Guaíba com saída a partir do antigo cais da Usina<sup>345</sup> e dá início a construção de um estacionamento, na lateral da Usina, com o objetivo de criar uma doca turística no cais.

<sup>340</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 18 de julho de 1984. MCSHJC.

<sup>341</sup> Este filme obteve o segundo lugar no II Festival Fotóptica de Vídeo Brasil, em São Paulo no último dia 25 de agosto de 1983. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 28 de agosto de 1984. MCSHJC. E recebeu o prêmio Especial do Júri no I Festival Internacional de Vídeo, Cinema e TV do Rio de Janeiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1984 MCSHJC.

<sup>342</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1984. MCSHJC.

<sup>343</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 23 de outubro de 1984. MCSHJC.

<sup>344</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 25 de outubro de 1984. MCSHJC. (As notas continuam na seguinte página).

No entanto, o estacionamento não foi concluído, pois contou apenas com o apoio do Sindicato das Indústrias da Construção Civil e logo em seguida o trabalho que havia sido empenhado no local passou a se deteriorar, além dos marginais estarem roubando as pedras de demarcação<sup>346</sup>. Com relação aos projetos arquitetônicos para a Usina, acabou vingando apenas o trabalho voluntário de alguns professores e alunos das faculdades Ritter dos Reis e Unisinos. Este projeto de levantamento histórico e arquitetônico da Usina teve início a partir de março de 1984 e contou com os arquitetos Maturino Luz, Adroaldo Xavier, Paulo César Filho e Otávio Urquiza Chaves. Com exceção de Maturino Luz todos os outros foram entrevistados pelo *Projeto Memorial da Usina*, onde as entrevistas transcritas encontram-se no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

Segundo Urquiza eram 20 estagiários e 4 arquitetos medindo cm por cm do prédio, à serviço e à convite do Museu do Trabalho que pretendia instalar-se na Usina<sup>347</sup>. Adroaldo, por sua vez, nos diz que a sede (escritório) era no próprio Museu do Trabalho e a Casa do Desenho havia emprestado todo equipamento necessário<sup>348</sup>.

Houve tempo inclusive que a Usina do Gasômetro chegou a possuir um vigia. No começo, até janeiro de 1982 era pago pela CEEE. Depois disso a Prefeitura passou a se responsabilizar pela vigilância. Mas, a partir de junho de 1983, depois do tombamento do prédio pelo governo do Estado, a Prefeitura de Porto Alegre retirou os serviços de vigilância da Usina e o prédio passa a ser controlado exclusivamente pelo Museu do Trabalho.

---

<sup>345</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1984. MCSHJC.

<sup>346</sup> Jornal do Comércio, Porto Alegre, 31 de julho de 1985. MCSHJC.

<sup>347</sup> Entrevistas do "Projeto Memorial da Usina do Gasômetro". Coord. Geral Dorzila Ritter e Coord. de Pesquisa Luiza Kliemann. 1991. In: Acervo AHPAMV.

<sup>348</sup> Entrevistas ... 1991. In: Acervo AHPAMV.

Foi contratado pelo Museu do Trabalho o Sargento da Marinha aposentado, que morava ao lado da Usina. Segundo reportagem de Zero Hora, o Marinheiro Wilson não permitia a entrada pelos fundos do prédio e fazia qualquer pessoa desavisada dar toda volta para entrar pelo local correto. “Até os brigadianos eu já mandei dar a volta”, enfatiza o vigia que não permite ninguém dar maus exemplos<sup>349</sup>.

“Morando com a esposa, a sogra e os filhos pequenos, Wilson diz que o “pessoal dos tóxicos” (toxicômanos) costumam aparecer a noite, promovendo desordens e gritando a todo volume. Em alguns cantos da Usina, é possível visualizar roupas num improvisado varal, denunciando a moradia de algum papeleiro. Ao redor do prédio, mais perto do rio, mal são disfarçadas as garrafas plásticas de água mineral e as dezenas de cartelinhas de remédio como o Anatgon, munições para qualquer viciado. (...) Como se não bastassem todos estes problemas, ainda é possível divisar marcas de pneus de automóveis e motos, veículos que entram na Usina, sem que o vigilante possa impedir. Entre outros programas dos motoristas, está o de praticar motocross dentro do prédio, que, para eles, afinal, não serve mais para nada”.<sup>350</sup>

O fato é que o projeto proposto pelo Museu do Trabalho, que era uma das poucas entidades que procurava ainda fazer algo de concreto pelo salvamento da Usina, não conseguia sair do papel. Somente às vésperas das eleições para Prefeito, ao final de 1985, os candidatos à Prefeitura assinaram a “Carta da Usina do Gasômetro” que tratava da importância do projeto do Museu do Trabalho para a Usina e do comprometimento do Prefeito para com ele<sup>351</sup>.

Assim, depois de muitos anos de abandono, luta e disputa pela ocupação da Usina, foram iniciadas em agosto de 1987 algumas medidas para a restauração do prédio. A administração de Alceu Collares passou a acolher as sugestões do Museu do Trabalho e instituiu uma comissão para pensar em alternativas para a recuperação da Usina. Evidenciamos mais uma vez portanto a alternância de

<sup>349</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 16 de junho de 1986. MCSHJC.

<sup>350</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 16 de junho de 1986. MCSHJC.

<sup>351</sup> Jornal Laboratório Comunicação -UFRGS, Porto Alegre, novembro de 1985. E a “Carta da Usina” encontra-se junto ao processo de tombamento da mesma. In: **Processo de Tombamento da Usina do Gasômetro** – Processo n. 00532/83 – 13.00 SCP.1984 - Acervo do IPHAE.

posição das forças políticas, onde inicialmente fora proponente o município, depois, com o tombamento da Usina, o governo do Estado, e agora volta à cena novamente a Prefeitura<sup>352</sup>.

Acreditando na recuperação da Usina a gestão Collares chegou a projetar a instalação de uma Escola Municipal de 1º Grau, como Centro de Preparação de Mão-de-obra, que funcionará integrada ao Museu do Trabalho. No local também será construído um teatro que ocupará uma área de 540 metros quadrados. No entanto, destacou o Prefeito que o município não dispõe de verbas para este empreendimento, sendo que os recursos deverão ser obtidos pela Fundação de Ciência e Cultura da Usina do Gasômetro.

Na verdade os projetos da Escola João Caruso e do Museu já estavam concluídos mas sua implantação dependia ainda da limpeza interna e externa do prédio e da recuperação de toda a estrutura de concreto, que estava a cargo da empresa Jatocret Engenharia. Sendo que o Prefeito Collares juntamente com sua esposa e representantes do Museu do Trabalho e outras autoridades, assistiram os primeiros trabalhos de limpeza interna da Usina ocorridos no final de agosto de 1987 como atesta o referido jornal<sup>353</sup>.

Tratava-se de um projeto articulado principalmente pela SMED que convocou o arquiteto da Prefeitura Robert Levy para coordenar o projeto de recuperação da Usina. Conforme o arquiteto a intenção era não descaracterizar o prédio em nada, já que se tratava de um bem tombado pelo Patrimônio Histórico.

<sup>352</sup> A Comissão criada pelo Prefeito Alceu Collares integra representantes do governo municipal, da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (Fiergs), Federasul, Central Única dos Trabalhadores (CUT), CGT, Câmara Municipal e Fundação de Ciência e Cultura da Usina do Gasômetro, responsável pelo Museu do Trabalho. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 de junho de 1988. MCSHJC.

<sup>353</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 de julho de 1987. MCSHJC.

“A tipologia deve ser a mesma do tempo em que funcionava a Usina. A Escola e o Museu são duas áreas com afinidades e com troca de informações”<sup>354</sup>. Além disso, como tratava-se de um prédio histórico houve também a participação no projeto de restauração da equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (Epahc), onde os arquitetos chefiados por Levy tiveram que enfrentar o desafio de readequar o prédio a seu novo uso sem alterar demais a estrutura original<sup>355</sup>

A Comissão esperava que até dezembro de 1987 a Usina do Gasômetro estivesse em condições de receber o Museu, a Escola e um restaurante<sup>356</sup>. Porém, a Comissão e demais autoridades tiveram que esperar até dezembro de 1988, tudo isso acelerando as obras no final do ano para que a inauguração não ficasse a cargo do próximo governo.

Desta forma, evidenciamos que em 29-12-1988 o Prefeito Alceu Collares e a Secretária de Educação Neuza Canabarro, numa cerimônia de inauguração que refletia o desejo de entregar a obra o quanto antes, abriram as portas da Usina do Gasômetro, ainda entre alguns andaimes e faltando o reboco de muitas paredes<sup>357</sup>.

As janelas estavam esperando os vidros, canos, ladrilhos e tijolos entulhavam os corredores, não havia corrimão nas escadas, a rede elétrica ainda não estava funcionando e os banheiros ainda não tinham sido instalados. *“Isto aqui é como uma casa: está pronta, mas faltam as instalações, comparou a Secretária Neuza Canabarro”*<sup>358</sup>.

<sup>354</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 30 de julho de 1987. MCSHJC.

<sup>355</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 16 de outubro de 1988. MCSHJC.

<sup>356</sup> Jornal da SMED, Porto Alegre, junho de 1988. **Educação especial**. Secretaria Municipal de Educação – Acervo particular de Marcos Flávio Soares.

<sup>357</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 29 de dezembro de 1988; Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988; Jornal do Comércio, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988. MCSHJC.

<sup>358</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988. MCSHJC.

O fato é que estas obras iniciais realizadas por Collares ficaram mais um ano paradas até que em dezembro de 1989 o Governador Pedro Simon e o Prefeito Olívio Dutra assinaram um convênio<sup>359</sup> com o intuito de garantir a conclusão das obras de restauração da Usina do Gasômetro. O objetivo do acordo é uma gestão paritária para apressar o término das obras, com a divisão de responsabilidades: a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, entra com as verbas e a administração municipal com a mão-de-obra<sup>360</sup>.

Instaura-se mais uma vez a polêmica sobre a utilização da Usina entre Museu do Trabalho e os governos Estadual e Municipal. O diretor do Museu Marcos Flávio Soares diz que o projeto original previa a ocupação do térreo e do último pavimento pelo Museu do Trabalho agora estão relegando para ele apenas 300 metros nos fundos do primeiro pavimento. "Nós fomos os inspiradores da luta que durou 10 anos para conquistar a restauração da Usina. Não vamos abrir mão de que o eixo principal do local seja o Museu" afirma Soares<sup>361</sup>.

Para o ex-presidente dos Sindicato dos Arquitetos, Clóvis Ilgenfritz da Silva que estava do lado do projeto do Museu do Trabalho, passando a ocupar a pasta da Secretaria Municipal do Planejamento, diz que nem o governo do Estado e nem a administração Municipal aceitam pressões e a Usina vai ter múltiplas ocupações<sup>362</sup>.

Enfim, o final desta história todos nós conhecemos. Em 1991 a Usina do Gasômetro, ainda em restauração, abre suas portas para o público, sendo um

<sup>359</sup> Decretos Legislativos n. 5.977 e 5.978 de 17-01-1990. Além disso a Ordem de Serviço n. 045 de 29-12-1989 cria a Gerência Municipal da Usina do Gasômetro com o objetivo de coordenar os projetos e as obras de reciclagem da Usina, de forma a permitir a sua utilização como "Centro Cultural do Trabalho e do Trabalhador. Esta gerência será coordenada pelo Secretário do Planejamento Municipal, responsável pelo andamento do Convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Abril/1990 Dorzila Ritter (Gerente Municipal da Usina do Gasômetro) In: Material de divulgação sobre o "Histórico - Centro Cultural do Trabalho e do Trabalhador - Usina do Gasômetro". Administração Usina do Gasômetro.

<sup>360</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 02 de julho de 1990. MCSHJC

<sup>361</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1989. MCSHJC.

<sup>362</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1989. MCSHJC.

espaço cultural do município, administrada pela Secretaria da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre. Mas, como não é nosso objetivo analisar aqui as atuais gestões da Usina, precisamos agora concluir este longo processo de salvamento do Gasômetro refletindo sobre o impacto destas inúmeras ações que corroboraram para que a Usina do Gasômetro tenha sido preservada.

Nesse sentido, o que podemos apreender de todo este processo é que se a Usina do Gasômetro não tivesse sido envolvida pelo movimento encampado por uma série de entidades que promoveram manifestações extremamente significativas, muito provavelmente hoje não teríamos mais este prédio na beira do Rio Guaíba. Pois, não podemos esquecer que a intenção dos prefeitos Villela e Dib era demoli-la para aproveitar a extensão da Avenida Perimetral<sup>363</sup>. Por isso foi crucial a participação de toda a sociedade na luta pela manutenção deste prédio.

Não nos cabe agora realizar um julgamento de quais foram as entidades que mais se engajaram neste processo, que mais contribuíram para o salvamento da Usina, mas sim refletirmos sobre a forma como se conduziu este processo, pois como coloca o historiador Roger Chartier, *“as maneiras como um indivíduo ou um grupo se apropria de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma”*<sup>364</sup>.

Por outro lado, em contraponto à “ilustração teórica” do Flâneur, utilizada por Benjamin para ler a cidade da primeira metade do século XX, pensamos, para a análise da cidade dos anos 70 e 80, nos postulados de Michel de Certeau, quando ao analisar a degradação da cidade procura inverter seu conteúdo pessimista e envereda pelo caminho da análise das *“práticas microbianas, singulares e plurais,*

<sup>363</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 15 maio de 1990. MCSHJC.

<sup>364</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: ...*1990.p. 51.

*que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento*"<sup>365</sup>. Estamos pensando aqui justamente nas diversas manifestações das entidades em prol da preservação da Usina como práticas cotidianas que reverberaram nas políticas patrimoniais, fazendo o caminho inverso do caso das 48 casas de Antônio Prado que mencionamos anteriormente. Práticas estas que, na nossa visão, corroboraram para a conquista do tombamento da Usina do Gasômetro pelos órgãos Municipal (COMPHAC/EPHAC) e Estadual (IPHAE). Sendo assim, podemos dizer que estas práticas significaram o aumento da representatividade social junto às questões relativas ao Patrimônio Histórico, alargando desta forma o campo do patrimônio.

Foi possível observarmos também que houve claramente a constituição de dois grupos com interesses diametralmente opostos e que, por conseguinte, produziram estratégias e práticas (sociais, políticas, econômicas, e outras) condizentes com suas propostas, onde cada grupo procurou legitimar um projeto reformador e justificar as suas escolhas e condutas.

Portanto, evidenciamos neste estudo diferentes agentes envolvidos nas práticas sociais que ajudaram a construir um patrimônio histórico de Porto Alegre. O que de certa forma entra em sintonia com os postulados de Néstor García Canclini, quando nos fala que os patrimônios históricos sofrem a ação de três agentes. A ação privada, promovendo uma relação ambivalente com o bem cultural, pois ao mesmo tempo que procura preservar e restaurar, está preocupada com a expansão econômica, isto é, apreciam o valor histórico (simbólico) dos bens por que incrementam o valor econômico. O Estado, também exercendo uma relação

<sup>365</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. v. 1 Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 174-175.

ambivalente com o patrimônio, na medida em que valoriza-o como elemento integrador, buscando superar as divisões sociais e muitas vezes converte as realidades locais em abstrações político culturais, em símbolos de uma identidade nacional onde se diluem os conflitos e as particularidades. E, por fim, os movimentos sociais, que demonstram que a questão do patrimônio extrapolou a alçada dos profissionais da conservação<sup>366</sup>.

Para Canclini o problema mais desafiante agora, são os usos sociais do patrimônio. Aí que se devem concentrar os maiores esforços de investigação. Nesse sentido, o autor coloca que os processos lhes interessam mais do que os objetos ou bens culturais em si e os usos sociais dos patrimônios não podem representar uma mera atitude defensiva, mas que assumam os conflitos que o acompanham.

É justamente em função destes aspectos levantados por Canclini que julgamos extremamente pertinente este estudo, pois podemos observar a partir do processo de salvamento da Usina do Gasômetro verdadeiras lutas pelo reconhecimento de cada uma das propostas, que bem ou mal representavam grupos distintos da sociedade.

Com isso estamos procurando contribuir para a afirmação da história de Porto Alegre não como algo abstrato, mas pelo contrário, chamando atenção para um projeto histórico solidário, destacando os diferentes grupos sociais que felizmente aparecem aqui preocupados com a forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida.

Isto porque temos consciência de que *“as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos*

<sup>366</sup> CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 1994. p. 100-103.

*quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio*<sup>367</sup>.

Além disso, nos parece que a Usina do Gasômetro habitou naquelas décadas de 70 e 80 no “mental coletivo” dos homens, isto é, acabou constituindo uma idéia-força, conceito fundamental para o campo da história da psicologia coletiva. Podemos dizer que foram “*idéias, apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afectiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma dessas “forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo*”<sup>368</sup>.

Em outras palavras, conforme conceito utilizado por Gonçalves, podemos dizer que a Usina do Gasômetro representou uma “estrutura do desejo”, que aparece sempre presente nas narrativas sobre patrimônio cultural, sendo que é por intermédio desta estrutura que a nação ou a história local é retirada da história e da contingência e transformada num distante objeto de desejo, numa entidade estável e permanente, dotada de coerência e continuidade<sup>369</sup>.

Outra noção que desempenha uma função central no campo do patrimônio é a noção de “apropriação” já empregada neste capítulo quando nos referíamos as diversas propostas de apropriação da Usina pelas distintas entidades envolvidas em seu salvamento. Porém, naquele momento estávamos utilizando-a como suporte às idéias de Chartier a apropriação como a história social dos usos e das interpretações, inscritas nas práticas específicas que as produzem. Agora gostaríamos de chamar atenção para um outro viés deste conceito desenvolvido por

<sup>367</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: ...1990.p. 17.

<sup>368</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: ...1990.p. 43. (As notas continuam na seguinte página).

Gonçalves. Diz o autor que *"apropriarmo-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade"*<sup>370</sup>.

Portanto, para este autor "apropriação" é sinônimo de preservação e definição de uma identidade. No entanto, a construção de uma identidade para a Usina do Gasômetro torna-se algo um tanto quanto complexo, uma vez que, como podemos perceber até aqui, trata-se de um lugar de múltiplas memórias e precisamos entendê-las dentro de suas especificidades sem homogeneizá-las.

A solução neste caso está justamente em reconhecermos em primeiro lugar que as diferentes práticas cotidianas visam fazer reconhecer cada uma a sua identidade e que por outro lado a realidade social sempre é construída contraditoriamente pelos diferentes grupos sociais, como coloca Roger Chartier<sup>371</sup>. Desta forma, a identidade da Usina do Gasômetro deve ser entendida aqui, segundo Renato Ortiz, como uma "construção simbólica, o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Enfim, para concluir, quando pensamos na importância de resgatar as distintas memórias do processo de salvamento da Usina do Gasômetro, estamos procurando ir além dos processos de "objetificação cultural". Conceito criado por Gonçalves para designar a forma como os intelectuais realizam a construção da da

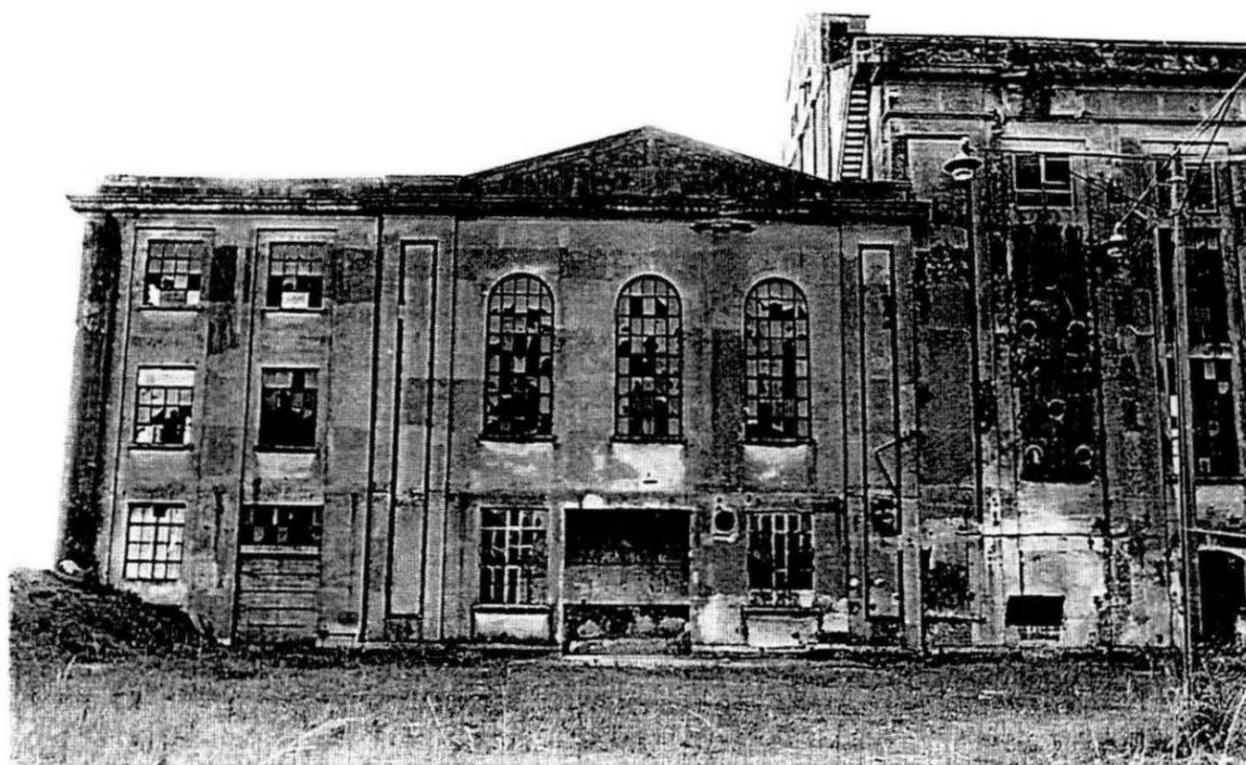
<sup>369</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. p. 26.

<sup>370</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: ...** 1996. p.24.

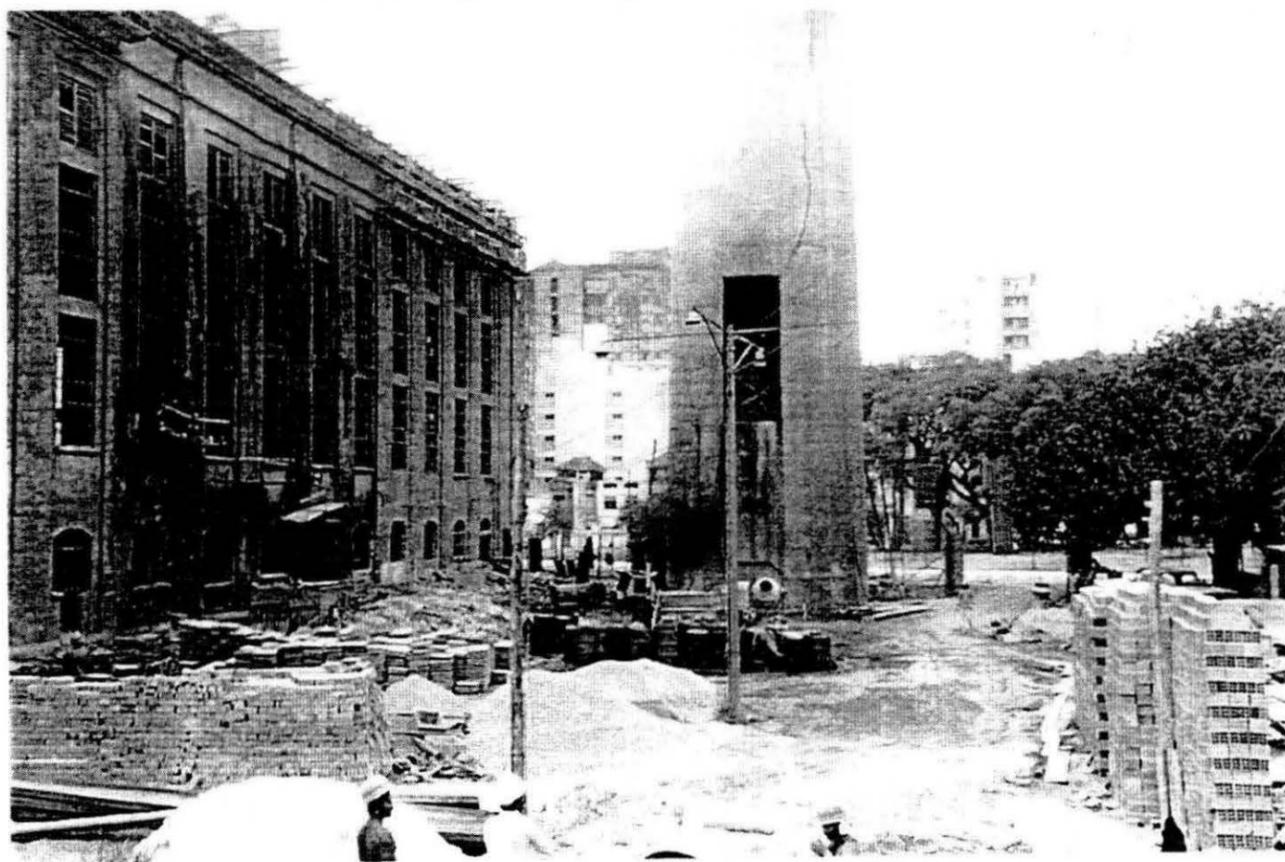
<sup>371</sup> CHARRIER, Roger. **A História Cultural: ...**1990.p. 23.

<sup>372</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 8.

nação. Não estamos colocando isso no sentido de que os especialistas do patrimônio não devam objetificar a nação, mas que possamos cada vez mais ir além das narrativas dos especialistas do patrimônio, onde possamos dar voz aos distintos grupos sociais. De certa forma estamos procurando chamar atenção para manter viva, como diz Gonçalves, a nossa conversação coletiva sobre o patrimônio cultural.



*Abandono, saque e restauração -1974-1995. p. 130; 138.*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que nos chamou atenção ao final deste trabalho é o fato de que a construção de um patrimônio histórico como foi o caso da Usina do Gasômetro é algo extremamente dinâmico, na medida em que envolve uma multiplicidade de elementos valorativos e sujeitos diversos, permitindo ao historiador reconstituir a trama social.

No entanto, estamos diante de um processo que exige que o historiador mergulhe fundo no cotidiano da cidade, através das práticas do espaço que referem-se a uma forma específica de operações ("modos de operar")<sup>373</sup>.

Partindo, então, da percepção de que a construção da Usina do Gasômetro como um patrimônio que foi "fabricado" ou "inventado" por diferentes forças sociais que lhe atribuíram diferentes valores, destaca-se o papel fundamental da memória histórica e afetiva, selecionada pela visão de seus habitantes, para o resguardo de sua continuidade.

Desta forma, ao resgatarmos estas múltiplas memórias, evidenciamos que a construção deste patrimônio foi permeada desde o início por inúmeros paradoxos. Inicialmente, a Usina conseguiu empreender um novo ritmo para a cidade, sendo considerada um dos elementos mais importantes na constituição do imaginário

---

<sup>373</sup> DE CERTEAU, Michel. Andando na cidade. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 21-31, 1994.

simbólico da Belle Époque porto-alegrense. Mas, por outro lado, ficou marcado na memória de muitas pessoas a época em que a precariedade dos serviços de luz, gás e transporte, bem como a emissão de fuligem causaram poluição e desconforto para os habitantes de Porto Alegre.

Quando pensamos, por conseguinte, nos aspectos que irão constituir aquele prédio como um patrimônio histórico percebemos igualmente que estes paradoxos permaneceram. Porém, agora, colocam à frente do debate outros elementos valorativos e outros sujeitos.

Num primeiro momento estávamos diante do dilema que via a Usina, ora enquanto mola propulsora da modernização, ora como “trambolho inestético”, colocando-nos frente a uma discussão que chamava atenção principalmente para os progressos tecnológicos e a exploração imperialista do capitalismo.

Contudo, quando adentramos na segunda fase de sua história - passando para o terreno das reminiscências, deparamo-nos com exigência de mananciais teóricos relacionados à construção da identidade daquele prédio.

Assim, diante do desafio de captarmos a sua identidade, vimos novamente emergirem os paradoxos, pois durante a luta pelo seu salvamento e apropriação, surgem dois blocos de interesses opostos: um cultural (tendo como representante o Museu do Trabalho) e outro comercial (tendo à frente a ADVB e a Embratur). Sendo que, no transcorrer desta luta, são aferidos múltiplos valores sobre este bem cultural. Fazendo com que a Usina chegasse a ser evocada pelo valor histórico do sítio onde se encontra, por representar o início da industrialização de Porto Alegre (remetendo-nos aqui aos avanços científicos e tecnológicos da época) e por constituir-se num *lugar de memória* do trabalho (relativas ao cotidiano dos operários, seus hábitos e costumes, onde destacam-se as solidariedades e momentos de lazer).

Enfim, aventamos aqui a hipótese de que, durante a construção da Usina do Gasômetro enquanto patrimônio histórico, foram acionados múltiplos valores o que, de certa forma, nos autoriza a pensar que sua identidade é igualmente plural. Tratando-se, em outras palavras, de uma construção simbólica que, diante da ação de diferentes grupos, não admite uma única e autêntica identidade.

Sendo assim, faz sentido evocarmos aqui mais uma vez as idéias de Walter Benjamin sobre as montagens contrastivas que nos ajudam a desvelar a polifonia da cidade, ora justapondo, ora colocando em choque as diversas representações desta urbe. Sempre pensando, como postula o autor, numa história que não seja teleológica, mas num conhecimento histórico aberto, que desfaz uma ordem fetichizada do passado, propondo que passado e presente se juntem em constelação.

Por outro lado, este processo que levou ao tombamento da Usina do Gasômetro antecipou-se em muitos aspectos a própria Constituição de 1988, que ampliou a definição de patrimônio cultural, acrescentando outras formas de proteção além do tombamento, tratando-se, segundo Souza Filho, de uma diferença jurídica fundamental<sup>374</sup>.

O Parágrafo 1 do Artigo 216 da Constituição de 1988 estabelece, por exemplo, que o "*poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*".<sup>375</sup>

<sup>374</sup> SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais** ... 1997. p. 63-64.

<sup>375</sup> **Art.216** - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico,

Percebemos, portanto, que antes da Constituição de 1988, o próprio processo de tombamento da Usina já demonstrava uma ampliação do sentido de defesa do patrimônio, compreendido dentro de um sistema de produção e apropriação social. Acionando, como coloca Michel de Certeau, procedimentos "*multiformes, resistentes, arditos e inflexíveis que devem levar-nos a uma "teoria das práticas do cotidiano", do espaço vivido - da inquietante familiaridade da cidade*"<sup>376</sup>.

Pressupostos estes que nos ajudam a pensar uma cidade-cidadania, uma "cidade para todos", onde não podemos negar à população este direito de reencontrarem-se com esta dimensão da memória na construção de seus bens culturais. Devemos, pelo contrário, enfatizar e estimular a ação permanente destas práticas sociais que abrem um canal de diálogo com as esferas oficiais de defesa dos patrimônios históricos e culturais.

Por outro lado, tem redobrado-se a importância destas práticas sociais, pois, como nos diz Ulpiano Bezerra de Menezes, "*a abstrata racionalidade da especulação e a impecável lógica do espaço-mercadoria provocam, em nossas cidades, a autofagia e a expropriação do habitante*"<sup>377</sup>. Sendo que uma das principais formas de encaminhar a reapropriação do espaço urbano pelo cidadão é justamente através da preservação da memória destes patrimônios, fazendo "*passar a história e a política da preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural*"<sup>378</sup>.

---

paleontológico, ecológico e científico; In: **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL -1988**; Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção II - Da Cultura. Edição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. P.141-142. (grifo nosso).

<sup>376</sup> DE CERTEAU, Michel. Andando na cidade. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, n. 23, 21-31, 1994.

<sup>377</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. "O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado". In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

<sup>378</sup> PAOLI, Maria Célia. "Memória, História e Cidadania: o direito ao passado". In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 25-28.

Enfim, podemos dizer que alguns prédios deixam suas marcas na história das cidades e a Usina do Gasômetro sem dúvida nenhuma enquadra-se num destes casos. Até mesmo no embate de algumas pesquisas de opinião vemos que ela desponta como um bem cultural de valor significativo para a população. Lembremos o chamado Projeto "Porto Amado", de 1991, quando o Banco Itaú e o grupo RBS desenvolveram uma campanha para escolher o símbolo de Porto Alegre. O vencedor como todos nós sabemos foi a Estátua do Laçador, de Antônio Carangi, porém não podemos esquecer que a polêmica foi grande, pois em segundo lugar ficou o Por-do-Sol e em terceiro o Guaíba. Esta classificação desencadeou a sessão mais longa na Câmara Municipal daquele ano legislativo<sup>379</sup>. Isto porque, não só entre os vereadores mas entre os habitantes de Porto Alegre de um modo geral, ventilava-se a idéia de que a Usina do Gasômetro teria sido prejudicada pois sua opção na hora de votar foi "pulverizada" pelas outras alternativas que na verdade estavam muito próximas a ela: Por-do-Sol, Rio Guaíba, Ponte do Guaíba e Usina do Gasômetro.

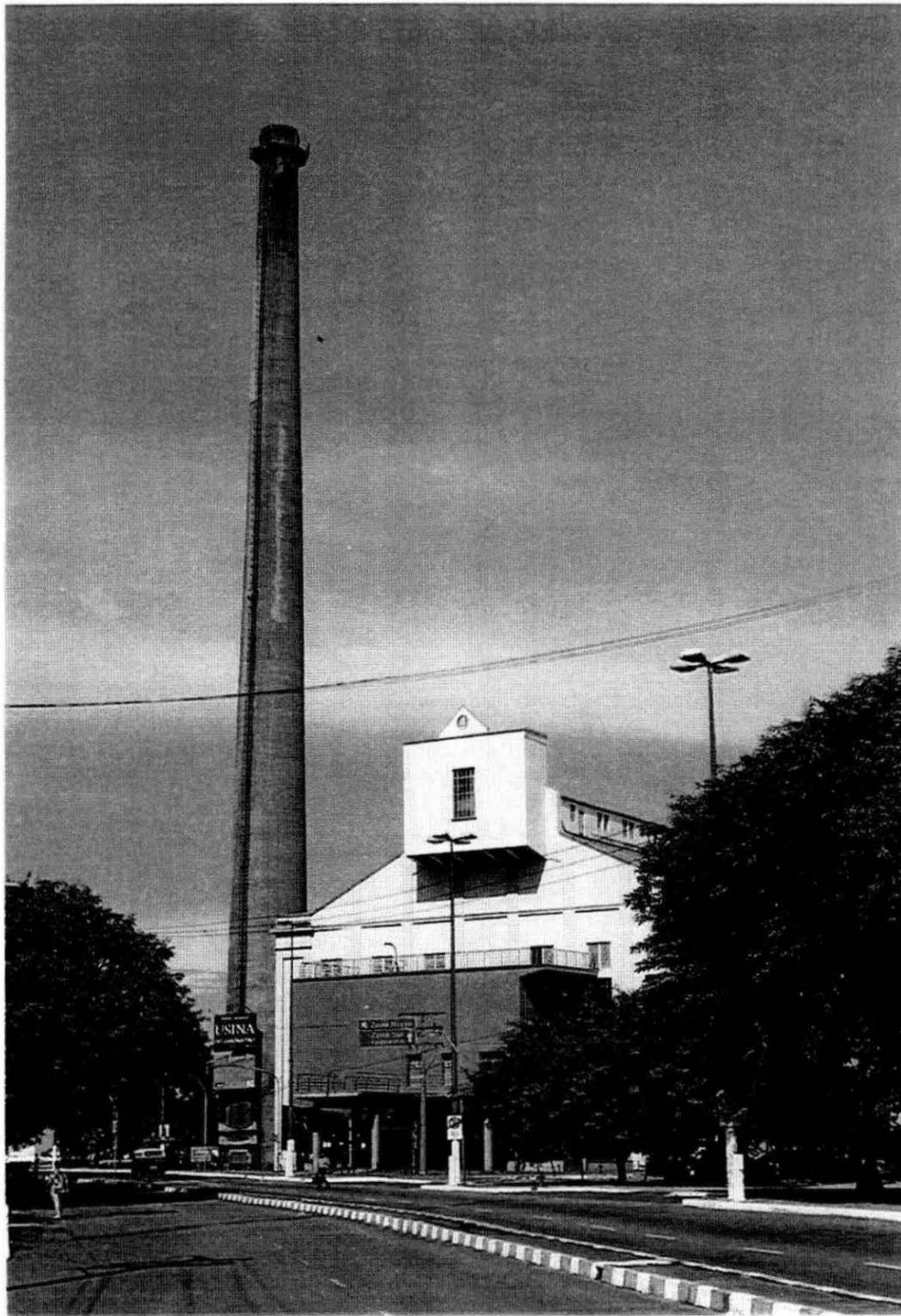
Depois desta pesquisa da RBS houve ainda outra, porém não tendo obtido toda a visibilidade da primeira. Estamos nos referindo ao Relatório de Elementos Urbanos na Área Central<sup>380</sup>, tendo sido encomendado pela Prefeitura de Porto Alegre com o intuito de realizar um inventário dos bens culturais na área central. Observando os resultados deste trabalho, evidenciamos mais uma vez o reconhecimento por parte da população, da Usina do Gasômetro.

<sup>379</sup> Sessão que assinou a Lei Complementar n. 279 instituindo oficialmente o Laçador como o símbolo de Porto Alegre, tendo à presidência da Câmara Dilamar Machado. In: CÔRTEZ, Paixão. **O Laçador, História de um Símbolo**. Porto Alegre: SMC, 1982.

<sup>380</sup> Uma pesquisa coordenada por Lineu Castello, tendo na sua equipe professores de Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, entre outros. In: Relatório de Elementos Urbanos na Área Central. U & A Unidade de Estudos Ambientais, Urbanismo & Ambiente. Para Prefeitura de Porto Alegre, no âmbito do inventário dos bens culturais da Área Central, Porto Alegre, 1995. Acervo da Biblioteca de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Percebemos que, dentre algumas perguntas do questionário aplicado pelos pesquisadores, quando as pessoas foram questionadas sobre os prédios que mais lhe chama atenção, desponta em primeiro lugar a Praça da Matriz e arredores e a Usina do Gasômetro aparece na 9ª posição. Porém, numa segunda modalidade de perguntas, onde as pessoas precisam identificar algumas fotos de prédios importantes da cidade a Usina aparece em primeiro lugar. Enfim, tal Relatório acaba concluindo que os dois mais votados elementos do imaginário da cidade foram justamente os prédios que ganharam um novo uso: a Usina do Gasômetro e a Casa de Cultura Mário Quintana, ambos destacados como lugares que habitam as preferências populares.

Por todas estas questões que circunscrevem a história da Usina do Gasômetro como um patrimônio histórico e para muitos o verdadeiro símbolo de Porto Alegre, achamos extremamente oportuno lançarmos mão aqui deste pequeno estudo que procurou contemplar, minimamente alguns aspectos de sua história.



*Fachada frontal -Av. Pres. João Goulart. p. 146.*



*Nave central: saguão para exposições e detalhe da escada. p.148.*

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1 ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul -CEEE/RS.

Hemeroteca do acervo da Biblioteca "Josué Guimarães". Centro Municipal de Cultura de Porto Alegre.

### 2 FONTES

#### Periódicos

Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de abril de 1926.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de abril de 1926.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 17 de abril de 1926.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 05 de maio de 1926.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de maio de 1926.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de março de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de abril de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 05 de maio de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 02 de junho de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de agosto de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de outubro de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de outubro de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de outubro de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de outubro de 1928.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de maio de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 03 de julho de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de junho de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de junho de 1930.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de Julho de 1930.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 22 de Julho de 1930.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de Julho de 1930.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de Agosto de 1930.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de agosto de 1930.

Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de abril de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 21 de abril de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de abril de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de abril de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de maio de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de junho de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de junho de 1929.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 02 de agosto de 1931.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 23 de março de 1937.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de abril de 1939.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 23 de outubro de 1939.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de outubro de 1940.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de novembro de 1945.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1946.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1946.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de janeiro de 1948.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de março de 1948.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de abril de 1948.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 27 de abril de 1949.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 01 de maio de 1949.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 28 de março de 1950.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de julho de 1963.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de agosto de 1974.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de abril de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 24 de agosto de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de setembro de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de outubro de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 19 de outubro de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de junho de 1975.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de maio de 1978.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1981.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 05 de dezembro de 1982.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de maio de 1983.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1983.  
Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 09 de maio de 1928.

Folha da Manhã, Porto Alegre, 02 de agosto de 1977.

Folha da Tarde, Porto Alegre, 07 de novembro de 1972.  
Folha da Tarde, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1982.  
Folha da Tarde, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1982.  
Folha da Tarde, Porto Alegre, de 30 de janeiro de 1982.  
Folha da Tarde, Porto Alegre, de 10 de fevereiro de 1982.  
Folha da Tarde, Porto Alegre, de 09 de outubro de 1982.

Folha de São Paulo, São Paulo, Ilustrada. (E – 1) 28 de julho de 1989.

Jornal da CEERG, "Roteiro", Abril de 1958, n. 35.

Jornal do Comércio, Porto Alegre, 06 de agosto de 1982.  
Jornal do Comércio, Porto Alegre, 31 de julho de 1985.  
Jornal do Comércio, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988.

Zero Hora, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1981.  
Zero Hora, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 23 de abril de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 25 de abril de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 01 de julho de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 06 de agosto de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 16 de setembro de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 18 de setembro de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 11 de outubro de 1982.  
Zero Hora, Porto Alegre, 10 de abril de 1983.  
Zero Hora, Porto Alegre, 10 de abril de 1983.  
Zero Hora, Porto Alegre, 01-06-1983.  
Zero Hora, Porto Alegre, 09 de novembro de 1983.  
Zero Hora, Porto Alegre, 18 de julho de 1984.  
Zero Hora, Porto Alegre, 23 de outubro de 1984.  
Zero Hora, Porto Alegre, 25 de outubro de 1984.  
Zero Hora, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1984.  
Zero Hora, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1984.  
Zero Hora, Porto Alegre, 30 de julho de 1987.  
Zero Hora, Porto Alegre, 16 de outubro de 1988.  
Zero Hora, Porto Alegre, 29 de dezembro de 1988.  
Zero Hora, Porto Alegre, 30 de dezembro de 1988.  
Zero Hora, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1989.  
Zero Hora, Porto Alegre, 15 de maio de 1990.  
Zero Hora, Porto Alegre, 02 de julho de 1990.  
Zero Hora, Porto Alegre, 23 de março de 2002. Caderno de Cultura.

### 3 BIBLIOGRAFIA

AXT, Günter. A Formação da empresa Pública no setor elétrico gaúcho. **Anos 90. Revista do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 4, p. 77-86, dez. 1995.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memoria y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BÉDARIDA, François. As Responsabilidades do Historiador Expert. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ: Editora FGV, 1998. p.145.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1993 (Obras Escolhidas 2).

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica. Arte e política. Ensaio sobre literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BOMBASSARO, Dumara Monguihott. **Energia Elétrica no RS: da Fiat Lux em 1888 à CEEE em 1963**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp, 1987.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. p. 32-43.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio/IPHAN, 2000.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Norà. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/26. p. 97-103. set. 1992/ ago./1993.

\_\_\_\_\_. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Revista Projeto História*, São Paulo, p. 269-280, nov. 1998.

DECCA, Edgar Salvador de. As Desavenças da História com a Memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Ed da UNESP, 1995.

DETIËNNE, Marcel. Os mestres da verdade. In: FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1998. p.36-37.

DIAZ, Jorge. **Las cicatrices de la memoria**. Madrid: Cultura Hispánica, 1986.

DOBERSTEIN, Arnaldo. W. **Porto Alegre 1990-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DURAND, Gilbert. **Las estructuras antropológicas de lo imaginário**. Madrid: Taurus, 1981.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. EDUSP, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, Fev. 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre. Guia Histórico**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 1, n. 2, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Retórica da Perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/Ministério da Cultura/IPHAN, 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_ e NORÁ, P. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEROI-GOURHAM, A. **O gesto e a palavra.** Lisboa: 70, 1981/1983. 2 v.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio. Um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS.** Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento.** 2.ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. **Rio Pardo, a arquitetura fala da história.** Porto Alegre: Sulina, 1972

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 34 p.924, 1992.

NORÁ, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.

NUNES, Marion Kruse & VILARINO, Maria da Graça. **Carris 120 anos.** Porto Alegre, SMC, 1992.

PAOLI, Maria Celia & ALMEIDA, Marco Antônio de. **Memória, Cidadania, Cultura popular.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. nº24 / 1996 - "Cidadania". p.185-193.

PESAVENTO, Sandra (coord.). **Memória. Porto Alegre: Espaços e Vivências.** Ed. da UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre: 1991.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 09-27, 1995.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos 3 Memória, 1989.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei orgânica do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial, 1971.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: s.e., 1940.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Guardar e Celebrar o Passado: o Museu de Porto Alegre e as Memórias na Cidade**. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História da UFRGS, Porto Alegre, 1998.

RAUBER, Vicente José. **Prevenir é o melhor remédio: sistemas de proteção contra inundações e alagamentos de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1992.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico, Científico e Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHIAVO, Cléia (coord.) **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro. Eduerj. IPHAN. 1997.

SILVA, José Loureiro da. **A Companhia de Força e Luz contra a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Globo, 1939.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: ED. DA UFRGS, 1997. p. 106-110

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STEYER, Fábio Augusto. **O cinema em Porto Alegre – RS (1896-1920)**. Porto Alegre: Print Line Artes Gráficas Ltda, 1998.

TELLES, Leandro Silva. **Manual do Patrimônio Histórico**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

WEIMER, Gunter. **A arquitetura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

WILD, Flávio (Ed.). **Usina do Gasômetro**. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

## **CRONOLOGIA**

- (1926) Lançamento da pedra fundamental da Usina do Gasômetro pela Companhia de Energia Elétrica Riograndense – CEERG;
- (1928) Assinatura do Contrato da CEERG com a Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE) representante no Brasil da Bond and Share – Cia norte-americana;
- (1929) Inauguração da Loja de artigos elétricos no antigo prédio da Força e Luz da Rua dos Andradas;
- (1937) Construção da Chaminé da Usina do Gasômetro;
- (1948) Irrompe o mais severo racionamento de força e luz em Porto Alegre;
- (1959) Encampação da Usina do Gasômetro pelo Governo do Estado;
- (1967) A Usina do Gasômetro procura reciclar-se passando a utilizar óleo diesel como combustível gerador;
- (1971) Listagem de Leandro Telles prevendo a preservação como patrimônio histórico da Chaminé da Usina do Gasômetro;
- (1974) Desativação da Usina do Gasômetro;
- (1975) Início da campanha disparada pela primeira dama do Estado Ecléa Guazelli para transformar a Usina do Gasômetro em Centro de Criatividade;
- (1977) A Usina do Gasômetro é encampada pela Eletrobrás;
- (1981) Realização de enormes rombos nas paredes da Usina pela CEEE, para retirar o maquinário e as peças de metal vendidas como sucata;
- (1982) Primeira reunião com o Secretário do Governo Municipal, João Dibb, para discutir o aproveitamento da Usina do Gasômetro;

- (1982) Reunião entre empresários de turismo, hotelaria e comércio com o intuito de transformar a Usina do Gasômetro em sede de um Centro de Convenções;
- (1982) Museu do Trabalho, depois de propor e conquistar o tombamento da Usina convida a arquiteta Lina Bo Bardi para realizar projeto de restauração do Gasômetro;
- (1982) Firmado Convênio entre o Município de Porto Alegre e a Eletrobrás para efetivar a transferência do prédio à Municipalidade.
- (1982) Tombamento da Usina do Gasômetro realizado pelos órgãos municipais (COMPAHC/EPAHC);
- (1983) Tombamento da Usina do Gasômetro pelo órgão estadual (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - IPHAE);
- (1983) Transferência da Usina do Gasômetro para o Governo do Estado;
- (1984) Lançamento do filme "Beijo Ardente – Overdose" que conta a história de um vampiro que habita a Usina do Gasômetro – tendo boa repercussão na luta pela preservação da Usina do Gasômetro;
- (1984) Projeto de levantamento histórico e arquitetônico da Usina do Gasômetro que contou com o trabalho voluntário de professores e alunos das Faculdades Ritter dos Reis e Unisinos;
- (1987) Prefeito Alceu Collares e a Secretária de Cultura Nelza Canabarro projetam a instalação de uma Escola de 1º Grau e o Museu do Trabalho na Usina do Gasômetro;
- (1989) O Governador Pedro Simon e o Prefeito Olívio Dutra assinaram um Convênio com o intuito de garantir a conclusão das obras de restauração da Usina do Gasômetro;
- (1991) Ainda em restauração, a Usina do Gasômetro abre suas portas ao público, sendo administrada pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre;

## ERRATA

1. Na pág.6, onde se lê ABSRACT leia-se ABSTRACT;
2. Na pág.34, onde se lê Schneider leia-se Sampaio;
3. Na pág. 47 onde se lê Intendente Loureiro da Silva, leia-se Prefeito Loureiro da Silva;
4. Na pág.71 acrescenta-se a nota de rodapé nº182 – (Ibdem,1993,pg.16);
5. Na pág.150, em ACERVOS CONSULTADOS, acrescenta-se:  
**Acervo Equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - EPHAC;**  
**Acervo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE;**  
**Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - MCHJC;**  
**Acervo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho - AHPAMV;**